



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB

EDILMAR ALCANTARA DOS SANTOS JUNIOR

A presença da mulher no campo científico: questão de gênero e representatividade na Biblioteconomia e na Ciência da Informação

Rio de Janeiro
Março de 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB

EDILMAR ALCANTARA DOS SANTOS JUNIOR

A presença da mulher no campo científico: questão de gênero e representatividade na Biblioteconomia e na Ciência da Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Linha de pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Orientadora: Dr^a. Bruna Silva do Nascimento

Rio de Janeiro
Março de 2020

Ficha catalográfica

S237 **SANTOS JUNIOR, Edilmar Alcantara dos**

A presença da mulher no campo científico: questão de gênero e representatividade na biblioteconomia e na ciência da informação / Edilmar Alcantara dos Santos Junior. – Rio de Janeiro : Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

122 p.; il.; color.;

Dissertação de mestrado profissional apresentada ao PPGB/UNIRIO, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Bruna da Silva do Nascimento.

1. Biblioteconomia. 2. Questão de gênero. 3. Mulher e ciência. 4. Campo científico. 5. Representatividade. 6. Ciência da Informação. I. Santos Junior, Edilmar Alcantara dos. II. Nascimento, Bruna da Silva do. III. Título.

CDD – 020

EDILMAR ALCANTARA DOS SANTOS JUNIOR

A presença da mulher no campo científico: questão de gênero e representatividade na Biblioteconomia e na Ciência da Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Bruna Silva do Nascimento – Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Dr^a. Nanci Elizabeth Oddone – Titular interna
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Dr^a. Leilah Santiago Bufrem – Titular externa
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dr^a. Simone B. P. Okuzono – Suplente interna
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Dr^a. Kizi Mendonça de Araujo – Suplente externa
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Dedico este trabalho ao meu pai, Edilmar Alcantara dos Santos, por todo ensinamento, afeto e paciência que teve para comigo. Infelizmente ele não está mais neste plano para celebrar este momento. A ti meu velho, dedico o mais notável trabalho até o momento.

Laroyê esù; Kaô Xangô; Ora yê iê ô Oxum; Epa hei bela Oià; Ogunhê Ogum; Okê arô Odè; Odoyà Yemanjá; Épa Bàbá! Agradeço a quem me gerou, me criou e que cuida de mim!

Quero agradecer publicamente a minha mãe minha irmã, por sempre me incentivar a continuar. Agradeço a Dr^a. Bruna do S. Nascimento, que pela segunda vez aceitou me orientar em pesquisas acadêmica; obrigado por acreditar nos meus sonhos.

Agradeço de forma muito carinhosa, a duas pessoas que viabilizaram a minha participação no mestrado, sobretudo nas aulas que ocorrerem no período da tarde: Elise Borba e Luiz Braga. Sem a sensibilidade de vocês, eu não conseguiria dar conta de cumprir os créditos necessários para desenvolver meus estudos no PPGB.

Agradeço ao querido professor Dr. Marcos Luiz Cavalcante de Miranda, pela força que transmitiu aos alunos que já não sabiam mais o que fazer, pela sua sensibilidade, paciência e companheirismo. Muito obrigado.

Aos amigos de curso, do trabalho, do grupo de pesquisa, da vida. Aos meus familiares, colegas, achegados. Muito obrigado!

“Não me venha falar da malícia de toda mulher, cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é!” (Caetano Veloso)

Resumo

O presente estudo destina-se a analisar a trajetória acadêmica das mulheres que são bolsistas de produtividade em pesquisa na área da Ciência da Informação. Para isso, os procedimentos metodológicos dividem-se da seguinte forma: a pesquisa em tela se apresenta como exploratória. O tipo da pesquisa é o participante, em que o *corpus* que compõe o estudo, respondeu perguntas abertas e fechadas. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário enviado por meio de plataforma digital. A abordagem da pesquisa é mista, ou seja, que traz características quantitativa e qualitativa. O referencial teórico buscou trazer informações a cerca do tratamento dispensado a mulher na sociedade, para tanto, utilizou-se de publicações de diferentes áreas do conhecimento, que abordavam a situação feminina a partir do tempo histórico em que as pessoas se associavam com medo das grandes feras pré-históricas, e se organizavam em atividade coletoras, passando por religiões monoteístas que privilegiaram a presença masculina em detrimento da feminina, até chegar aos nossos dias. Também se buscou abordar as questões que envolvem a história das bibliotecas e toda transformação que ocorreu ao longo dos séculos, até chegar o momento da entrada das mulheres no curso de biblioteconomia. A pesquisa revelou que o campo científico é, e continua sendo hostil a presença feminina, embora nos últimos tempos a presença da mulher tenha crescido de forma considerável, os cargos com maior prestígio dentro da academia, bem como as bolsas com maior reconhecimento entre os pares, estão ocupados pelos homens. De forma curiosa, essa realidade parece não acontecer na Ciência da Informação; há mais bolsas de produtividade em pesquisa distribuídas entre as mulheres, que também ocupam aquelas bolsas com maior visibilidade científica. Todavia, cerca de 55% do *corpus* da pesquisa alegam que já sofreram preconceito de gênero no ambiente de trabalho, além de entenderem que fazem parte de um grupo representativo para a área.

Palavras-chave: Mulher, biblioteconomia, ciência da informação, campo científico, bolsa de produtividade em pesquisa, gênero, pesquisa.

Abstract

The present study aims to analyze the academic trajectory of women who are research productivity fellows in the area of Information Science. For this, the methodological procedures are divided as follows: the research on screen is presented as exploratory. The type of research is the participant, in which the corpus that composes the study, answered open and closed questions. The instrument used for data collection was a questionnaire sent through a digital platform. The research approach is mixed, that is, it brings quantitative and qualitative characteristics. The theoretical framework sought to bring information about the treatment given to women in society, for this purpose, publications from different areas of knowledge were used, which addressed the situation of women from the historical time when people were associated with fear of the great prehistoric beasts, and were organized in collecting activities, passing through monotheistic religions that privileged the male presence to the detriment of the female, until reaching our days. It also sought to address the issues involving the history of libraries and all the transformation that took place over the centuries, until the moment of entry of women into the course of librarianship arrived. The research revealed that the scientific field is, and continues to be, hostile to the female presence, although in recent times the presence of women has grown considerably, the most prestigious positions within the academy, as well as the scholarships with greater recognition among peers, are occupied by men. Curiously, this reality does not seem to happen in Information Science; there are more research productivity grants distributed among women, who also occupy those grants with greater scientific visibility. However, about 55% of the research corpus claim that they have already suffered gender prejudice in the work environment, in addition to understanding that they are part of a representative group for the area.

Keywords: Woman, librarianship, information science, scientific field, research productivity grant, gender, research.

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Graduações feitas pelas bolsistas de produtividade em pesquisa na Ciência da Informação	88
Gráfico 2 - Atuação profissional	89
Gráfico 3 - Atuação profissional acadêmica - orientações	90
Gráfico 4 - Artigos publicados em periódico	91
Gráfico 5 - Resumos expandidos publicados em anais de congresso	95
Gráfico 6 - Prêmios e títulos	96
Gráfico 7 - Número de bolsistas PQ em Ciência da Informação por regiões do país	99
Gráfico 8 - Estado civil das bolsistas PQ.....	102
Gráfico 9 - Envio de trabalhos, artigos e resumos.....	103
Gráfico 10 - Renda bruta mensal das bolsistas PQ em Ciência da Informação	104
Gráfico 11 - Preconceito no ambiente de trabalho por causa do gênero	107

Lista de quadros

Quadro 1 - Listagem das bolsistas PQ com seus níveis e instituições vinculantes.	97
---	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de publicações recuperadas em bases de dados, a partir das palavras-chave utilizadas na pesquisa	18
Tabela 2 - Bolsistas de produtividade em pesquisa divididos por gênero, com bolsa ativa em 2019	19
Tabela 3 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa divididas em grandes áreas e distribuídas por ano na categoria gênero – mulher.	80
Tabela 4 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa, divididas em grandes áreas e distribuídas por ano na categoria gênero - homem	81
Tabela 5 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa divididas por categorias hierárquicas e distribuídas por ano e gênero - mulher.....	84
Tabela 6 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa divididas por categorias hierárquicas e distribuídas por ano e gênero – homem.....	85
Tabela 7 - Livros publicados e/ou organizados pelas bolsistas de produtividade em pesquisa da C. I.	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
3 FILOSOFIA PATRIARCAL	20
2.1 O patriarcado na tradição judaico-cristão.....	27
3 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO BIBLIOTECONÔMICO: ABERTURA DE ESPAÇO PARA ATUAÇÃO DA MULHER	40
3.1 QUESTÃO DE GÊNERO NA BIBLIOTECONOMIA: RELAÇÕES SOCIAIS EM UMA ÁREA DENOMINADA FEMININA	58
5 O CAMPO DA CIÊNCIA	65
5.1 A ciência e a mulher	67
5.2 MULHERES NA CIÊNCIA BRASILEIRA	73
5.3 Bolsa de produtividade em pesquisa por gênero	77
6 ANÁLISE DE DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DO ID LATTES, E PROCESSADO PELO <i>SCRIPTLATTES</i>	86
6.1 ATUAÇÃO PROFISSIONAL	89
6.2 Publicações.....	91
6.3 EVENTOS E CONGRESSOS.....	93
6.4 Títulos, produção artística e produção técnica.....	95
7 BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA ATUANTES NA GRANDE ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	97
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
Referência	112

1 INTRODUÇÃO

A trajetória humana sobre a Terra tem capítulos bem distintos ao longo do que chamamos de história da humanidade. Na segunda década do século XXI, alguns assuntos parecem estar superados; seja pela facilidade do acesso à informação, devido aos novos e tecnológicos meios de produção, armazenamento e divulgação, seja pelo acesso aos processos de formação cognitiva evidenciado pelo número crescente de instituições de ensino superior abertas nos últimos anos não só no Brasil, mas no mundo.

Falar de mulher é por si só uma temática com meandros que precisam ser melhor avaliados, para não reiterar os equívocos criados na perspectiva cultural e que há séculos são cometidas, e que servem de respaldo para determinar posições de subserviência frente ao homem na sociedade.

Desde tempos remotos quando a humanidade estava em sua fase precivilizada, as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres, foram ganhando forma e lastro, de modo a serem naturalizadas e, por conseguinte, vistas como constituintes de toda e qualquer relação entre indivíduos e sociedade. A divisão de tarefas entre membros de uma mesma comunidade baseava-se na questão biológica, ou melhor, criou-se a crença de que as habilidades de trabalho tinham relação direta com o sexo biológico do/a agente social, quer dizer: dividiu-se o que era feminino e o que era masculino. (BOURDIEU, 2018).

Como agente inferiorizado na perspectiva da construção social, coube à mulher as posições de trabalho menos valorizadas, um *ethos*¹ naturalizado com base na visão de que a mulher era um ser frágil – fato justificado inclusive através de sua *hélix* corporal² – e, sendo assim, incapaz de liderar, de inovar, de desafiar. Diante do exposto, tudo o que remetia à mulher, era visto como algo menor e sem importância, quando comparado com os feitos e efeitos do mundo masculino. (BOURDIEU, 1998).

¹*Ethos*: “Crença pré-reflexiva, valor indiscutido dos instrumentos de construção dos objetos assim construídos.” (BOURDIEU, 1998, p. 85)

²*Hélix*: “[...] as disposições, que se trata de tornar tão duradouras como as inscrições indeléveis da tatuagem e os princípios colectivos de visão e de divisão.” (BOURDIEU, 1998, p. 125) ou ainda “[...] o comportamento sistemático do corpo socializado.” (BOURDIEU, 2011b, p. 61)

Com a mudança da organização social estabelecida pelo sistema burguês/capitalista, culminado na Revolução Industrial do século XIX, houve uma reconfiguração na imagem dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Diante da necessidade de mais mão de obra para as novas frentes de trabalho que surgiam, às mulheres precisaram sair dos lares - universo privado - e ganhar às ruas - universo público, até então reservados aos homens. As novas profissões surgidas no período, reivindicaram a presença masculina, devido aos esforços que elas demandavam. Com isso, às profissões classicamente destinadas aos homens, como professor, enfermeiro e bibliotecário, dentre outras, abriram-se para receber às mulheres (HOBSBAWM, 2009).

A Biblioteca, espaço reservado aos homens do clero, letrados e da nobreza, agora contava com a presença das mulheres. Coube ao estadunidense Melville Louis K. Dewey, no final do século XIX, criar um curso para futuros profissionais de biblioteca, e, para surpresa geral e reprovação de muitos, Dewey admitiu a presença de mulheres. (BATTLES, 2003)

Mediante a criação imposta pela dinâmica social sobre a valoração de profissões com a presença masculina em detrimento das que abrigavam mulheres, a biblioteconomia foi vista como uma profissão majoritariamente feminina, e como consequência, de menor importância.

Ao pensar na temática deste trabalho, buscou-se investigar sobre a vida das mulheres de uma forma geral, fazendo os recortes necessários que são inerentes a todas as pesquisas. Optou-se em fazer um apanhado histórico desde a pré-história da própria humanidade, até os dias atuais, visando obter informações de como os processos de construção social fazem diferença e influenciam de forma peculiar as relações entre os agentes sociais em uma dada sociedade.

Ficou claro durante o processo de levantamento bibliográfico, que as mulheres nada devem aos homens, sendo vistas como subclasse por uma questão ideologizada, visando a manutenção do *ethos* em que o dominador - homem -, não perde seu posto criado há séculos. No mesmo processo de coleta de referências para a pesquisa, pode-se observar o quanto à Biblioteconomia é inferiorizada frente as outras profissões, pelo fato de ter um contingente feminino significativo.

A pergunta que surgiu e norteou esta pesquisa desenhou-se da seguinte forma: **Em um campo com forte marcação de gênero, a mulher da Ciência da Informação tem destaque e representatividade no campo científico?** Para ajudar a responder esta indagação, tem-se a seguir os objetivos desta pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a trajetória pessoal e acadêmica das bolsistas de produtividade de pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em Ciência da Informação. Já os objetivos específicos buscam saber:

- a) As mulheres com bolsa de produtividade em pesquisa em Ciência da Informação até dezembro de 2020;
- b) Sua formação inicial e onde estão vinculadas atualmente;
- c) A produção científica;
- d) Atividades acadêmicas exercidas e atuais;
- e) As contribuições para a área;

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O motivo que apontou para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu de uma moção pessoal, alinhado com as vivências de pessoas próximas, ancorando-se na tese da interseccionalidade que diz: “de pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (AKOTIRENE, 2019, p. 36). Na perspectiva de Ângela Davis (2016), a questão de raça está envolvida com a questão de gênero, que está inserida na questão de classe, ou seja, são muitas lutas, mas um só antagonista, o capitalismo desenfreado, campo que repousa as teses androcêntricas.

Visando alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se mostra como explicativa, o que, segundo Kauart, Manhães e Medeiros (2010) é:

Identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas. Quando realizada nas ciências naturais requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa *Ex post facto*. (p. 28).

O tipo de pesquisa que fora pensada de acordo com a proposta que ora se apresenta é o da pesquisa participante, que seria desenvolvida em campo, porém, diante da dinâmica epidemiológica que se apresentou desde o primeiro semestre de 2020, precisou-se reavaliar a forma de participação do *lócus* da pesquisa. Neste tipo pesquisa, há interação entre o sujeito que pesquisa e os sujeitos que compõe as situações que são investigadas (KAUART; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Do ponto de vista da abordagem, entende-se como abordagem mista, a que foi desenvolvida na pesquisa em tela. Tal abordagem traz características tanto quantitativas quanto qualitativas. Na perspectiva qualitativa da pesquisa, analisou-se a presença de agentes sociais femininos entre as pessoas contempladas com a bolsa de produtividade em pesquisa, concedida pelo CNPq,

na área da Ciência da Informação, sob o ponto de vista da representação social, ancorando-se nos estudos de capital simbólico que nos foram apresentados por Pierre Bourdieu.

No que corresponde à natureza quantitativa, houve coleta de dados estatísticos em publicações de órgãos oficiais, tais como CNPq e INEP, a fim de coligir informações que nos dessem o panorama da produção científica de cada pesquisadora que compõe o *lócus* da pesquisa. Ao explicar a definição de pesquisa mista, Creswell nos afirma que:

Estudos de métodos mistos podem incluir teoria dedutivamente, em teste e verificação de teoria, ou indutivamente, como em uma teoria emergente ou padrão. Em qualquer situação, o uso da teoria pode ser dirigido pela ênfase da pesquisa de métodos mistos em métodos quantitativos ou qualitativos. Outra forma de pensar sobre a teoria em pesquisa de métodos mistos é o uso de uma lente ou perspectiva teórica para guiar o estudo. Aqui temos informações limitadas sobre os procedimentos envolvidos no uso de lente teórica para estudar gênero, raça / etnia / deficiência, orientação sexual e outras bases de diversidade [...] (CRESWELL, 2007, p. 145).

A técnica que se vislumbrou na pesquisa se basearia em entrevistas semiestruturadas, algo que é largamente difundido dentro das ciências sociais e humanas, e nas pesquisas participativas. As entrevistas auxiliam na percepção do sujeito que compõe o universo da pesquisa e o mundo que o circunda, entretanto, devido o distanciamento social imposto pela pandemia, não foi viável fazer as entrevistas. No bojo a pesquisa participativa, questionários com perguntas fechadas serviram de instrumentos para coleta de dados no âmbito quantitativo, o que contribuiu significativamente, uma vez que não foi possível fazer as entrevistas pessoalmente. Por fim, os dados angariados foram analisados pelo conteúdo.

Para a realização desta pesquisa, buscou-se levantar um referencial teórico que fosse pertinente à temática. As autoras e os autores utilizados no fazer científico que resultou na elaboração deste estudo, são mulheres e homens que de maneira enfática e contundente nos seus textos, ousaram romper com as estruturas patriarcais, machistas e racistas que sustentam a sociedade de uma forma velada. Livros, artigos publicados em periódicos da área, além de teses e dissertações, contribuíram de forma direta e indiretamente para que o

texto que se apresenta, fosse iniciado, desenvolvido e concluído. Para fazer o levantamento das referências que compõe este estudo, se utilizou de livros da minha biblioteca pessoal, bem como livros que foram pegos emprestados em outras bibliotecas. Os artigos foram coligidos no Portal de Periódico da CAPES, valendo-se da modalidade “Meu Café”, cujo acesso requer *login* e senha da matrícula ativa do programa de pós-graduação que possuo vínculo. Também se buscou outros textos, agora na base de dados BRAPCI, votadas para atender as necessidades informacionais da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. As teses e dissertações utilizadas foram recuperadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. As palavras-chave utilizadas foram: Gênero e biblioteconomia; Mulher na biblioteconomia; Gênero na Ciência da Informação; Patriarcado e Mulher e ciência.

Tabela 1 - Número de publicações recuperadas em bases de dados, a partir das palavras-chave utilizadas na pesquisa

Palavras-chave	Bases de dados		
	BRAPCI	BDBTD	PORTAL de PERIÓDICOS da CAPES
Gênero e Biblioteconomia	54	103	962
Mulher na biblioteconomia	13	46	266
Gênero na Ciência da Informação	118	1.063	14.350
Patriarcado	5	678	5.294
Mulher e ciência	44	17.391	28.374
Total	234	19.281	49.246

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2020.

A vultosa quantidade de publicações que fora recuperada nas primeiras consultas, não foi de toda utilizada nesta pesquisa, mas serviu de bussola, apontando os textos que mais iam ao encontro da proposta aventada nos objetivos da pesquisa. Todavia, é necessário apresentar os números do que fora recuperado, para que sirva de caminho para futuras pesquisas que versam sobre a mesma temática.

Para conhecer o *corpus* que compõe à pesquisa, fez-se um levantamento no site oficial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelos bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ), da grande área da Ciência da Informação. A busca fora delimitada aos pesquisadores com bolsa ativa no de 2019. Foram recuperadas informações que apontavam para o cenário exposto abaixo:

Tabela 2 - Bolsistas de produtividade em pesquisa divididos por gênero, com bolsa ativa em 2019

Gênero	Frequência absoluta	Frequência relativa
Mulher	28	59,57%
Homem	19	40,43%
Total	47	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2020.

Uma vez de posse da informação que apresentava o *corpus* da pesquisa, consultaram-se os currículos de todas as pesquisadoras (28 mulheres) dentro da Plataforma Lattes, visando coletar as chamadas Identidades que à plataforma fornece para cada pessoa cadastrada (ID Lattes), que foram utilizadas de forma individual no *software ScriptLattes*, para a obtenção dados que possibilitaram traçar o perfil científico, do ponto de vista da produção, de cada pesquisadora. A utilização do *ScriptLattes* para a obtenção dos dados que traçaram o perfil científico das pesquisadoras em tela se deu pela geração de métricas que auxiliam à pesquisa, bem como a elaboração de tabelas, gráficos e esquemas ilustrativos sobre o que se vai analisar.

Porque toda humanidade nasceu de uma mulher,
toda a humanidade veio de uma mulher.
Vanessa da Mata – CD Segue o Som, 2014

3 FILOSOFIA PATRIARCAL

Desde a década de 1960 o movimento feminista se fez mais presente da dinâmica social dos países ocidentais, ao abordar assuntos nos quais a mulher figura como personagem principal, levando-nos a visitarmos os anais da História, a fim de entender nossos primórdios enquanto sociedade e angariar meios de modificar a realidade vivida e muitas vezes dada como imutável.

Nesta seção buscou-se elencar conceitos cultivados e difundidos no meio acadêmico, e em áreas do conhecimento consagradas como Antropologia, Sociologia, História e Filosofia. O que se pretende aqui é traçar um panorama linear e de fácil assimilação, visando à máxima compreensão sobre a condição feminina ao longo dos tempos, suscitando assim à necessidade de um debate franco na sociedade e dentro da academia, cujo objetivo primeiro seja a eliminação das desigualdades sociais, dentre elas a de gênero.

Como ponto de partida desta seção, falar-se-á de um mundo em que os mitos faziam total sentido na configuração social de um Estado (nação). Na perspectiva de herdeiros da filosofia helenista, decidiu-se abordar conceitos delineados na Grécia Antiga, que dizem respeito à criação do mundo que vivemos hoje. Sendo assim, na origem do universo para o povo grego a presença feminina era algo fundamental, haja vista que, segundo *Eurípedes* nos deixou registrado como “tragédia” (*As bacantes* e *Medéia*), as mulheres gozavam de plena independência e poderes. Praticavam atos sexuais entre si, mantendo suas responsabilidades no que diz respeito à maternidade. Seguindo as escrituras de Eurípedes, *Medéia* assassinou o seu próprio filho, em represália à infidelidade do marido, provando assim que não concordava com a máxima de que os homens tinham o direito à traição, com o propósito de satisfazerem suas necessidades fisiológicas e por uma questão de hierarquia na filosofia patriarcal (NARVAZ, 2005).

Outras características atribuídas às mulheres da mitologia grega eram relacionadas à arte da adivinhação e o dom do amor. No clássico *O Banquete*, Platão (2017) deixou claro que todo o seu conhecimento adquirido em relação

ao amor, se deu por intermédio de uma sacerdotisa de nome *Diotina* de *Mantinéia*. Há outros exemplos de mulheres míticas que povoam o imaginário do povo grego, porém não se pretende esgotar tais exemplos neste texto, antes, citar alguns casos que auxiliassem o entendimento sobre como a figura social feminina foi sendo moldada ao mundo social proposto e construído por e para homens.

Ainda versando sobre o pensamento mítico helênico, a influência feminina em diversos campos da vivência humana, principalmente no aspecto mágico/adivinhação, sexual e na reprodução da espécie, gerou desconforto generalizado entre os agentes sociais de sexo masculino, dando-lhes a impressão de que sua capacidade de dominação frente as mulheres eram ínfimas. Neste contexto de controle/dominação, surge a figura soberana de *Zeus*, contrapondo-se com as figuras de deusas femininas. *Zeus*, ao contrário das deusas, era um ser único, o pai-criador-poderoso, que reivindica pra si o poder de criador e controlador do universo; homem e não mulher, subjugando todos e todas ao seu poder de criador (TIBURI; MENEZES e EGGERT, 2002).

Outro mito que entendemos ser pertinente para a compreensão do conceito de dominação masculina sobre a feminina, vem do livro do *Gênesis* que pertence a *Torá* judaica e a Bíblia cristã. No mito da criação judaico-cristão, deus-pai-criador-todo poderoso, é uma figura mítica que decide criar o homem a sua imagem e semelhança, e a mulher de uma parte da costela do homem. Mais uma vez é conferida ao poder exercido por um agente masculino, que além de ter criado um ser a sua imagem e semelhança (homem), submete toda a criação a esse ser, inclusive a mulher, que fora criada através de um fragmento desse ser.

O mito do deus-pai-criador-todo poderoso, que perpassou milhares de séculos até ser venerado por religiões que o reivindicam como tal, em perspectivas históricas é relativamente novo. Esse deus que conhecemos através da tradição judaico-cristã, surge na era dos metais, período que o *homo sapiens* já havia dominado o fogo, e criado habilidades com utensílios feitos de madeira, barro e pedra lascada, como se observará a seguir.

Em um contexto histórico, pode-se dizer que enquanto a espécie humana estava na pré-história da própria humanidade, os seres humanos viviam em hordas; em uma vida comunitária plena. Nas palavras de Engels (2012), tratava-

se do comunismo primitivo. Nesta época não se pode falar de competição e nem desigualdade entre homens e mulheres; não havia organização política e nem tão pouco o conceito de família como conhecemos. Era preciso, por uma questão de sobrevivência mútua, unir-se contra as intempéries advindas de fenômenos meteorológicos extremos, bem como de animais de proporções gigantescas e altamente letais. (ALAMBERT, 2004).

As relações entre agentes de uma mesma horda (comunidade) davam-se na perspectiva da cooperação, e não da dominação. Homens e mulheres, jovens e adultos, crianças e velhos, conviviam em um elevado grau de harmonia entre si, cabendo às mulheres, que eram vistas como portadoras de poderes mágico-divinos, um papel de destaque na horda, principalmente devido a ideia largamente difundida de que elas eram seres com ligações especiais com o mundo metafísico, sobretudo pelo fato de que as mulheres traziam novas vidas para o mundo. Acreditava-se que as mulheres eram quem fecundavam a terra, para que ela (terra) produzisse seus frutos. É assaz pertinente deixar claro aqui, que quando se fala de hordas nas quais os agentes que as compunham viveram em harmonia, estamos falando de comunidades coletoras; agrupamentos humanos que se alimentavam de frutas, cereais, raízes e de todo sorte de alimento produzindo na terra. (SAFFIOTI, 2004; ENGLÉS, 2012; NARVAZ, 2005).

A figura feminina possuía prestígio dentro dessas comunidades humanas. A organização grupal gravitava em sentido matrilinear, matrifocal e matrilocal, quer dizer, a figura da mãe-mulher-deusa era a que servia como elo entre todos os membros do agrupamento. Nesses agrupamentos, o que entendemos hoje como competição, dava-se apenas quando um agente do sexo masculino desafiava outro agente (do mesmo sexo) para ver quem ficaria com uma mulher. Neste período histórico, as relações sexuais não eram reguladas, ou seja, não havia casais formais, muito menos o que se convencionou chamar de casamento, e em hipótese alguma uma configuração cuja monogamia fosse regra comunal (HARARI, 2018).

As sociedades matrilineares eram menos competitivas, não havendo formas institucionais de governo nem repressão à sexualidade. Não havia nestas comunidades regras para o acasalamento entre os membros, o que foi interpretado como 'promiscuidade' por alguns antropólogos [...]. As mulheres gozavam de liberdade, inclusive sexual, tendo papel importante na organização social que ainda não separava a vida doméstica da vida pública. A hipótese mais aceita entre os antropólogos é a de que, no período Paleolítico Superior, os homens ainda não conheciam seu papel de reprodução. (NARVAZ, 2005, p. 21).

Como não havia regras que estabeleciam os limites das relações sexuais, aliado ao imaginário de que as mulheres traziam consigo poderes mágicos devido à gestação, as mulheres exerciam influência junto à comunidade, e escolhiam os parceiros sexuais que desejavam. Na perspectiva de Stearns (2007) *apud* Oliveira *et al.* (2017), nesse período, as mulheres praticavam a *poliandria*, quer dizer, os parceiros que elas entendessem por bem em ter, eram responsáveis por todos os filhos que elas gerassem. Isso nos mostra o importante papel que a figura feminina exercia neste período histórico.

Como era permitido à mulher escolher com quem iria ter suas relações sexuais, não importando quantos e quem era da mesma forma que neste período histórico o ser humano não havia desenvolvido métodos capazes de comprovar a filiação por meios de material genético confrontado, cabia apenas à mãe da prole a responsabilidade sanguínea, ou seja: sabia-se quem era a mãe das crianças, mas nunca quem era o pai (ENGELS, 2012; SAFFIOTTI, 2014). No estudo citado, Engels (2012) fez um esboço para que pudéssemos compreender a evolução do conceito de família até chegarmos à família monogâmica, difundida e celebrada como algo divino, dado.

Como as novas técnicas descobertas por membros dos agrupamentos humanos, sobretudo o que diz respeito à domesticação de animais de tração e melhorias no cultivo de plantas, e conseqüentemente o controle da agricultura, a expectativa de vida aumentava dentro dos agrupamentos, tendo um salto significativo no número de indivíduos que viviam de forma comunal. Esses agrupamentos humanos não mais viviam errantes a vagar em busca de um lugar em que pudessem desfrutar dos benefícios advindos da terra; eles fixavam base em regiões com boa oferta de terras cultiváveis, geralmente em planícies e em margens de rios.

A introdução do arado de ferro puxado por animais no cultivo da terra trouxe benefícios bem significativos na produção de alimentos. Faz-se necessário lembrar que nesta fase, a mulher era a responsável de cultivar a terra, e usava um tipo de machado primitivo, que na maioria das vezes era fabricado com pedras. É de se imaginar então, numa comparação lógica, o ganho que foi utilizar um instrumento bem maior do que os ditos machados primitivos, e além do mais, feitos de minério de ferro (SAFFIOTTI, 2014).

Quanto mais se tratava a terra, mais ela produzia, gerando excedentes agrícolas. Numa perspectiva econômica, era preciso mais mão de obra para dar conta de colher e escoar toda a produção que a terra fornecia a quem a cultivava. É nesta fase da trajetória humana que se estabelece as primeiras propriedades privadas, haja vista que os casais já tinham uma relação majoritariamente monogâmica, além dos homens já possuir o domínio de animais e da agricultura (ENGELS, 2012; SAFFIOTTI, 2014).

A relação de harmonia e equilíbrio entre os seres humanos e a natureza foi se perdendo tão logo o homem (literalmente o homem), percebeu que poderia controlar as feras e os ciclos sazonais da natureza. Com isso, as relações dentro das sociedades primitivas que eram simples e com cooperação entre os indivíduos, foram se transformando em relações complexas, com controle e dominação. (NAVAZ, 2005).

Embora a relação do homem com a natureza já mostrasse sinais de mudança, foi justamente através da observação do comportamento dos animais que o homem encontrou a maior descoberta que o levaria subordinação final de tudo e de todos, ou seja, a subordinação da mulher. Já era percebido dentro das comunidades primitivas que quanto mais o homem tardava a retornar aos assentamentos que vivia, menos crianças nasciam; até aí, eles não tinham consciência de que o sêmen era necessário para que, junto com o óvulo da mulher, pudesse gerar uma nova vida.

Além disso, a compreensão do fenômeno reprodutivo humano, observando-se o acasalamento dos animais, minou os poderes femininos. De acordo com *Johnson*, desacreditado o caráter mágico da reprodução feminina e descoberta a possibilidade de este fenômeno poder ser controlado como qualquer outro, estava desfeito o vínculo especial das mulheres com a força da vida universal, podendo os homens se colocar no centro do universo. Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida. (SAFFIOTTI, 2014, p. 129).

A descoberta de que os homens participavam do processo de procriação, contribuiu para o que os autores já citados chamam de dominação da mulher. De forma acentuada, o número de indivíduos que habitavam os agrupamentos humanos no período superior da barbárie, superava o número de indivíduos que viviam nesses mesmos agrupamentos na fase inferior do estado selvagem. Os excedentes agrícolas eram tantos, depois do advento de novas tecnologias no trato da terra, que foi preciso escoar a produção para outras hordas. Era preciso cada vez mais braços para dar conta do serviço na terra; além de que agora os filhos “tinham pai”, e os pais reclamavam ajuda no trabalho.

Com o passar do tempo, novas formas de obter meios para a subsistência da família foram incorporadas. O manejo de rebanhos de gado foi outra importante ação do homem no período histórico aqui debruçado. As necessidades que surgiram com a incorporação de novas técnicas no trato da terra, permitiu o surgimento de divisões na estrutura familiar entre seus membros. Ao homem cabia buscar os alimentos e sustentar sua família; a mulher era cabia o trabalho na casa, além do cuidado com as crianças. Os instrumentos utilizados pelo homem pertenciam a ele, nem os seus filhos tinham direito como herança. Os utensílios usados pelas mulheres pertenciam a elas da mesma forma; se houvesse separação, cada qual levaria o que lhe pertencia.

Neste sentido, ao imaginarmos um ser que possuía o controle dos instrumentos que possibilitavam tratar a terra e tirar dela o sustento; que já domesticava animais e vegetais, além de compreender o seu papel na procriação da espécie, dirimindo assim a crença de que as mulheres dispunham de poderes mágicos devido à gestação, não foi difícil para este ser reivindicar para si o controle de tudo e de todos.

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se dessa vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi [...]. Todos os membros da *gens* puderam continuar sendo o que até então haviam sido. Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na *gens*, mas os descendentes de um membro feminino saíam dela, passando à *gens* do pai. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituído pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Não sabemos a respeito de como e quando se produziu essa revolução entre os povos cultos, pois isso remonta aos tempos pré-históricos. Mas os dados reunidos, sobretudo por *Bachofen*, acerca dos numerosos vestígios do direito materno, demonstram plenamente que tal revolução **ocorreu** [...] (ENGELS, 2012, p. 76-77. Grifo do autor).

A família monogâmica, foi à solução triunfal para o homem ter todo o domínio sobre os seus subordinados, ou seja: a mulher não tinha mais a liberdade de escolher os parceiros que lhe aprouvesse, pelo simples fato de que o *pater familis* precisava ter certeza de que os filhos gerados pela esposa eram dele (uma vez que o direito hereditário agora era paterno). Os filhos mantiveram-se subordinados ao pai, além dos escravizados adquiridos por expedições seguidas de espoliações.

O próprio conceito de família já demonstra a supremacia paterna frente a todos os outros membros. De origem latina, a palavra família tem herança etmológica em *famulus*, que quer dizer “escravo doméstico”. Ora, este tipo de configuração grupal já era praticado na Roma antiga, lugar em que os homens foram colocados como centro da instituição familiar, tendo todo o domínio sobre quem dependesse dele, podendo decidir inclusive, sobre a vida e a morte de cada um desses dependentes (NARVAZ, 2006).

É patente nesta altura que a mudança da sociedade matrilinear, de caráter igualitário e sem dominação, para a família monogâmica e, por conseguinte, o sistema *pater familis* (sistema patriarcal) em que a dominação e a exploração são os pilares de sustentação desse sistema, se deu majoritariamente por questões econômicas (como se viu a *posteriori*). Essa transição ajudou a

estabelecer marcos fundantes da filosofia patriarcal, e que se pode observá-los até a contemporaneidade.

O sistema patriarcal nasce na perspectiva do privado (doméstico), mas ultrapassa os limites da casa e envolve toda a sociedade. É um sistema de opressão e exploração em que os homens (e neste caso independe se sejam ou não pai), gozam de privilégios que os levam a reivindicar uma posição de superioridade. Pode-se entender o privilégio dado aos homens pelo patriarcado, como uma espécie de direito político, a começar pelo direito da liberdade, de conviver com os seus pares no ambiente público, ou seja, fora dos domínios de casa (CUNHA, 2014). Entende-se que tais pensamentos e práticas são prejudiciais à dinâmica social, criando hierarquias que há tempos deveriam ter sido suplantadas, como algo que de fato não existe.

2.1 O patriarcado na tradição judaico-cristão

Ao tentarmos compreender a nossa formação enquanto sociedade, e a valorização que damos aos símbolos e ritos de cunho religioso-social, somos direcionados a voltar algumas páginas do passado para colocarmos luz em nosso presente, vislumbrando um futuro mais harmônico e igualitário. Para tanto, optou-se neste trabalho analisar a formação da sociedade contemporânea na perspectiva do campo religioso, sobretudo da conexão nascida em religiões monoteístas, no caso em tela, o judaísmo e o cristianismo.

Observando os fatos históricos e ancorando-se em análise de autores e autoras que compreenderam que a origem da família monogâmica inaugurou um sistema hierárquico de dominação e submissão de mulheres, crianças, escravizados, natureza ao *pater familis* passemos do recorte temporal em que a humanidade deu os primeiros passos rumo à organização social que conhecemos hoje, até a força motriz de religiões monoteístas, cujo alcance simbólico faz-se observar até os dias atuais, de maneira tão sutil que é entendido como regra geral.

Historicamente falando, o povo hebreu ocupou a região palestina, hoje reconhecida como Estado de Israel, há 2000 anos antes da nossa era. De acordo com relatos encontrados principalmente na *Torá* (e conseqüentemente no Antigo Testamento da Bíblia cristã), o líder precursor deste povo foi *Abrão*, que de

acordo com o relato religioso, tornou-se *Abraão* por intervenção divina. Abraão foi o responsável pelo nascimento de uma religião de caráter monoteísta entre os hebreus, fazendo com que o culto aos deuses estrangeiros fosse deixado paulatinamente de lado. Outros patriarcas como *Jacó* e *Isaac*, posteriormente, assumiram a condução do povo hebreu nas práticas religiosas, todavia, de acordo com Vicentino e Dorigo (2001), diversos estudiosos afirmam que a religião monoteísta de *lahweh* consolidou-se bem depois.

A formação estrutural do povo hebreu é estritamente patriarcal e patrelinear. Conceitualmente diferente da sociedade helênica, os judeus negavam a existências de um panteão de deuses, sendo inimaginável ter uma figura feminina como detentora de poderes metafísicos (deusas), como se cultuava na Grécia e Roma antigas. Esse povo foi o primeiro a se valer do mito da criação que nos é relatado pela teologia judaico-cristã, ou seja, o relato em que um ser mítico e de figura masculina, criou tudo o que há, por sua vontade e poder.

A consolidação de uma crença voltada para um único ser mítico e detentor de poderes que a razão humana desconhece, contou com a organização de um corpo de homens (e aqui não se trata da humanidade, mas de homens no sentido reto da palavra) com interesses mútuos, voltados a criar sistemas de controle e dominação, bem como o processo de racionalização advindo de contato com outros povos que dominavam tecnologias de organização social bem mais avançadas. O movimento de expansão das cidades em contraponto a vida campestre, resultou na divisão de trabalho intelectual e manual, acelerando a consolidação do campo religioso politeísta através da moralização e sistematização do fazer religioso (BOURDIEU, 2015).

Extremamente raro nas sociedades primitivas, o desenvolvimento de um verdadeiro monoteísmo (em oposição à 'monolatria', outra forma de politeísmo) está ligado, segundo *Paul Radin*, à aparição de um corpo de sacerdotes solidamente organizado. Isso significa que o monoteísmo, totalmente ignorado pelas sociedades cuja economia se baseia na coleta, na pesca e/ou na caça, somente se expande nas classes dominantes das sociedades fundadas em uma agricultura já desenvolvida e em uma divisão em classe [...] nas quais os progressos da divisão do trabalho se fazem acompanhar por uma divisão correlata da divisão do trabalho de dominação, e em particular, da divisão do trabalho religioso (BOURDIEU, 2015, p. 37).

No relato da criação do mundo, dentro da perspectiva do judaísmo e dos seus ramos, *lahweh* Deus, tomado por um impulso soberano, decidiu criar a Terra e tudo o que nela se encerra. Embora a criação do homem tenha sido uma das últimas atividades da engenharia da criação, *lahweh* outorga toda a sua obra ao homem, dando-lhe poderes de dominação sobre tudo o que fora feito por ele (Deus). Mesmo tendo concedido ao homem o direito de governar sobre todas as coisas que foram criadas, *lahweh* observou que não era bom que o homem ficasse sozinho. Desta feita, criou um ser a partir de um fragmento retirado do lado do homem, que atribuiu o nome mulher, salientado na epígrafe inaugural desta seção.

Embora se trate de um espírito cultuado por séculos, *lahweh* é representado por uma figura masculina, quer dizer, por mais que tentassem representar deus como figura feminina (um ser que controla a natureza; mãe terra; agricultura, etc.), a tradição patriarcal conduzia o culto a deus como pai-criador-poderoso, pois era preciso exaltar a figura do pai enquanto chefe/cabeça, e, sobretudo de um ser poderoso e dominador, em que tudo e todos possam convergir e submeter-se a ele.

A figura masculina patriarcal, poderosa e soberana, afastava qualquer vestígio das antigas sociedades em que a mulher era a cabeça central e agregadora. Nota-se que nas sociedades matrelinares e matrifocais, a mulher não detinha o poder soberano sobre a comunidade (como observado na seção anterior), diferentemente como é organizada uma sociedade de caráter patriarcal. Neste contexto antagônico, o mito da queda e/ou desobediência de Adão e Eva, suscita na comunidade dos hebreus uma repulsa a figura feminina,

submetendo-as a se colocar sob o domínio masculino, propagado como vontade divina (NARVAZ, 2005).

É necessário lembrar que o judaísmo teve igualmente uma trajetória de constante definição e que nesse percurso, não concedeu à mulher novos direitos religiosos, mas sempre os limitou. Com a destruição do Templo pelos romanos, tornou-se impossível a continuação de mitos dos costumes, inclusive aquele do banquete pascal, acentuando-se o caráter legalístico-rabínico da religiosidade unicamente aos homens (SIQUEIRA, 2004, p. 74).

Embora haja na tradição judaico-cristã, exemplos de personagens femininas que foram protagonistas de inúmeras histórias bíblicas reconhecidas e valorizadas, bem como Miriã, Rute, Judite, Raquel, Débora dentre outras, a força da filosofia patriarcal fez com que essas personagens quase que desaparecessem do cenário dominado por figuras masculinas de aspectos patriarcais, quer dizer, líderes, pais de vasta prole e respeitados por todos. Ou se ignora que Abraão, Moisés, Isac, Jacó, Davi, Samuel... são mais famosos que as figuras femininas supracitadas?!

Às condições para se criar e propagar uma narrativa requer todo um sistema simbólico e um campo de atuação. A criação da imagem negativa da mulher dentro do universo judaico contou com a tradição patriarcal herdada de tempos idos (na perspectiva da consolidação do judaísmo enquanto sistema religioso), e elevou-se sobremaneira com o relato do mito de Adão e Eva, por ocasião da queda de ambos; este mito reverbera até a atualidade, gerando consequências que colocam à mulher em situação (não raro) de subalternidade.

A mulher recebeu a pecha de ser a culpada pelo pecado entrar no mundo. Não só foi acusada de dar ouvidos à serpente (como se isso fosse possível), mas também de oferecer ao homem o fruto proibido. Ora, acaso o homem criado por *lahweh* não dispunha de conhecimento sobre o que podia ou não comer? Pode-se acreditar que a mulher, fruto de um fragmento do homem (segundo o relato bíblico), gozava de mais sabedoria do que a matéria da qual ela foi criada? Não faz sentido culpar a mulher pelas tragédias que ocorreram depois da queda e expulsão do Edén, haja vista que o ser em que foi outorgado toda a autoridade sobre a criação, fora batizado sob a alcunha de homem, e não de mulher!

De modo geral, a vida das mulheres judias tinha muito em comum com a vida de mulheres não judias. A tradição judaica, estruturada em princípios patriarcais, reservou à mulher um espaço restrito a atividades sociais, culturais e religiosas. Os direitos civis e jurídicos eram limitados pelo pai e, depois, pelo marido, e ambos tinham direito de arbitrar sobre a conduta privada e pública das mulheres. No que diz respeito à vida religiosa da mesma maneira foram excluídas da vida cultural ativa, não podiam celebrar o sacrifício nem cumprir os ritos em primeira pessoa, sobretudo no que dizia respeito aos ensinamentos da Torá. A valorização da mulher nessa tradição consiste em valorização da fecundidade materna; no reconhecimento da sua capacidade de realização de valores éticos e religiosos, conforme as exigências da lei mosaica e na sua habilidade em organizar a vida familiar (SIQUEIRA, 2004, p. 76).

De caráter monoteísta e visando impor-se sobre as demais práticas religiosas existentes, o cristianismo, movimento surgido no primeiro século da nossa era, ascendeu orbitando-se na figura de Jesus de Nazaré, homem judeu, pertencente a uma família simples, de uma cidade paupérrima da Judéia, em um tempo em que o Império Romano dominava tal região. Tido como um profeta por outras denominações religiosas, Jesus de Nazaré é reverenciado como homem e deus nas igrejas/instituições que reivindicam pra si a pertença ao cristianismo.

O cristianismo, enquanto movimento que buscava credibilidade, ancorou-se na dinâmica judaica de organização estrutural/religiosa, ou seja, professava publicamente a crença em um único deus, o mesmo que fora venerado anteriormente pelo patriarca *Abraão*, bem como *Isaac* e *Jacó*. Sendo assim, a religião cristã reivindicava-se como herdeira das promessas divinas feitas ao povo de Israel tempos antes do nascimento do seu fundador, Jesus de Nazaré.

Embora a raiz da qual nasceu o cristianismo era judaica, a igreja cristã primitiva buscava ter sua estrutura e doutrina afastadas das práticas presentes no judaísmo, principalmente na ritualística e simbolismo.

Costuma-se dizer que o movimento iniciado por Jesus nasce como uma seita judaica. Superando uma práxis religiosa de purificação e de sacrifícios mediados por sacerdotes para um relacionamento pessoal com Deus mediante a fé, pouco a pouco o cristianismo foi se consolidando e se definindo com características diferentes das do judaísmo (AMAZONAS; SILVA, 2008, p. 77).

Baseando-nos em relatos bíblicos e de autores que se debruçaram sobre o assunto, Jesus foi um exímio contestador de algumas práticas judaicas, denunciando publicamente o aspecto hipócrita por parte dos sacerdotes (figuras respeitadas e que detinham o monopólio da reprodução simbólica e social), transfigurada em práticas religiosas. Há quem afirme (os cristãos de modo geral), que Jesus foi condenado à cruz por colocar em xeque a autoridade dessas figuras, bem como ir de encontro às tradições preestabelecidas.

Jesus de Nazaré não proporcionou um só episódio em sua vida pública em que tratou qualquer mulher como um ser inferior, pelo contrário, agregou-as aos seus seguidores respeitando-as igualmente. Embora tivesse escolhido 12 homens como apóstolos diretos, foram mulheres que primeiro tiveram contato com o Jesus ressuscitado (Mateus 28, 1-10); coube a elas inclusive, anunciar aos apóstolos sobre a ressurreição, além de convencê-los sobre o fato. Entretanto, a igreja cristã no decorrer dos tempos, manteve um tratamento nada amigável para com as mulheres, de modo a tratá-las como um ser maléfico.

E assim [...], no movimento de Jesus, a mulher vê resgatada sua dignidade devido aos questionamentos das velhas estruturas patriarcais. Já que, de marginalizadas no templo e na Lei, passou a integrar plenamente um movimento público. Contudo, apesar das mudanças radicais implícitas nesse movimento religioso, a relação de igualdade entre mulheres e homens estava longe de se tornar regra. Mesmo tendo Jesus questionado o sistema patriarcal juntamente com seus velhos costumes, especialmente em relação às mulheres, em geral, a história da Igreja Cristã aponta para a manutenção de estereótipos femininos e a continuação de papéis em função do sexo (AMAZONAS; SILVA, 2008, p. 77).

De uma forma geral, as denominações de cunho monoteísta adotam para si uma dinâmica com característica dualista baseada na perspectiva do

sexo, ou seja, tudo que remete ao sexo masculino ganha um destaque, além de credibilidade incontestada. Em contrapartida, o imaginário sobre o feminino não goza de tamanha credibilidade, sendo entendido como algo menor e desprezível, cuja função é determinada pela submissão.

A religião cristã (quer dizer, os seguidores de Jesus que tocaram o seu projeto pra frente), se desenvolveu como uma instituição normativa, que reivindicava pra si a tutela de interpretar a dinâmica social na perspectiva do sagrado, estabelecendo parâmetros de convivência e organização que ultrapassava os meandros das funções eclesiais (AMAZONAS; SILVA, 2008).

O alcance em que a estrutura religiosa (cristã) alcançou nos primeiros séculos da nossa era, superou até mesmo o poderoso Império Romano, que se rendeu ao cristianismo antes de sua queda. Importa dissertar que ao estabelecer-se como força hegemônica, a religião cristã demonstrava claros interesses de dominação, impondo-se como força temporal, além de se apresentar como autoridade divina.

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente desta posição, a mensagem religiosa mais eficaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre ele o feito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificação das propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida em que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social (BOURDIEU, 2015, p. 51).

A estrutura da igreja cristã era composta majoritariamente por figuras masculinas. Tais pessoas, quer dizer, os homens, imbuídos do poder e da influência que a igreja cristã dispunha, estabeleceram normas de comportamentos para os fiéis e a sociedade. A parte reservada às mulheres, na visão dos homens da igreja, era a pior possível; a forma de ver às mulheres beirava o desprezo.

Com efeito, todos estavam convencidos de que, como afirmava o prelado, 'o homem é o chefe da mulher, que a mulher foi tirada do homem, que ela está unida ao homem e submetida ao poder do homem' (DUBY, 1996, posição 240).

Neste contexto em que a mulher era a causa da perdição da humanidade, provocadora dos homens, instrumentos do diabo, dentre outras pechas, à igreja estabeleceu uma série de regras, destacando as de cunho sexual. Desde o estabelecimento do casamento monogâmico ainda na era dos metais, o corpo da mulher passou a ser instrumento de controle por parte dos homens, que, depois da descoberta de sua participação na reprodução da espécie, precisava ter a certeza da sua paternidade para fins de herança (ENGELS, 2015).

Este modelo de família já largamente difundido no judaísmo fora incorporado também ao cristianismo. Embora o casamento monogâmico tenha surgido para controle de natalidade, apenas das mulheres era exigido fidelidade aos maridos (SAFIOTTI, 2014; ENGELS, 2015).

Entendendo o ato sexual desenfreado como algo que deveria ser combatido e regulado em vistas à dominação das massas, a igreja cristã, sobretudo após a queda do império romano, empregou uma campanha que culminou com a classificação do sexo como torpe, pecaminoso, ato obscuro passivo de excomunhão (expulsão da igreja), que necessariamente deveria levar o fiel ao confessionário, para confessar os pecados ao padre, em busca do perdão dos mesmos (ROUCHE, 2009).

Não foi difícil para o magistério da igreja associar à mulher como causa da perdição dos homens, o que no mínimo torna-se curioso, haja vista que o homem era entendido como primor da criação; imagem e semelhança de Deus criador; dotado de conhecimento e sapiência; entretanto, nesta perspectiva, pode-se dizer que um ser criado a partir de um fragmento do homem era capaz de levá-lo a queda!

[...] um mal magnífico, prazer funesto, venenosa e traiçoeira a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a Terra o pecado, a infelicidade e a morte. Pandora grega ou Eva judaica ela cometera o pecado original ao abrir a caixa que continha todos os males ou ao comer do fruto proibido. O homem procurava uma responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre e encontrou a mulher. Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consiste num sorriso? (DELUMEAU, 2009, p. 314).

Desde os primórdios da atuação dos cristãos no mundo, sobretudo com os ensinamentos de Paulo de Tarso, a visão androcêntrica passou a figurar no discurso eclesiástico. Paulo, enquanto personagem principal da pregação do evangelho fora dos domínios judaicos foi largamente recomendado como aquele que falava aos gentios; detentor de uma oratória ímpar e de grande sabedoria, graças a sua criação entre os ensinamentos gregos e a presença de romanos.

É de autoria de Paulo grande parte do novo testamento, sobretudo o que diz respeito às cartas de aconselhando às novas comunidades que abraçavam o cristianismo. A título de curiosidade, é creditado ao apóstolo a autoria das cartas aos Romanos, Gálatas, Tessalonicenses, Coríntios, Efésios, Filemom, Timóteo, Tito, dentre outras. Paulo é considerado pela igreja cristã como o apóstolo que regulamentou a moral, os costumes, dando significativas contribuições para o estabelecimento da doutrina cristã. É atribuído a Paulo também umas das passagens bíblicas mais misóginas que se pode encontrar no Novo Testamento.

A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação (1 Tm 2, 11-15).

Como se pode observar, a igreja cristã, orbitando-se no pensamento dos judeus que a antecedeu, sempre evoca o mito da queda de Eva e Adão no paraíso para reafirma o pensamento patriarcal dominador sobre as mulheres. Utilizando um caminho antagônico ao de Jesus, os discípulos pareceram

preferir os fatos em que seu mestre se aproximou das mulheres, e não as subjugou.

Outros personagens importantes da igreja cristã da antiguidade faziam coro aos discursos judaicos e paulinos no tocante a mulher. Ambrósio, Jerônimo, João Crisóstomo, Tertuliano, além de Aurélio Agostinho, figuravam entre os chamados *Padres da Igreja*, ou seja, notáveis cristãos (em sua maioria padres e bispos), que foram responsáveis pelo conjunto de publicações de cunho religioso, filosófico, ético e moral da igreja na Idade Média, que ficou conhecida como *Patrística*.

Falar do homem da Idade Média, sobretudo os cristãos, é falar de um ser social com uma visão androcêntrica, que se baseava em feitos e escritos do passado, principalmente aqueles em que o homem figurava como ator principal em detrimentos das mulheres. Agostinho e os demais *padres da Igreja*, não devotavam nenhuma simpatia pelo ser feminino. Embora já houvesse o culto à Virgem Maria nesse tempo, e tais homens eram devotos, às demais mulheres eram vistas de uma forma completamente negativa pelo clero, como também pelo cidadão médio deste período (CAMPOS, 2010).

Se pudéssemos livrar o mundo das mulheres, não ficaríamos afastados de Deus durante o coito. Pois que verdadeiramente, sem a perversidade das mulheres, para não falar da bruxaria, o mundo ainda permaneceria à prova de inumeráveis perigos. Tu não sabes que a mulher é a Quimera, embora fosse bom que o soubesses; pois aquele monstro apresentava três formas: a cabeça, nobre e radiante, era a de um leão; o ventre obscuro era o de uma cabra, e a cauda virulenta era a de uma víbora. Queria assim dizer que a mulher, embora seja bela aos nossos olhos, deprava ao nosso tato e é fatal ao nosso convívio (INSTITORIS, 1997, p. 119-120).

Inúmeras foram às formas em que à igreja cristã utilizou-se para estabelecer seu domínio sobre tudo e sobre todos. A sede de poder dos condutores da fé cristã, aliada ao apoio recebido por parte de poderes temporais consolidados (exemplo do Império Romano que estabeleceu o cristianismo como religião oficial), determinou a supremacia da igreja Católica em diferentes pontos entre à Europa e Oriente Médio.

Embora tenha começado sua missão de uma forma tímida e preterida por instituições preexistentes, a igreja cristã foi galgando o seu espaço na intenção

de consolidar-se como instituição balizadora do poder temporal e metafísico. Conforme ia convencendo legisladores, homens do executivo e até religiosos a converterem-se às suas doutrinas, a fé cristã espalhava-se cada vez mais.

O discurso cristão construiu-se, ao longo da Idade Média, como um discurso fortemente legitimador do cristianismo frente a outros grupos de poder, com forte capacidade de imposição de parâmetros depreciativos àqueles que estivessem fora dos limites da religião auto-representada como única e verdadeira. O processo de construção e legitimação do poder do cristianismo deu-se com a inversão do equilíbrio social de um grupo até então inferiorizado à ocupante das mais altas categorias de poder no ocidente europeu medieval, de forma a influenciar sobremaneira o pensamento e o funcionamento daquela sociedade (PORTELA, 2012, p. 22).

Consolidada como detentora dos poderes temporais e sobrenaturais, a igreja cristã tratou de estabelecer normativas para toda a sociedade, ignorando quem professava ou não a fé em seu fundador, Jesus de Nazaré. Indubitavelmente, à igreja cristã lançava seus ensinamentos por todo velho continente (além é claro da Terra Santa), não temendo outros discursos que por ventura pudessem confrontá-la. Não obstante, ao ser questionada pela sociedade medieval, acometida por más condições de vida, resultando em fome e epidemias com alto poder letal, o magistério eclesiástico tratou de lançar-se sobre quem se levantasse contra à igreja, punindo inclusive de morte quem não se enquadrasse nas suas doutrinas e normas (ROUCHE, 2009).

Como já observado neste trabalho, a mulher sempre foi um dos alvos preferidos que a igreja cristã se ocupava em vilipendiar. No afã de controlar as condutas dos cidadãos, a igreja na Idade Média elegeu tudo o que não advinha de suas fileiras como torpe, de âmbito terrestre e influenciado pelo diabo. Somente as práticas e doutrinas que surgiam dos dirigentes da igreja, eram dignas de serem acolhidas, reproduzidas e entendidas como vindas de Deus.

Os antigos cultos às forças da natureza, bem como às celebrações ditas pagãs das culturas nórdicas, foram elencados como práticas *heréticas*, feitiçarias elaboradas e difundidas por mulheres que possuíam pacto com o diabo, que receberam a alcunha de bruxas. Tais práticas precisavam ser combatidas pela igreja, haja vista que era a instituição que reivindicava para si a autoridade sobre o corpo e alma das pessoas. (PORTELA, 2012; NAVAZ, 2005).

O movimento herético surgiu como resposta aos maus tratos da população para com os senhores feudais, mormente, colocando-se numa posição antagônica à igreja. Mas do que um movimento separatista como o liderado por Lutero tempos depois, os chamados heréticos (Cátaros e Valdenses principalmente), buscavam mudanças urgentes na estrutura social, pleiteando melhores condições para camponeses, artesãos, pessoas do baixo clero que foram expulsas da igreja, e, sobretudo mulheres. Os alvos das revoltas eram as hierarquias sociais, o acúmulo desenfreado de riquezas, a propriedade privada, além do poderio exclusivo da igreja, subjugando toda a sociedade (FEDERICI, 2018).

Os métodos contraceptivos por meio de ervas e poções largamente conhecidos e consumidos por mulheres eram de conhecimento pleno do clero, todavia não se configuravam como algo ruim. O entendimento da igreja frente a essas práticas femininas modificou-se a partir dos questionamentos do movimento herético (muito deles liderados por mulheres), bem como a insuficiente mão de obra flagrante em um continente arrasado por epidemias, a maior delas sendo a peste bubônica, que interferia de forma significativa na dinâmica econômica da sociedade e a reboque da própria igreja. (ROUCHE, 2009; HARARI, 2018; FEDERICI, 2018).

Aqui, podemos ressaltar que, depois da disseminação da praga, os aspectos sexuais da heresia adquiriram maior importância em sua perseguição. Estes foram grotescamente distorcidos segundo formas que anteciparam as posteriores representações dos sabás de bruxas. Em meados do século XIV, não bastava aos inquisidores acusar os hereges de sodomia e de licenciosidade sexual em seus informes. Agora eles também os acusavam de cultuar animais, de praticar o infame *bacium sub cauda* (beijo sob o rabo) e de regozijarem-se em rituais orgiásticos, vôos noturnos e sacrifícios de crianças (Russell, 1972). Os inquisidores relatavam também a existência de uma seita de adoradores do diabo, conhecidos como *luciferianos*. Coincidindo com este processo, que marcou a transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas, a figura do herege se tornou, cada vez mais, a de uma mulher, de forma que, no início do século XV, a bruxa se transformou no principal alvo da perseguição aos hereges (FEDERICI, 2018, p. 85-86).

Como se pode observar, a mulher tornou-se com que uma espécie de alvo de uma sociedade fortemente influenciada por narrativas construídas ao longo

dos anos. Embora vivamos em outros tempos, a sociedade contemporânea parece não ter nenhuma digressão dos pensamentos e das práticas patriarcal. Entende-se que tais pensamentos e práticas são deletérios à dinâmica social, criando hierarquias que há tempos deveriam ser suplantadas, como algo que de fato não existe. Na sequência, entraremos no universo histórico das bibliotecas, sua construção, consolidação e importância social, e o papel da mulher neste contexto.

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento.

O poder das bibliotecas reside, enfim, em seu papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes. As bibliotecas são os lugares da continuidade, mas também das rupturas da tradição.

(Christian Jacob. O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente, 2008).

3 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO BIBLIOTECONÔMICO: ABERTURA DE ESPAÇO PARA ATUAÇÃO DA MULHER

O conjunto de regras, leis, marcos que visam organizar acervos e/ou coleções responsáveis em formar uma biblioteca, e que ao longo de séculos foi se constituindo como campo de conhecimentos, comumente chamado de biblioteconomia, surge há séculos, com as primeiras bibliotecas situadas em boa parte do Oriente Médio, findando na mítica e surpreendente biblioteca de Alexandria, referência cultural e científica, situada entre o golfo do Rio Nilo e o Mar Mediterrâneo. Fazer um panorama histórico sobre as bibliotecas requer um esforço semelhante ao que se faz para elucidar o advento da escrita enquanto sistema de representação; ambas têm origens cronologicamente próximas.

Inúmeras expedições de arqueólogos e outros profissionais, movidos pela emoção da descoberta, e financiados por Estados Nações interessados em conquistar territórios mormente através da dominação cultural, revelaram riquezas até então ocultas aos olhos do mundo moderno, e que antes eram conhecidas por meio dos cânones históricos. Em decorrência de escavações no ano de 1924, nos escombros do templo dedicado a temível deusa *Eanna*, no território de *Uruk*, atual Iraque (antiga Mesopotâmia), foram encontradas tabletas de argila, que podem datar entre 4.000 a.C - 3.000 a.C. Tais tabletas traziam escritos em textos cuneiformes, gravados nas placas com o auxílio de cálamo de cana ou de material ósseo. Os textos eram meramente administrativos, bem como normativas econômicas, listas genéricas, tratados de magia e determinada espécie de provérbios. Também foram encontrados fragmentos que evidenciam bibliotecas nas localidades de *Isin*, *Ure* *Nippur*, que datavam de 2.000 a.C – 1000 a.C, em escombros de construções que lembram palácios reais (BÁEZ, 2004).

Já no território que hoje conhecemos como Síria, escavações realizadas em 1975 revelaram uma biblioteca organizada na localidade denominada *Ebla*. A dita biblioteca possuía um acervo de aproximadamente 15 mil tabletas de argila, criteriosamente ordenadas mediante o seu assunto. Nessa biblioteca a maioria dos textos versavam sobre administração, literatura e ciência. De acordo com as técnicas conhecidas de datação, essa biblioteca existiu por volta do século 3 a.C. Uma das mais fantásticas bibliotecas da Antiguidade, a biblioteca de Nínive, bem como as já citadas, figurava no mundo assírio-babilônico. Da mesma forma que os vestígios encontrados nas bibliotecas acima mencionadas, o suporte informacional era constituído por placas de argila cozidas no fogo, e seus registros gravados por meio de escrita cuneiforme (ORTEGA, 2004).

Outra biblioteca da Antiguidade que teve seu nome eternizado nos anais da história, foi a biblioteca de Pérgamo (atual Turquia). Principal concorrente da biblioteca de Alexandria, paradoxalmente a biblioteca de Pérgamo utilizava como principal suporte informacional o papiro. Extraído de uma planta aquática da família das ciperáceas (o *cyperus*) que abundava no leito do Rio Lino; o papiro era considerado algo pertencia ao rei (no Egito).

Ora, dependente de matéria prima para continuar na confecção de obras para o crescimento do seu acervo, a biblioteca de Pérgamo, na figura de seu fundador *Atalo I*, tinha uma ideia fixa de superar Alexandria em número de obras e importância. Sabendo das intenções De *Atalo I*, os governantes de Alexandria não mais forneceram papiro para Pérgamo, obrigando-a a buscar outros meios de confeccionar seus suportes informacionais. Destarte, utilizando pele de animais, servos de *Atalo I* criaram o pergaminho (*charta pergamenum*), que passou a ser o suporte informacional não somente de Pérgamo, mas de todas as bibliotecas depois do declínio de Alexandria, até a grande transformação nas publicações surgida da oficina de Gutenberg no século XIV (BÁEZ, 2004; SERRAI, 1975; BATTLES, 2003).

A última biblioteca importante da Antiguidade que abordaremos, é cercada de mistérios e grandiosidade. A biblioteca de Alexandria começou a ser constituída de forma simples, muito mais por uma vontade dos gregos de exaltação do conhecimento helênico, do que ela foi se tornando ao longo dos tempos. Por volta de 330 a.C., o conquistador macedônio, Alexandre (dito o grande) decidiu construir uma cidade na costa egípcia do Mar Mediterrâneo,

próximo a foz do Rio Lino. Alexandre morreu antes mesmo de ver tudo que sonhara pra cidade, ser concretizado.

Assim que o jovem conquistador faleceu, Soter, seu amigo e general, fez de Alexandria a capital da dinastia ptolomaica. Foi esse mesmo Soter quem teve a ideia de construir uma biblioteca capaz de concentrar em si toda a sabedoria acumulada pelo mundo grego, dando a seus herdeiros domínio sobre ela. (BATTLES, 2003, p. 32).

Depois de sua criação, a biblioteca de Alexandria foi alvo de grandes interesses no tocante ao poder pessoal de poucos, como grande centro do mundo antigo na propagação de cultura e sabedoria. Uma das principais estratégias para o crescimento do acervo da biblioteca foi um decreto que mandava recolher todos os livros dos viajantes que aportavam em Alexandria, e somente depois de copiá-los, os originais eram devolvidos. Baseando-se nos relatos da época, muitas das vezes eram as cópias que faziam às vezes dos originais, na hora da devolução (BÁEZ, 2004; BATTLES, 2003).

As lendas que envolvem a história da biblioteca de Alexandria são muitas. Há relatos de que essa biblioteca já foi alvo de vários incêndios, saques e toda a sorte de malefício. Romanos, gregos, egípcios e cristãos, travaram batalhas (nem sempre bélicas) pelo controle da cidade e da biblioteca de Alexandria. Um dos relatos mais impressionante sobre o declínio da biblioteca de Alexandria é creditado aos árabes, por conta da invasão ao norte da África, e posteriormente a península Ibérica.

Segundo Eutíquio, o comandante Amrouibnal-Ass, ao consolidar a conquista do Egito, enviou uma carta ao segundo sucessor de Maomé, Omar I (586-644), apresentando o inventário de Alexandria [...]. A carta omitiu a existência da biblioteca do museu, que era, sem dúvida, um monumento de Alexandria. No entanto, o cronista e pensador Ibn al-Kifti, admirador de Aristóteles, lembrou em suas páginas como o general Amrou se encontrou com o comentarista João Filópono, que lhe pediu para tomar uma decisão sobre o futuro dos livros da biblioteca do museu e lhe advertiu que as atividades estavam momentaneamente suspensas. Amrou não se atreveu a responder e preferiu enviar outra carta com o propósito de saber o que o monarca pensava sobre esses livros. Amrou recebeu a resposta e leu para Filópono, não sem pesar, a decisão de Omar I: 'com relação aos livros que você mencionou, aqui está a minha resposta. Se os livros contêm a mesma doutrina do Corão, não servem para nada, porque são repetitivos; se os livros não estão de acordo com a doutrina do Corão, não há razão para conservá-los'. Amrou lamentou a decisão, mas não hesitou em cumprir a ordem, segundo o cronista árabe Abd al-Latif: 'a biblioteca de Alexandria foi incendiada e totalmente destruída'. (BÁEZ, 2004, posições 1014, 1021, 1029).

A citação acima nos apresenta uma das visões sobre o declínio da biblioteca de Alexandria. Há relatos de que essa versão da história não proceda pelo fato de o povo árabe nutrir grande devoção aos livros e aos estudos. Há outros relatos que atribuem aos cristãos o declínio da biblioteca, outros aos romanos e até mesmo os próprios egípcios. Uma coisa é certa, a biblioteca de Alexandria sempre suscitará grande curiosidade por parte de pesquisadores e/ou admiradores das bibliotecas ao longo da história (BÁEZ, 2004).

O fim da biblioteca de Alexandria se deu por vários fatores, o mais relevante deles, indubitavelmente, foi causado pela cobiça empregada por outras forças que viam em Alexandria, uma forma de dominação já estabelecida.

A expansão do cristianismo pela Europa, sobretudo no Império Romano, permitiu que o anúncio do Evangelho, por meio dos seguidores de Cristo, pudesse alcançar um número cada vez maior de adeptos. Como procede com todos aqueles que conquistam, o cristianismo tratou de impor sua visão de mundo aos territórios conquistados. O domínio não precisava ser apenas por meio da força, mas principalmente por meio das ideias.

[...] triunfando culturalmente sobre pagãos, judeus e neoplatônicos, os cristãos passaram a sentir os tesouros helênicos das bibliotecas como uma herança incômoda. No século IV d.C., o sentimento chegaria ao ponto de ebulição. Teófilo, patriarca de Alexandria, desejava construir uma igreja no terreno ocupado pelo templo de Serápis, para tanto, deu rédeas largas a uma horda de cristãos, que destruíram o templo e, muito provavelmente, os livros de sua biblioteca (BATTLES, 2003, p. 30-31).

Com o fim do Império Romano em 476, a Igreja Católica passa a ter domínio sobre vastos territórios na Europa. Tal domínio não ficou apenas no campo dos territórios; concomitantemente, as mentes e as atitudes foram moldadas pela nova filosofia de vida, na perspectiva da igreja romana. Esse fato histórico (fim do Império Romano), para muitos pesquisadores da Europa e do Ocidente como um todo, deu início ao que se chama de Idade Média (VENCENTINO; DORIGO, 2001).

É atribuído ao período da Idade Média, a criação e difusão em larga escala, da vida monástica. Os mosteiros tiveram papel fundamental na consolidação da doutrina cristã no tocante a uma vida voltada às regras, além de cumprir uma missão de divulgadores de Cristo. Ao invés das antigas práticas, atribuídas aos gregos e romanos, das leituras em público para divulgação do conhecimento, a vida monástica determinava reclusão por parte dos monges e severa retidão aos ensinamentos cristãos.

O monge que entra 'para a escola do Senhor', para retomar as palavras de São Bento, deve saber ler, e aprender inicialmente os salmos que recitará no ofício. A partir do século VI, o saltério torna-se, no Ocidente, o livro de leitura elementar, e continuará assim até o fim da Idade Média. Os monges devem ler em comum, mas também fazer leituras pessoais em voz baixa, o que é contrário à técnica antiga. Os livros dados aos monges ou são vidas de santos, ou as *Collationes* de Cassiano, mas sobretudo a Bíblia, *lectio divina* por excelência (O PODER DAS BIBLIOTECAS..., 2008, p. 247-248).

Os monges, além das obrigações religiosas como orações e leituras, exerciam outras funções nos mosteiros. Tais funções perpassavam à confecção de pergaminhos (*Charta pergamenum*), passando pela encadernação dos códices. O ofício de copiar os livros para o desenvolvimento das bibliotecas monásticas cabia aos monges, bem como vender exemplares, também

copiados, para algum cidadão de fora dos mosteiros (SERRAI, 1975; O PODER..., 2008).

Do século V ao final do século X, no Ocidente, o livro esteve praticamente confinado ao mundo da Igreja – de tal modo que o próprio termo ‘clérigo’, *clericus*, que a princípio designava um membro da Igreja, passa a tomar o sentido de ‘letrado’ e ‘erudito’. Quando no século V, os quadros do Estado e da administração se desagregam, é a Igreja que assume a sucessão do Império Romano e garante a conservação e a transmissão da cultura antiga (BARBIER, 2018).

A vida cultural estabelecida na Idade Média era em sua quase totalidade, elaborada pelos códigos religiosos criados pela Igreja Católica. A Europa respirava os ares cristãos, até ser invadida por todos os lados, por povos que foram chamados de Bárbaros. Pela Península Ibérica, os árabes, que depois de terem conquistado o Oriente Médio e o Norte da África, cruzaram o Mar Mediterrâneo em direção ao Sul da Europa. Pelo Norte, os *Vikings* arrasaram tudo que viram pela frente em nome da conquista de novos territórios. Já pelo Leste, outros povos igualmente invadiram e dominaram à Europa, isso pelo menos desde o século VII (VICENTINO; DORIGO, 2001).

Embora a força e o domínio da Igreja Católica mantiveram-se atuantes na Europa da Idade Média (ao ponto de criar expedições para eliminar povos e culturas que não pregavam o cristianismo, conhecidas como As Cruzadas), é indubitável as influências desses povos e culturas na organização social da Europa no período supracitado. O que antes era um vasto território pouco habitado e controlado pela Igreja Católica e alguns reinos que se formavam, com a influência dos novos habitantes vindos de todas as partes, à Europa se transformou em um grande centro comercial e cultural, o que preconizou de certa forma, a dinamização dos livros, das bibliotecas e da biblioteconomia de uma forma geral (SERRAI, 1975; VICENTINO; DORIGO, 2001; BARBIER, 2018).

As feiras e o comércio com diversas cidades do próprio continente, bem como da África e Ásia, contribuíram significativamente para o trânsito de milhares de pessoas dentro da Europa. Esta dinâmica entre as pessoas permitiu que as trocas comerciais aumentassem de tal sorte, ao ponto de atrair novos adeptos dessa modalidade, entretanto, as trocas culturais, de forma silenciosa, operaram mudanças observadas até os dias de hoje.

Por volta do ano 859 (ou 245 para os islâmicos), Fátima *Al Fihriya*, em companhia de sua irmã, criou, dentro dos limites de uma mesquita (também criada por elas), uma espécie de centro educativo, visando passar os ensinamentos baseados na doutrina do Corão. O centro de nome *Quaraouiyine*, na cidade de Fez, no Marrocos, é visto como a primeira universidade constituída e ainda em funcionamento do mundo; curiosamente, e a despeito da forma como são tratadas no islã, o mérito de criar a mais antiga universidade do mundo é atribuído a duas mulheres (BEDMAR, 2012).

É inegável dentro da historiografia oficial, o verdadeiro culto dos árabes aos livros e aos estudos. Algumas correntes de pensamento dentro da História refutam veementemente o fato de que os árabes destruíram a biblioteca de Alexandria (episódio já contemplado neste trabalho).

A cultura muçulmana e suas bibliotecas cresceram com assombrosa velocidade. Lá pelo fim do século VIII, a dinastia abássida havia transformado Bagdá num centro de estudos. Os predecessores dos abássidas, os califas Umayyad, já haviam patrocinado os livros e o ensino. Construíram grandes bibliotecas sagradas em sua capital, Damasco, e na mesquita de *al-Aqsa*, em Jerusalém (BATTLES, 2003, p. 67).

Imbuídos das mesmas ideias dos árabes, partindo de um movimento de emancipação do pensamento frente aos ideais determinados pela Igreja, centros urbanos de significativa importância histórica, começaram a construir (física e ideologicamente), lugares onde se pudesse ensinar uma parcela da sociedade, em um grau mais elevado. Esse movimento se deu mediante às transformações ocorrida no Velho Continente, sobretudo as transformações urbanas. Buscando superar os ensinamentos de forma monopolistas da Igreja, em que apenas os clérigos eram beneficiados, e fruindo das transformações comerciais e intelectuais, as universidades europeias foram fundadas (VICENTINO; DORIGO, 2001).

O movimento é coroado com a fundação das universidades: para viverem, práticos e mestres têm de atrair alunos e receber pelo ensino. Ora, o trabalho intelectual não produz nenhum bem objetivo e foge às categorias comuns do mercado [...]. Portanto, os mestres de Bolonha (1088), Paris (c.1150) e Oxford (1167) se organizaram em corporação, chamada *universitas*, para atender uma demanda cada vez mais premente. Após essas primeiras fundações, são criadas outras, sucessivamente, em Salerno (1173), Vicenza (1204), Palêmica (1208), Arezzo (1215), Toulouse e Cambridge (1229). A modernização do modelo político vem acompanhada também da fundação de universidades na Europa Central, em Praga, Cracóvia (1364), Viena e Pécs, e também em Louvain (1425) [...] (BARBIER, 2018, p. 50-51).

De forma antagônica ao surgimento da universidade do mundo islâmico, em que a mulher teve papel preponderante, na Europa medieval e Moderna, a mulher foi lançada ao ostracismo, com o apoio e doutrina da Igreja, restando a elas o papel social de companheira do homem e cuidadora dos filhos, mas não aquela que provinha o sustento financeiro da família.

Foram muitas e significativas às transformações ocorridas na Europa por meio do advento das universidades. Uma mudança de paradigma sentida pela Igreja e pela sociedade, que proporcionou revoluções de proporções longevas. O livro e as bibliotecas, outrora pertencentes aos mosteiros e aos homens da Igreja, passam a ser acessíveis aos cidadãos comuns, e principalmente aos universitários. Convém relatar que nem todos tiveram a oportunidade de ler livros nesta época, seja pelo preço extremamente elevado das obras (que além de serem copiadas uma a uma, tinha como suporte o pergaminho, extremamente caro), ou pelo fato de mais da metade da população do continente ser de analfabetos, condição que acompanhou essa mesma parcela da população em questão por longos anos (BARBIER, 2018; HOBBSAWM, 2009).

Os livros, embora fossem objetos disponíveis aos que tinham capital financeiro para obtê-los, além dos alfabetizados para entendê-los, causou um intenso movimento em seu entorno, tanto de quem os queria para ler, quanto de quem os produzisse. A arte de copiar originais não estava mais apenas sob o domínio de monges e padres; as coleções particulares foram sendo formadas constantemente, revelando-se tempos mais tarde, em verdadeiros tesouros revelados a humanidade; a introdução do papel como novo suporte

informacional, alavancou significativamente a produção de livros e a buscar por eles.

A demanda de formação e de leitura aumentava nas cidades europeias: com as universidades e com as escolas e os colégios, ocorre a penetração da escrita e do livro em uma sociedade cada vez mais ampla. O fenômeno acarreta, em uma segunda etapa, a própria transformação da natureza do objeto: na época carolíngia, o manuscrito era, a rigor, um objeto de consulta, de empréstimo ou de troca; doravante torna-se uma mercadoria dotada de valor, o que abre a possibilidade de desenvolver-se uma economia do livro propriamente dita. O que faz o sistema mover-se, até Gutenberg, é a ação conjunta do mercado e do capitalismo (BARBIER, 2018, p. 95).

Toda a transformação ocorrida nos grandes centros europeus, desde a queda do Império Romano culminaram para um evento de proporções gigantescas não só para à Europa, mais para o mundo editorial. O aperfeiçoamento dos tipos móveis na oficina de Johann Genfleischzur Laden, comumente chamado de Gutenberg (devido sua cidade natalícia), fez com que a máquina ultrapassasse os limites da produção em escala, inundando de publicações, cidades inteiras, e continentes de um modo em geral (SERRAI, 1975; BARBIER, 2018; ORTEGA, 2004).

O Renascimento, explosão de todo acervo artístico e literário, significou o retorno dos valores clássicos e a influência da razão e da liberdade política. O estímulo à leitura determinou uma demanda incapaz de ser satisfeita com os manuscritos. E como as insatisfações geram novas tecnologias, o pouco que se conhecia sobre imprensa determinou o início do processo revolucionário de Gutenberg. Já se conhecia, desde os babilônios, o processo de imprimir na argila molhada as formas gravadas em sinetes de metal ou madeira. Os chineses, desde o século V utilizaram o alto relevo para imprimir o primeiro livro xilogravado (gravado em blocos inteiros de madeira), o **Sutra Diamante**, cerca de 868. Tipos móveis também foram realizados na China, porém, pouco desenvolvido (BUFREN, 1985, p. 111-112. Grifo da autora).

Houve uma verdadeira explosão bibliográfica na sequência da celebrada invenção de Gutenberg. Os livros que outrora eram produzidos com parcimônia, um misto de arte com movimentos precisos, e um serviço de perpetuação de originais pertencentes a outras culturas e que sobreviveram a invasões,

intemperes, ganancia e perseguição, além de feitos individualmente, passaram a ser produzidos em alta escala, com precisão devido à mecanização do serviço, bem como uma rapidez nunca antes experimentada (SERRAI, 1975).

Não foram apenas livros que a impressão por tipos móveis de metal produziu. As ideias circulavam de tal forma na Europa neste período, que estudiosos e intelectuais de diversas áreas do conhecimento, escreviam suas teses em forma de artigo, e publicavam amplamente. Isso influenciou sobremaneira na organização das bibliotecas, que já haviam passado por uma profunda mudança com o advento das universidades, bem como das coleções particulares, e que, diante da explosão bibliográfica promovida pela invenção na cidade de *Mogúncia*, precisou mais uma vez se adaptar à dinâmica social (BARBIER, 2018).

A enxurrada de publicações obrigou as bibliotecas da época a mudarem sua forma de se representar no mundo. Antes, lugares solenes e sacros, depositárias de tratados de inigualável valor simbólico no sentido cultural das palavras, guardadas por homens de letras e de crença religiosa, as bibliotecas da Modernidade europeia, além de se abrirem para as novas publicações que chegaram de maneira acelerada, precisou também observar a sociedade que a circundava, afim de melhor atender quem já em muito batia suas portas e frequentava suas instalações e estantes.

Por ocasião das disputas religiosas entre clero católico e indivíduos que protestavam contra ele, a necessidade de instrução no sentido de alfabetizar-se, levou uma parcela significativa da população a buscar livros e outras publicações. A Reforma Protestantes utilizou a contento das benesses criadas por Gutenberg, tanto assim o fez que as teses de Lutero foram impressas seguindo os padrões dessa nova tecnologia (BARBIER, 2018).

O volume de publicações na Europa era gigantesco. “Anton francesco Doni, escritor italiano, em 1550 já se queixava de existência de ‘tantos livros que não temos tempo para sequer ler os títulos’” (BURKE, 2002, p. 173). Cada vez mais, pessoas simples do povo, reivindicavam o direito (que não era direito ainda) de serem alfabetizadas, o que era visto com certa preocupação pela Igreja e pelos atores políticos que exerciam funções de governantes do povo (BURKE, 2002).

Os homens de letras e os clérigos, não mais detinham a exclusividade nas bibliotecas. Os filões privilegiados, como afirmou Bufrem (1985), eram agora apenas outros usuários das bibliotecas. Diante disso, foi preciso mais do que índices, aos moldes de *Ebla*, *Pergamo* e *Alexandria*, para manter uma biblioteca da Idade Moderna organizada, de modo a recuperar informações sem muita demora. No século XVII, Gabriel Naudé revolucionou o que hoje chamamos de biblioteconomia. Para Serrai (1975, p. 150):

G. Naudé, o maior dos bibliotecários do século XVII, realizou graças ao mecenatismo do Cardeal Mazarin, o programa por ele traçado em 1627 em seu *Advispouredresser une bibliothèque*. Para ele, a biblioteca deveria estar a serviço de todos e ter um caráter universal; deveria conter os livros mais importantes editados em todo o ramo do saber, nas línguas originais e em tradução; deveriam estar representadas todas as literaturas antigas e as contemporâneas e deveria ter lugar para obras ortodoxas e heterodoxas.

Quando se lê que um dos desejos de Gabriel Naudé, era de que a biblioteca deveria estar a serviço de todos, fica-nos a dúvida se ele pensou nas mulheres neste momento, ou se de fato, todos a quem ele se referiu, correspondia apenas aos nascidos do sexo masculino. Se o autor pensou em toda a humanidade no seu afã de que os serviços da biblioteca fossem universais, nós não temos como afirmar, embasados pela forma com que a mulher era tratada à época, entretanto, um outro bibliotecário, nascido dois séculos depois de Naudé, mas de igual notoriedade reconhecida entre seus pares, defendia que as mulheres não fossem preteridas do acesso à informação; este bibliotecário atendia pelo nome de Shiyali Ramamrita Ranganathan.

Criador das cinco leis da biblioteconomia, o bibliotecário indiano S.R. Ranganathan deu uma exímia contribuição ao campo, ocupando-se em propagar que à informação organizada nas bibliotecas, pudessem alcançar a todas as pessoas que a buscasse. Entretanto, ao constatar a forma que as mulheres eram tratadas devido costumes milenares, ele fez pertinentes considerações na intenção de superar tais costumes. Partindo de uma microanálise dentro do seu próprio país, mas entendendo que o seu sistema de leis era universal, Ranganathan sentenciou:

A antítese não tem sido simplesmente entre classes e as massas. À medida que examinamos os preconceitos de tempos antigos à luz da Segunda Lei da biblioteconomia, deparamos com vários outros. Não é apenas a fronteira da renda que, por muito tempo, divide a humanidade entre quem tem direito de usar os livros e quem não tem. O gênero, por exemplo, foi outro fator que restringiu a aplicação da lei **LIVROS PARA TODOS**. Em nosso próprio país, a Segunda Lei ainda não conseguiu completamente superar as limitações vividas pelo sexo feminino (RANGANATHAN, 2009, p. 59. Grifo do autor).

É de conhecimento de muitos, que as mulheres sempre foram vistas como incapazes, seres imperfeitos, dentre outros impropérios. Chesterfiel (1892), e Jean Jacques Rousseau (1911), deram as seguintes sentenças sobre as mulheres:

As mulheres, portanto, são apenas crianças que cresceram demais; tagarelam de modo divertido e, às vezes, com graça; mas, no que tange a um raciocínio sólido, ao bom senso, nunca em minha vida encontrei uma que o tivesse [...] um homem sensato [...] não as consultam, nem confia nelas sobre assuntos sérios (CHESTERFIEL, 1892 *apud* RANGANATHAN, 2009, p. 61).

A busca da verdade abstrata e teórica, princípios e axiomas científicos, o que quer que tenda a generalizar ideias, não cai no domínio das mulheres; [...] no que diz respeito a obra de criação, elas estão fora do seu alcance, e tampouco possuem precisão e atenção suficiente para serem bem-sucedidas nas ciências exatas (ROUSSEAU, 1911 *apud* RANGANATHAN, 2009, p. 61).

Não se ignora aqui as outras transformações ocorridas nas sociedades, sobretudo europeias, do tempo vivido por Gabriel Naudé até se chegar ao período vivido por Ranganathan. O mundo presenciou a Revolução francesa, a queda de diversos reinos, a ascensão da burguesia, a revolução industrial. Tais fatos históricos influenciaram sobremaneira na forma de se pensar e fazer a biblioteca (no sentido do serviço da mesma), imprimindo novas formas de organização das próprias bibliotecas, que passaram a ser tratadas de acordo com sua natureza.

Das coleções particulares da Idade Média e, posteriormente, às coleções dos soberanos e eruditos, iniciaram-se os acervos das bibliotecas nacionais, que majoritariamente tinham a missão de salvaguardar a bibliografia nacional dos

seus respectivos países. As bibliotecas dos estabelecimentos de ensino foram sendo aperfeiçoadas e passaram a se chamar biblioteca escolar e/ou universitária. Coleções especiais, voltadas a atender a um público específico, também foram se desenvolvendo, criando assim as bibliotecas especializadas (SERRAI, 1975).

Outra novidade no tocante à natureza das bibliotecas foi àquela voltada para o público em geral. As bibliotecas públicas surgiram concomitantemente na Europa e nos Estados Unidos. No Velho Continente, elas surgiram mediante um clamor popular por mais informação, clamor esse que vem a reboque das revoluções que sacudiram à Europa. Um significativo contingente de pessoas buscava alfabetização, o que levou a criação de mais bibliotecas públicas para atender a busca de conhecimento por parte dos cidadãos. Nos Estados Unidos, às bibliotecas públicas surgiram para consolidar a democracia na jovem república da América do Norte. Em ambos os casos, a biblioteca pública surge para inaugurar outra forma de atuação da biblioteca, ou seja, a face política de uma instituição que tem inúmeras responsabilidades sociais (SERRAI, 1975; BUFREM, 1985; BATTLES, 2003; ORTEGA, 2004; SANTOS; RODRIGUES, 2013).

Embora se fizesse biblioteconomia desde a Antiguidade, o termo biblioteconomia surgiu apenas na primeira metade do século XIX. A obra, *Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques*, consolida uma área que já vinha se estruturando desde a criação das bibliotecas da Antiguidade, mas que não fora pensada como área do conhecimento até então (ORTEGA, 2004).

O universo das publicações, que cada vez mais proporcionava novas obras para as bibliotecas e demais unidades da informação, ainda contou com a contribuição teórica de Paul Otlet e Henri La Fontaine no final do século XIX. Estes dois vultos da área, fundaram o Instituto Internacional de Bibliografia, e sistematizaram a documentação, fazendo com que este termo fosse mais amplo, o que outrora denominava-se bibliografia. Para além disso, Otlet é visto por muitos como pai da documentação e precursor da Ciência da Informação (ORTEGA, 2004).

Aqui é importante falarmos de maneira direta sobre o papel da mulher num mundo em transformação. Embora pareça absurdo falar separadamente

“da metade da raça humana”, parafraseado Hobsbawm (2009), a presente pesquisa busca mostrar o papel da mulher na edificação do campo biblioteconômico. Ora, não se pode falar da biblioteconomia sem contextualizar as grandes transformações que ela sofreu, ensejadas pelas grandes transformações que as sociedades sofreram. Como resultado dessas transformações, as mulheres chegaram para atuar na área, já em fins do século XIX.

O mundo do século XIX foi um mundo de profundas mudanças no tecido social, seja na cidade ou mesmo no campo. Novas formas de organização entre as pessoas surgiam, quebrando velhas práticas e estabelecendo novos parâmetros relacionais entre as pessoas e a natureza. Todavia, a forma de se olhar para a mulher parecia não querer mudar, mesmo que elas exercessem papéis imprescindíveis na dinâmica social.

[...] Os agricultores precisavam das esposas para o trabalho na fazenda, bem como para cozinhar e criar os filhos; e os mestres-artesãos e pequenos lojistas necessitavam delas para conduzir seu comércio. Se existiam ocupações que reuniam homens sem mulheres, durante longos períodos – digamos as dos soldados e marinheiros -, não existiam ocupações puramente femininas (exceto talvez a prostituição e os divertimentos públicos, a ela assimilados) que não fossem, normalmente, levadas a efeito, a maior parte do tempo, dentro de uma casa; pois mesmo mulheres e homens solteiros que se empregavam como criados e trabalhadores agrícolas ‘moravam na casa’. Na medida em que o grosso das mulheres do mundo continuavam a viver desse modo, agrilhoadas pelo duplo trabalho e pela sua inferioridade em relação ao homem, pouco há que dizer sobre elas que não se dissesse igualmente nos tempos de Confúcio, de Maomé ou do Velho Testamento. Elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XIX (HOBSBAWM, 2009, p. 276-277).

É pertinente fazer este caminho histórico sobre a posição da mulher dentro das sociedades no século XIX, para entendermos como se constitui o estereótipo em relação às profissões que tem um grande contingente de agentes sociais do gênero feminino. Para tanto, seguiremos nos ancorando nas análises feitas por Eric Hobsbawm (2009) sobre este assunto.

Com a crescente industrialização dos meios de produção, outrora de caráter manufatureiros, à indústria reivindicava cada vez mais mão-de-obra para

seus novos parques produtivos que eram criados amiúde. Os homens não eram os únicos a vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção; mulheres e crianças também foram recrutadas, todavia, tiveram seus trabalhos valorados de forma ínfima, pois não tinham o reconhecimento por parte do empregador (e da sociedade a reboque), além de terem a pecha de que seus ganhos não serviam para sustentar uma família, mas para complementar os ganhos do chefe da casa.

O principal 'ganha-pão' devia ter como objetivo um rendimento suficiente para manter todos os seus dependentes. O ganho dele (pois se tratava-se tipicamente de um homem) deveria ser, portanto, idealmente fixado a um nível que não exigisse nenhuma outra contribuição para produzir rendimento familiar suficiente para manter a todos. Inversamente, os ganhos dos demais membros da família eram, na melhor das hipóteses, concebidos como complementares, e isso reforça a tradicional crença de que o trabalho da mulher (e dos menores, é claro) era inferior e mal pago. Afinal, a mulher devia receber menos, desde que não era dela que provinha a renda familiar [...] (HOBSBAWM, 2009, p. 279).

Essa lógica de atribuir menos valor ao trabalho feminino (e infantil, que há época não era ilegal), parte de um pressuposto capitalista, seguido de outro com clara divisão de gênero. Tal afirmação faz sentido quando se pensa que, uma vez não pagando as mulheres de forma justa, tomando por base a não obrigação das mesmas em sustentar as famílias, fazia com que os vencimentos aos homens também não fossem necessários para manter os seus, ou seja: a oferta de trabalho era tanta que obrigava mulheres e crianças a trabalharem, entretanto os ganhos de ambos serviam apenas para complementar os ganhos dos homens. Quanto mais os donos dos meios de produção anunciavam vagas em várias frentes, menos eles pagavam aos operários.

Partindo dessa premissa, a economia do final do século XIX era totalmente masculina, haja vista que era dele (homem) a obrigação de manter o sustento de suas famílias. De forma semelhante à economia, outro campo que foi sendo construindo exclusivamente aos homens foi o da política. Embora houvesse algumas vozes femininas atuantes nessa área, “como exemplo as mulheres de Paris que marcharam sobre Versalhes” (HOBSBAWM, 2009, p.

282), foi atribuído às vozes masculinas o estabelecimento dos marcos democráticos que nasceram neste tempo e perduram até os dias atuais.

Com o esvaziamento dos homens em áreas antes dominadas por eles, as mulheres precisaram ocupar estas frentes. Este movimento ganhou envergadura em diversas cidades europeias, algo que não tardou em acontecer influenciar o mundo ocidental, pelo menos. Todavia, o aumento da atuação das mulheres em postos tradicionalmente masculinos não fez com que elas recebessem melhores salários, e nem ajudou a valorizar as profissões, pelo contrário.

Tanto as mulheres da classe operária como as da classe média viram sua posição começar a mudar, substancialmente nessas décadas, por motivos econômicos. Em primeiro lugar, as transformações estruturais e a tecnologia agora alteravam e aumentavam consideravelmente a perspectiva feminina de emprego assalariado. A mudança mais notável, à parte o declínio do emprego doméstico, foi o aumento das ocupações que hoje são primordialmente femininas [...]. O desenvolvimento da educação primária expandiu o magistério, uma profissão (subalterna) que, em bom número de países – nos EUA e crescentemente na Inglaterra -, tornou-se notavelmente feminizada. Mesmo na França, em 1891, pela primeira vez mais mulheres que homens foram recrutadas para esse exército mal pago e dedicado, o dos ‘hussardos negros da República’, uma vez que mulheres podiam ensinar meninos, mas era impensável submeter homens às tentações de ensinar um número cada vez maior de meninas de escola (HOBSBAWM, 2009, p. 283).

Uma mudança significativa da imagem atribuída às mulheres foi colocada em curso no final do século XIX. Como observado na seção em que se fala da mulher como ela é entendida na visão cristã do patriarcado, foram incutidas a elas adjetivos dos mais perversos e desonestos. A imagem dessa mulher, antes vista como pecadora, pérfida como a serpente, motivos dos tropeços dos homens, lasciva, porta do pecado original, precisou ser substituída por mansa, submissa, carinhosa, zelosa, afável, mãe. Com o ingresso das mulheres no magistério, e com a missão de educar os novos cidadãos para a dinâmica social em vistas a ordem estabelecida pela burguesia, como entregar as crianças aos cuidados de nocivas criaturas?! (MARTUCCI, 1996).

Nos Estados Unidos da América, as ondas das transformações chegaram de forma menos incisiva do que na Europa, porém nem um pouco despercebidas. Um grande bibliotecário e visionário no tocante ao ensino sobre

bibliotecas, fez coisas até então não executadas naquele país. Melville Dewey, impulsionado por ideias revolucionárias, desempenhou um papel preponderante na consolidação de algumas práticas biblioteconômicas vigentes até os dias de hoje. Sem dúvida, sua maior e mais celebrada invenção foi a Classificação Decimal que leva seu nome. Entretanto, os preconceitos sociais e religiosos que ele não fazia questão de esconder, também marcaram o seu nome dentro da biblioteconomia, e é preciso sempre falar deles, pois os mesmos ainda trazem influências negativas para as bibliotecas até hoje (BATTLES, 2003).

Ora, a partir do momento em que as bibliotecas passaram a demandar profissionais que apresentassem perfil zeloso, senso de organização, afabilidade, dentre outros atributos ditos femininos, as portas se abriram para as mulheres. Bufrem e Nascimento (2012) deixam claro que o fato da mulher escolher determinadas áreas para atuar profissionalmente, não, necessariamente, é reflexo de suas habilidades e inclinações profissionais, mas sim, devido a uma violência simbólica imposta pela sociedade, transfigurada e representada na máxima de que: isso é coisa de mulher; aquilo é coisa de homem.

A imagem negativa que se tinha das mulheres, era e continua influente, que nos Estados Unidos da América, imbuído por ideais revolucionários concernentes ao labor na biblioteca, Melville Dewey criou um curso para formar profissionais aptos a atuarem nesses espaços, e para a surpresa de todos, admitiu mulheres! Essa atitude não foi bem aceita pelo conselho da Universidade de Colúmbia, que dois anos mais tarde, fechou o curso que se apresentava como revolucionário (BATTLES, 2003). O que parecia ser uma atitude nobre e inovadora do bibliotecário estadunidense, na prática, se mostrou uma estratégia para rebaixar o *status* da profissão. Battles afirma que:

As mulheres já eram socialmente subalternas em relação aos homens que tinham cargos na universidade. Na visão de Dewey, essa subordinação espelhava perfeitamente bem a subordinação dos bibliotecários em relação a professores e especialistas, que ele considerava necessário para o funcionamento eficiente da biblioteca. (2003, p. 147).

Na perspectiva de Dewey, era preciso contratar mulheres para que elas desempenhassem funções na biblioteca, pois, segundo ele, como se tratava de agentes do sexo feminino, os salários não precisavam ser altos, pelo contrário, seriam pensadamente baixos, como de resto, a sociedade em geral corroborava. Aqui, nos parece que Dewey confirma a tese defendida por Hobsbawm (2009), que dizia que os salários das mulheres não precisam ser altos, pois elas não tinham a prerrogativa de sustentar a casa. Ademais, este pensamento do bibliotecário estadunidense se ancorava na intenção de captar mais recursos para outros fins dentro de uma biblioteca. Independentemente de como ele visualizava a entrada da mulher na biblioteconomia, é flagrante o recorte de gênero que balizava as relações de trabalho no período, pouco importando a capacidade profissional de quem exercia a função. Como se observa, a questão de gênero é utilizada para sustentar o *ethos* desigual, pois como aponta Pierre Bourdieu (1998. p. 124):

Aprendemos pelo corpo. A ordem social inscreve-se nos corpos através desta confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que dá sempre grande lugar à afetividade e, mais precisamente, às transações afetivas com o meio ambiente social. Pensar-se-á evidentemente, sobretudo depois dos trabalhos de Michel Foucault, na normalização exercida pela disciplina das instituições. Mas devemos evitar subestimar a pressão ou a opressão, contínuas e muitas vezes inapercebidas, da ordem comum das coisas, os condicionamentos impostos pelas condições materiais de existência, pelas injunções surdas e a “violência inerte” (como diz Sartre) das estruturas económicas e sociais e dos mecanismos através dos quais elas se reproduzem.

O momento e a forma como as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho biblioteconômico, diz muito sobre as diferenças historicamente construídas e reificadas pela ordem econômica vigente e que alicerçaram as desigualdades de oportunidade e de protagonismo. Inscritas no corpo e, porque não na alma, as interdições no fazer e no falar da mulher serviram como combustível para muitas delas buscarem (re)escrever seus presentes com a força de suas histórias.

Na seção seguinte, discorrer-se-á sobre as relações de gênero dentro da biblioteconomia, e os possíveis entraves advindos desta forma de se pensar a sociedade, um pensamento deveras estratificado.

3.1 QUESTÃO DE GÊNERO NA BIBLIOTECONOMIA: RELAÇÕES SOCIAIS EM UMA ÁREA DENOMINADA FEMININA

Com os avanços dos estudos sobre mulher e feminilidade, sobretudo a partir da década de 1970 do século passado, o conceito de gênero aparece com frequência em debates, temas de livros, performance artísticas, dentre outras manifestações. Entretanto, há sempre uma dúvida quando o assunto gênero vem à tona, afinal de contas, foram às feministas que levantaram esta bandeira, e como se sabe, boa parte da sociedade não nutre boa simpatia para com as feministas. Mas, o que é gênero, e por que é importante falarmos sobre isso?! (SCOTT, 1995; PIRES, 2016)

É preciso emitir um alerta: não se pretende neste estudo, esgotar às dúvidas sobre gênero, ao contrário, acredita-se que não se fala sozinho sobre gênero, precisando assim que haja uma mobilização social para tratarmos do assunto de forma honesta, sem se basear em pressupostos ideológicos patriarcais.

Para muitos, quando se fala de gênero, automaticamente se está falando de mulher. É comum esta associação por parte de leigos, principalmente os que estão fora da academia, e/ou, que não abordam temas relacionados. Nas palavras de Joan Scott (1995), gênero é uma construção social, e está mais relacionado com corpos sexuados, do que propriamente aspectos biológicos. Segundo a autora:

[...] ‘Gênero’, como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios de homens e mulheres. (SCOTT, 1995, p. 73).

De uma forma um tanto quanto simples de se explicar, a questão de gênero está relacionada com os papéis que cada indivíduo deve desempenhar na sociedade, de acordo com o seu sexo biológico, em outras palavras: espera-se do homem atitudes entendidas como viris, protagonismo, força, controle emocional, dentre outros atributos ditos masculinos, e da mulher, espera-se submissão, afabilidade, carinho, mansidão, delicadeza, cuidado, dentre outros atributos elencados como femininos.

As pessoas que porventura decidem ir de encontro às normas não lavradas, ou nas palavras de Bourdieu (1998) são contrárias à *doxa*³ ao *eidós*⁴, mas que são executadas de forma geral e irrestrita, que são pré-fixadas no tempo, e que exercem uma coerção interior em cada indivíduo da sociedade, sofrem consequências. Tal processo foi denominado por Émile Durkheim (2003) como Fato Social, e é exatamente como a questão de gênero, ou a forma com que os corpos sexuados são pensados para se viver em sociedade.

Outra autora que pensa às relações de gênero há anos, e contribui para o debate dentro da academia é Raewyn Connel (2016), que entende gênero da seguinte forma:

³*Doxa*: “[...] conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e valorativos cuja aceitação é implicada pela própria pertença.” (BOURDIEU, 1998, p. 85)

⁴*Eidos*: “[...] modo de pensamento específico.” (BOURDIEU, 1998, p. 85)

Compreendo gênero primariamente como uma estrutura, uma dimensão central de nossa vida social. O gênero pode, claro, ser definido de muitas formas: como um papel, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação dos corpos, e outras mais [...] O gênero, pode-se dizer, é especificamente uma questão de corporificação social. Tecnicamente, o gênero pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história (CONNEL, 2016, p. 17).

Como se pode observar no desenvolvimento textual desta pesquisa, a construção das prerrogativas masculinas, sempre foi posicionada de forma privilegiada, em detrimento de sua oponente sexual. Foi o macho da espécie humana (biologicamente falando), que estabeleceu os cânones históricos, as leis, os parâmetros sociais, as relações entre os seres. Beauvior (2016), de forma categórica e assaz pertinente, denuncia tal questão:

Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza da Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. 'Os homens fazem os deuses; as mulheres adoram-nos', diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade sempre é estabelecido por eles. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei (BEAUVIOR, 2016, p. 122-113).

Não há justificativa moral que faça com que os homens detenham o protagonismo social em diversas sociedades. Se antes a força muscular (*héxis*) era parâmetro para garantir a famigerada superioridade masculina, haja vista a necessidade de se tê-la, em um mundo em que ter força era sinal de sobrevivência, como bem salientou Adichie (2015), na atualidade, basta ter inteligência e outros atributos técnicos, para se obter uma posição desejada na sociedade.

O que faz com que depois de duas décadas do século XXI, milhares de pessoas mundo a fora, ainda entendam a sociedade pela lógica patriarcal estabelecida há milhares de anos?! Bourdieu (2018) nos ajuda a entender alguns questionamentos. Para ele, a ordem social criada, em que o homem detém a prerrogativa em detrimento da mulher, nos é dada como algo natural, que

funciona de forma imperceptível nas ações dos agentes sociais (*habitus*⁵). Destarte, as ações masculinas não carecem de justificativas, uma vez que tais ações desenvolvidas pela sociedade, ratificam a engrenagem da dominação.

Yuval Noah Harari (2018), em seu aclamado livro *Sapiens*, nos leva a entender nossa diferença para com outros animais, inclusive nossos ancestrais remotos. Para o autor, o que fez com que os *sapiens* dominassem o mundo, foi o desenvolvimento da escrita, e nossa capacidade de criarmos ordens e hierarquias imaginadas. A dominação masculina está inserida nesse universo de hierarquias e ordens imaginadas.

Pelo menos desde a Revolução Agrícola, a maior parte das sociedades humanas têm sido sociedades patriarcais que valorizam mais os homens do que as mulheres. Independentemente de como a sociedade definia 'homem' e 'mulher', ser homem sempre foi melhor, sociedades patriarcais educam os homens para pensar e agir de modo masculino e as mulheres para pensar e agir de modo feminino, punindo qualquer um que ouse cruzar essas fronteiras. Apesar disso, não recompensa aqueles que se adaptam. Qualidades consideradas masculinas são mais valorizadas do que aquelas que são consideradas femininas, e membros de uma sociedade que personificam o ideal feminino recebem menos do que aqueles que exemplificam o ideal masculino. Menos recursos são investidos na saúde e na educação das mulheres; elas têm menos oportunidades econômicas, menos poder político e menos liberdade de movimentos. O gênero é uma corrida em que os corredores competem apenas pela medalha de bronze (HARARI, 2018, p. 159-161).

Se nos é apresentado que a dominação masculina sobre as mulheres, faz parte de um mecanismo criado anteriormente por agentes do sexo masculino, com o franco intuito de dominar para mostrar uma superioridade imaginada, há de se convir que através da informação que gera conscientização e engajamento, essa superioridade que existe apenas no imaginário social, pode ser desmistificada.

⁵*Habitus*: “[...] como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *héxis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 2011b, p. 60). Ou ainda: “[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcança-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.” (BOURDIEU, 2011a, p. 87).

A biblioteconomia, por vocação, é um fazer social. Destarte, o papel que se espera de profissionais que atuam em bibliotecas e centros de documentação, é de um profissional atento às dinâmicas sociais atuais, apto a desenvolver mecanismos que dirimam os problemas que, por ventura, venham a surgir no âmbito informacional.

Os/as profissionais da biblioteconomia trabalham, necessariamente, com um dos bens mais valiosos nos últimos tempos, qual seja: a informação! Como profissionais da informação, temos o dever moral, ético e profissional, de receber, tratar, divulgar e salvaguardar a informação, sem criar barreiras ao acesso da mesma, devido nossas convicções de foro íntimo. Informar é um ato de cidadania, e faz com que cidadãos e cidadãs possam conhecer e reivindicar seus direitos, que pesquisas sejam desenvolvidas, e que a sociedade de uma forma em geral possa viver o pleno exercício da democracia (CUNHA, 2003; SANTOS JUNIOR, 2013).

Diante dos fatos elencados, a biblioteconomia como campo de estudo, e, sobretudo seus/suas profissionais como agentes da informação, têm uma série de questões que precisam contemplar. Uma dessas questões é a responsabilidade social que dentre suas definições contempla promover o desenvolvimento de ações que têm por definição, angariar melhorias na vida dos cidadãos, bem como promover soluções que possam ajudar na eliminação de práticas injustas na dinâmica social (SANTOS; FREIRE; TARGINO, 2017).

Abordar o assunto sobre a questão de gênero hoje, é tão importante como foi tratar sobre o tema do fim da escravidão no século XIX. Aqui não se faz comparação com os inúmeros processos de escravização, sofridos por alguns povos ao longo dos tempos, e a relação que baliza a sociedade devido o gênero, apenas se remonta um fato passado, em que a humanidade entendeu que não deveria mais acontecer.

As bibliotecas que sempre foram pautadas pela dinâmica social, com vistas a melhor atender seus consulentes, tiveram mudanças significativas no seu labor institucional no decorrer dos tempos. Isso se pode observar no desenvolvimento deste texto, sobretudo na seção em que discorreu sobre a formação do campo que conhecemos como biblioteconomia.

Convencidos de que à biblioteconomia tem um contingente significativo de mulheres, e como a sociedade, munida de ideias androcêntricas, resolveu

rebaixar, ou melhor, valorizar menos profissões em que a figura feminina estivesse associada, é de se espantar que pouco, ou quase nada se fala da questão de gênero dentro da biblioteconomia (BUFREM; NASCIMENTO, 2012; SOUZA, 2014). Isso fica visível nas poucas pesquisas devotadas ao tema e que nos mostram como ele é largamente preterido dentro da área, que repetimos, tem um grande contingente de mulheres.

Em pesquisa publicada na segunda década do século XXI, Bufrem e Nascimento (2012), buscaram informações sobre a presença de mulheres em produções científicas, além de observar se a temática de gênero estava sendo contemplada dentro da Ciência da Informação. Segundo dados coligidos na pesquisa, uma pequena parcela de trabalhos sobre gênero foi recuperada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no recorte temporal compreendido entre os anos de 1972 e 2011.

Sousa (2014), em sua pesquisa para o doutoramento, também constatou que pouco se havia falado sobre gênero dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Através de buscas feitas em diferentes bases de dados, nacionais e internacionais, a autora aponta a flagrante lacuna de pesquisas sobre o tema supracitado, em uma área em que há indícios bem contundentes de precarização por conta de gênero. Ela utiliza como referências trabalhos de Olinto (1997), Ferreira (2010), e Targino (2006), que também subsidiaram outros poucos autores que trabalharam com o mesmo tema na área.

Em uma área do conhecimento em que se trabalha amiúde com representações, o pouco que se fala sobre as questões de gênero dentro de uma profissão flagrantemente moldada pelo recorte de gênero, revela o quão forte são as relações estabelecidas pela sociedade, e aceitas como algo natural, ou como postula Bourdieu (1998) a incorporação dócil da *doxa*.

A representação está tão imbricada na Biblioteconomia, que há quem se dedique exclusivamente na pesquisa sobre representações dentro da Organização do Conhecimento. Em pesquisa publicada há alguns anos, Sousa e Tolentino (2017) apontam um olhar androcêntrico nos instrumentos utilizados para viabilizar a Organização do Conhecimento. De acordo com os autores, os instrumentos observados na pesquisa (Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres – TEG; Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça – TJ STJ; e Anglo American Cataloguing Rules, 2ª edição – AACR2), contribuem para com

a lógica patriarcal de superioridade masculina frente à feminina, não obstante, concluí que os papéis destinados às mulheres são aqueles que denotam cuidado, zelo, afabilidade.

Ainda sobre a mesma pesquisa, Sousa e Tolentino (2017) sugerem uma revisão no tocante à representação da mulher nos instrumentos supracitados, respaldando-se na dinâmica social, que, pelo menos desde à década de 1970 do século passado, tem levantado a questão da necessidade de uma nova abordagem acerca das relações estabelecidas por gênero, que, como bem salientou Harari (2018), está dentro das ordens e hierarquias criadas.

Sendo assim, entende-se que é preciso promover dentro da Biblioteconomia debates, eventos, discussões que tenham a questão de gênero, senão como tema central, ao menos contemplado de forma indireta. Uma revisão nos currículos dos cursos de biblioteconomia no Brasil, atentando-se para as novas representações sociais que surgem constantemente, e que devem ser observadas por profissionais da área da informação, seria um bom começo para que os bibliotecários e as bibliotecárias do futuro, não tenham que discutir sobre gênero apenas na pós-graduação, uma vez que tais assuntos chegarão como demanda nos balcões de atendimento das bibliotecas, através de pessoas que precisam ter suas necessidades informacionais atendidas, e não preteridas.

5 O CAMPO DA CIÊNCIA

O que comumente chamamos de campo científico ou mesmo ciência, originou-se quando estudiosos (homens) resolveram questionar o monopólio do pensamento exercido pela Igreja católica. Como visto anteriormente nesta dissertação, à Igreja acumulava juntamente com as diretrizes religiosas (doutrina), normas que impactavam diretamente à vida social, não importando se os cidadãos professassem ou não a fé cristã.

Inúmeras pessoas foram condenadas à fogueira pelo fato de se oporem às normas estabelecidas pela Igreja (por vezes em praça pública para servir de exemplo), bem como espalhar teorias que iam de encontro àquelas determinadas pela hierarquia eclesiástica. Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600) e Galileu Galilei (1564-1642), para citar três exemplos de autores amplamente difundidos, ousaram divulgar suas considerações sobre a teoria que questionava a máxima defendida pela Igreja, ou seja: eles propagaram a teoria Heliocêntrica, aquela que apontava que o Sol está no centro do universo, tendo os planetas orbitando em seu entorno, contrariando uma teoria há tempos defendida, de que a Terra estava no centro do universo. (SILVA, 2000).

O pensamento científico significou sucumbir o monopólio interpretativo do mundo reivindicado pela Igreja durante séculos. Falar em ciência era semelhante ao falar sobre coisas terrenas, sem o apelo metafísico que acompanhava o discurso católico da época. Todavia, às descobertas científicas ajudaram aos homens a perceberem que quanto mais conheciam novas coisas, menos sabiam sobre elas.

A Revolução Científica não foi uma revolução do conhecimento. Foi, acima de tudo, uma revolução da ignorância. A grande descoberta que deu início à Revolução Científica foi a descoberta de que os humanos não têm as respostas para suas perguntas mais importantes (HARARI, 2018, p. 261).

A curiosidade dos homens frente aos fenômenos naturais fez com que mais descobertas fossem reveladas. De uma linguagem diretamente matemática nos seus primórdios, à ciência passou a abrigar outros ramos do conhecimento que ajudaram no desenvolvimento do campo científico. Filosofia, matemática,

física, química, arqueologia, economia, sociologia, história, dentre outros campos do conhecimento, passaram a fazer parte do dia a dia da ciência.

A despeito de surgir como discurso opositor aos ditames religiosos na vida social, à ciência faz escolhas; posiciona-se de algum lado. Inúmeros são os exemplos ao longo da história em que cientistas contribuíram com suas descobertas e conhecimentos junto a projetos, movimentos e governos: engenheiros e matemáticos na implantação de grandes projetos de infraestrutura que mudaram radicalmente algumas cidades; químicos e biólogos que desempenharam um papel pertinente na indústria de forma geral; filósofos e sociólogos que ajudaram a construir os códigos que organizam diversas sociedades, etc. Entretanto, também é sabido que através dos conhecimentos científicos, pessoas desenvolveram armas, criaram bombas com grande capacidade de destruição, drogas sintéticas, dentre outras mazelas.

[...] mesmo o mais apaixonado crente na imaculada pureza da ciência pura é consciente de que o pensamento científico pode, ao menos, ser influenciado por questões alheias ao campo específico de uma disciplina, ainda que só porque os cientistas, até mesmo o mais antimundano dos matemáticos, vivem em um mundo mais vasto que o de suas especulações. (HOBSBAWM, 2009, p. 384).

O mundo em que à ciência floresceu passava por diversas agitações no campo da cultura e dos costumes. Como já mencionado, questionamentos que antes não eram feitos (com medo das punições impostas pela Igreja), passaram a ganhar terreno entre os cidadãos de diferentes cidades e países. Algumas das mudanças que surgiram no tempo histórico que se convencionou chamar de Iluminismo, perduram até os nossos dias.

Os cientistas que desde então perderam o temor que sentiam caso houvesse uma inspeção de algum agente da inquisição, passaram a publicar seus feitos em periódicos que foram criados para dar conta da divulgação dos últimos acontecimentos e/ou descobertas da ciência. A perspectiva religiosa não era mais problema para o desenvolvimento da ciência, porém, as mentes revolucionárias que surgiram com o despertar da ciência, não foram capazes de superar questões criadas para a manutenção dos espaços e posições de poder.

Foi com ajuda de cientistas que o preconceito entre pessoas com tons de peles diferentes ganhou ares oficiais, por exemplo: através de estudos

antropométricos, em que se buscou entender o comportamento de certos conjuntos de pessoas, como os desenvolvidos pelo médico legista Nina Rodrigues no final do século XIX, diversas teses foram levantadas e utilizadas para manter viva a discriminação já existente na sociedade brasileira, sobretudo as que subalternizavam a população negra. (FERNANDES, 2013).

Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidade e do devir dos povos. Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgiu representado como um grande exemplo – desta feita, um 'laboratório racial' (SCHWARCZ, 2012. *E-book*, posição 176).

Outras maneiras de manter o status de dominação culturalmente criado e largamente difundido por muitas sociedades se utilizou de estudos científicos para sua ratificação, dentre as quais a superioridade masculina frente à mulher. Além das doutrinas religiosas que tinham grande influência na vida social, e colocava a mulher como inferior ao homem, inúmeros estudos apontavam que a mulher era inapta para determinadas atividades, que não tinha inclinação para outras, devido sua mansidão e parcimônia, além de outros atributos que colocavam a mulher como um ser subalternizado. (BANDEIRA, 2008).

5.1 A ciência e a mulher

O campo científico foi criado por homens e para homens, da mesma forma que os espaços públicos em que se disputavam as posições de poder. Todo movimento revolucionário advindo pela ciência, não buscou superar as divisões criadas, pelo contrário, deu manutenção as formas discriminatórias já existentes.

A presença da mulher na ciência não foi de todo inviabilizada, pode-se dizer que o campo científico abrigava mulheres, mas de uma forma secundária, de modo que elas fossem invisíveis. Sendo assim, esconder a presença feminina na ciência partiu de uma lógica, foi uma escolha. Entretanto, não era qualquer mulher que tinha acesso (mesmo que diminuto) aos locais reservados às experiências científicas.

O espaço reservado às mulheres dentro do campo científico era de acordo com o grau de parentesco que ela possuía com algum membro das chamadas comunidades científicas na Europa dos séculos XVII e XVIII. Todavia, o máximo que elas alcançavam na hierarquia científica, era assumindo o papel de auxiliar que dava suporte aos cientistas. (LETA, 2003).

Na Alemanha, nas primeiras décadas dos anos 1700, Marie Winkelmann Kirch descobriu um cometa e escreveu importantes tratados trabalhando ao lado do marido. Porém, com a morte dele, a Academia de Berlim lhe recusou um cargo oficial de astrônoma. Anos mais tarde, o mesmo cargo foi oferecido ao filho e, então, ela pôde se tornar sua assistente (ARAÚJO, 2020, não paginado).

Respalhando-se em textos (teorias) antigos, principalmente produzidos por gregos, em que se afirmava que a mulher era uma criatura inferior ao homem, o discurso oficial que se observa na história do ocidente é o discurso da exclusão das mulheres dos espaços de poder, da vida social e do campo científico. Hipócrates, considerado por muitos uma importante personagem na história da medicina, nascido em 460 a.C, entendia que a mulher possuía uma natureza que contrastava com o que chamamos de intelectualidade. Tal pensamento acompanhou as teorias filosóficas de Immanuel Kant, bem como as de Jean-Jacques Rousseau. O pai do evolucionismo também comungava dessa perspectiva, quer dizer: em pelo menos duas de suas publicações (A origem das espécies – 1859 -, e A decência do homem e seleção em relação ao sexo – 1871), Charles Darwin apresentava ao leitor a mulher como sendo menos intelectual do que o homem (ARAÚJO, 2020).

Declarada, portanto, as origens e os fundamentos da Ciência Moderna. É uma ciência masculina, androcêntrica, branca, ocidental e localizada nas classes mais abastadas da sociedade moderna, que se auto-instituiu com supremacia sobre todos os outros saberes, passando a se expressar, imediatamente, na linguagem e nas abordagens teórico-metodológicas, decidindo o que conhecer, para que conhecer e quem pode conhecer. Estabelece-se assim, a exclusão das mulheres no processo de construção do conhecimento científico. E, foram os princípios norteadores da Ciência Moderna as ferramentas que balizaram a construção do conhecimento científico, abstraindo, declaradamente, toda possibilidade de considerar as mulheres como sujeitos de conhecimento e do conhecimento, embora isso não tenha sido dito diretamente (SILVA, 2000, p. 3).

Embora houvesse o esforço para ocultar a presença de mulheres em atividades socialmente entendidas para homens, a história nos apresenta exemplos que põe por terra o argumento defendido da incapacidade intelectual feminina. No Egito dos faraós, Hatexepsute (que pertence ao panteão dos faraós egípcios), liderava buscas a novas plantas que eram utilizadas para fins terapêuticos. Theano, na Grécia antiga, foi uma das alunas de Pitágoras, com quem veio a se casar posteriormente, e escreveu livros de Matemática e Física. Na França pós-revolução liberal de 1779, uma mulher de nome Émilie du Chatelet colaborou com Voltaire, além de publicar inúmeros trabalhos que ajudou no desenvolvimento da Física no século XVIII. Não obstante, Émilie du Chatelet traduziu os textos de Isaac Newton para o idioma francês. (ARAUJO, 2020).

A força cultural tão presente em diversas sociedades, reservou aos homens os espaços decisórios ao longo dos tempos. A relação de gênero criou lugares e/ou ofícios em que o fator determinante era o sexo da pessoa. Como supracitado, as mulheres nunca deixaram de participar de questões caras para o desenvolvimento social, e, refletindo sobre o que está em tela, elas contribuíram constantemente com a ciência. Porém, a despeito de já termos (enquanto sociedade), superado diversas barreiras que nos impediam de criar uma sociedade equânime, ainda sim nos deparamos com segregações que insiste em permanecer.

Por meio da **segregação horizontal** as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir carreiras marcadamente diferentes daquelas escolhidas ou sugeridas pelos homens. Sobretudo pela atuação da família e da escola, as meninas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida que consideram ou são levadas a considerar como mais adequadas a elas. A segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero. [...] A **segregação vertical** é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não progredam nas suas escolhas profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como 'teto de vidro', indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens. O teto de vidro é invisível, mas é um mecanismo que tem sido identificado inclusive nas carreiras de ciência e tecnologia (OLINTO, 2011, p. 69. Grifo da autora).

A racionalidade que veio a reboque das revoluções ao longo da Idade Média e Moderna contribuiu para que outros questionamentos, além dos que eram destinados ao controle da Igreja, viessem à tona. Quanto mais as mulheres passavam a ocupar o espaço público antes vedado, mais elas reivindicavam maior participação nos espaços de poder, dentre eles o campo científico.

À ciência respaldava-se na perspectiva da neutralidade, em que a racionalidade livre de emoções e subjetividades, não exerceria influência para não vir a prejudicar os resultados oriundos das experiências/pesquisas realizadas. Porém, a visão de que o agente social feminino trazia consigo as características entendidas como não úteis para o desenvolvimento científico, foi uma criação social, muitas das vezes utilizada para manter a relação de poder estabelecida por padrões dicotômicos.

A ciência, como um produto cultural, social e histórico, desde o seu nascimento, foi moldada na dicotomia existente entre o masculino e o feminino na sociedade, e pelo fato de que, durante a maior parte da sua história, foi empreendida pelo representante do masculino – o homem, branco, ocidental, elitista e colonial (LÖWY, 2009). Portanto, os parâmetros para produzir uma ciência considerada legítima – neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade – incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência (LÖWY, 2009). Nesse sentido, a crítica feminista à ciência tem se ocupado em problematizar o entendimento de que a produção da ciência legítima se dá a partir dos valores associados ao masculino, dos quais as mulheres são consideradas naturalmente desprovidas. (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Às críticas de mulheres ao formato entendido como ideal de ser cientista, partiu principalmente daquelas que construíram a chamada “primeira onda” do feminismo, entre o final do século XIX e início do século XX. Essas mulheres foram diretamente impactadas pela teoria liberal que circulava na Europa e nos Estados Unidos. De início, elas pleitearam igualdade jurídica, direito ao voto, acesso as profissões respaldadas pelo pensamento liberal e maior participação nos espaços decisórios.

Foi no recorte temporal supracitado, aproximadamente em 1857, que operárias do setor têxtil na cidade de Nova Iorque pararam à produção reivindicando melhores condições de trabalho. Tal episódio é reconhecido como o precursor no que depois viria a ser o dia internacional da mulher, comemorado todo dia 8 de março. (CONSOLIM, 2014).

A efervescência de ideias que circulavam nos grandes centros, tanto da Europa quanto da América, ajudou a construir um movimento permanente de pessoas que, uma vez observando as injustiças empregadas por quem detinha o domínio econômico e simbólico, não mais aceitavam permanecer nestas condições, pelo menos não de forma passiva. A chamada neutralidade da ciência foi colocada em xeque, haja vista que não permitir o acesso às mulheres, ancorando-se em teorias culturalmente estabelecidas, revelava mais sobre questões ideologizadas do que a observância aos padrões técnicos necessários para se fazer ciência.

Centrando nessa demarcação de gênero, a ciência começou a ser cobrada de respostas e posicionamentos, já que, as categorias gênero e sexo, estavam fortemente ligadas aos estudos principalmente das ciências biológicas. Inúmeras críticas começaram a surgir, questionando, entre outros aspectos, a objetividade e o caráter de neutralidade que permeavam uma ciência pautada em ideais de masculinidade. Logo, percebeu-se o status de dominação e opressão de gênero que a ciência desempenhava na sociedade, enquanto espaço de poder, ora ao corporificar as mulheres ao ponto de negarem qualquer possibilidade de se fazer ciência, já que estas jamais alcançariam a objetividade necessária, ora ao esquecerem-se dos seus corpos e sua sujeitidade na biologia, na antropologia, na história e na arqueologia, como se estas fossem meras coadjuvantes na história da humanidade. (SANTANA; SANTOS, 2020, p. 173).

A situação das mulheres dentro do campo científico, a partir dos questionamentos mais contundentes desencadeado pelo movimento feminista, há aproximadamente dois séculos, mudou significativamente, se comparado com tempos mais longínquos. Entretanto, contrapondo com a presença masculina e a depender da área de atuação, às mulheres formam um contingente numericamente inferior.

Para se entender o problema que existe entre a ciência e as mulheres é preciso, inicialmente, se entender que se trata de um problema de relações sociais de gênero, uma vez que a ciência tem se caracterizado como masculina, ora excluindo as mulheres, ora negando os seus feitos científicos, através de discursos e métodos nada neutros. Lembrando que a neutralidade é um dos mais importantes princípios que oferece *status* e poder a esta mesma ciência, a Ciência Moderna. Nesta perspectiva, faz-se necessário compreender que esta ciência está situada historicamente num tempo e num espaço, influenciada diretamente por interesses políticos, econômicos e sociais que refletem nas questões de gênero e raça. (SILVA, 2000, p. 2).

Observando a situação da mulher em diferentes campos, e em diversas sociedades, principalmente à sub-representação feminina na ciência, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da UNESCO e da ONU Mulheres, estabeleceu em 2015 que o dia 11 de fevereiro de cada ano seria celebrado o dia internacional da mulher e menina na ciência. A data marca uma série de eventos espalhados pelo mundo, visando debater a situação das mulheres na ciência, bem como estabelecer metas e diretrizes para que a

presença feminina no campo científico cresça de forma constante, além de servir para que meninas tenham referências de mulheres que exercem funções que não aquelas apontadas como meramente femininas. (FIOCRUZ, 2022).

Permanecendo na seara da justiça social, visando dirimir as desigualdades presentes em todo mundo, seja na questão de gênero, raça e condição econômica, a ONU encapa um projeto intitulado de Agenda 2030, em que foram traçadas metas para serem cumpridas nos próximos anos. O plano de ação elaborado pela ONU possui 17 objetivos e 169 metas que versam sobre o desenvolvimento sustentável. A abrangência das metas indica que esse plano de ação tem pretensões globais, e busca construir sociedades equânimes, com liberdade, justiça social, proteção do meio ambiente, erradicação da pobreza e além.

Dentre os 17 objetivos (ou ODS como ficaram conhecidos), destacam-se como pertinente para este estudo a de número 5: igualdade de gênero. O objetivo geral desta diretriz é “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015, não paginado). As metas que compõe esse objetivo versam sobre a necessidade de estabelecer políticas públicas que eliminem as desigualdades sofridas pelas mulheres, baseadas em questões culturalmente construídas; incentivos para que mulheres e meninas tenham mais oportunidades em todas as carreiras profissionais que elas desejarem ingressar; erradicação dos casamentos forçados, principalmente para as meninas; ampliar os serviços de saúde para as mulheres, dentre outros. (ONU, 2015).

5.2 MULHERES NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Ao observarmos atualmente o número de meninas nas escolas de ensino fundamental, e de mulheres no ensino superior em cursos de graduação e programas de pós-graduação, passa-nos a impressão de que sempre foi assim; que não houve luta por séculos, para que mulheres tivessem o direito de estudar e participar das atividades da vida pública, tal quais os homens faziam.

Durante o século XX, sobretudo na segunda metade, a participação de mulheres em espaços fora da esfera doméstica deu um salto significativo, fazendo com que posições antes ocupadas apenas por homens, tivessem a presença de mulheres de diferentes classes sociais, credos, etnia, e tantas

outras peculiaridades de marcação social. À ciência foi um dos campos cujo ingresso das mulheres tornou-se inevitável, sobretudo depois dos movimentos sociais que reclamavam mais participação de agentes historicamente preteridos e marginalizados (como no caso das mulheres).

Ser cientista e ser mulher é um desafio que se impõe, pelo menos desde as conquistas do movimento feminista por emancipação das mulheres. O mundo do trabalho no Brasil, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, absorveu elevada mão de obra feminina, de modo que, numa abordagem percentual, os postos de empregos ocupados por mulheres teve um aumento de 92%, enquanto a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho na década supracitada saltou de 18,1% para 26,8%. (MELO, 1998; MELO; LASTRES; MARQUES, 2004).

Com a maior participação da mulher no espaço de trabalho, a escolarização dos agentes femininos também aumentou; não só em número de mulheres que passaram a estudar, mas, sobretudo pelo tempo de estudo dessas mulheres, superando os homens em anos estudados.

Apesar disso, a lógica da dinâmica científica segue o modelo voltado para atender o público masculino, quer dizer: ainda no século XXI, os papéis entendidos como de gênero (coisa de mulher e coisa de homem), dão a tônica organizacional de diferentes campos de atuação no tecido social. Hildete Pereira de Melo e Lígia M. C. S. Rodrigues, em publicação sobre mulheres na ciência brasileira (2000), nos chamam a reflexão da seguinte forma:

Neste ponto, cabe uma reflexão sobre a divisão dos papéis masculino/feminino dentro da família, para tentar melhor entender por que a presença feminina no mundo científico mantém-se minoritária. Constata-se que, no Brasil, todas as mudanças sociais já assinaladas anteriormente ainda não transformaram o modelo patriarcal vigente na sociedade. Ainda cabem às mulheres, fortemente, as responsabilidades domésticas e de socialização das crianças, além dos cuidados com os velhos. Assim, ainda que dividindo o espaço doméstico com companheiros, as mulheres têm, na maioria dos lares, maior necessidade de articular os papéis familiares e profissionais. É evidente que as mulheres com nível superior, por terem maior renda, valem-se do auxílio de empregadas, que representam a outra face feminina no mercado de trabalho no Brasil (MELO; RODRIGUES, 2000. p. 3-4).

Compreendendo que falta de publicidade de mulheres que influenciaram a ciência brasileira, partiu de diretrizes baseadas em teoria de superioridade masculina, cuja intenção perpassava a questão de gênero, em detrimento das mulheres, Hildete Pereira de Melo e Ligia M. C. S. Rodrigues fizeram um extenso estudo sobre as cientistas que atuaram no Brasil, e que, de certa forma, tiveram seus nomes ocultos do grande público. A pesquisa foi realizada na primeira década do século XXI, e os resultados publicados em forma de livro em 2006, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

No estudo em tela, as autoras apresentam o perfil profissional de 19 pesquisadoras atuantes no Brasil, e que têm seus nomes marcados em diversas áreas do conhecimento, mas, conforme já mencionado, não são conhecidas amplamente dentro do campo científico e fora dele.

A guisa de informação apresentar-se-á na sequência, alguns fatos realizados por tais cientistas, deixando claro o papel fundamental que cada uma desempenhou em sua área de atuação. Todavia, não se pretende neste texto esgotar todas as informações acerca de cada uma das 19 mulheres listadas e relatadas pelas autoras do livro, sendo indispensável à leitura do mesmo.

O modo com que se apresentará às cientistas neste trabalho será de forma reduzida, trazendo a lume alguns fatos. Sendo assim, baseando-se na obra de Melo e Rodrigues (2006), vamos aos nomes e feitos: Alice Piffer Canabrava (1911-2003). Formou-se professora pelo antigo curso normal e deu aula para escolas primárias na cidade de São Paulo. Por ocasião da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Jovem Universidade de São em 1934, foi convidada em 1935, por conta de um programa do governo do estado de São Paulo, e ingressou na graduação de Geografia e História, graduando-se em 1937. Por sua destreza e influência de professores renomados, foi convidada a dar aula como professora substituta na referida faculdade. Em 1942 fez exame para o doutoramento, com uma pesquisa que revelava como era o comércio português no Rio da Prata, entre 1580-1640. No ano de 1946 inscreveu-se no concurso para assumir a cátedra de História da América, da USP. Embora tenha obtido a média mais elevada do conjunto das notas, ela não foi aceita, perdendo a vaga para um candidato do sexo masculino. Demitiu-se da Faculdade de Filosofia, e transferiu-se para à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da mesma universidade, onde conseguiu assumir à cátedra de

História Econômica Geral do Brasil. Alice Piffer Canabrava foi a primeira mulher catedrática da Universidade de São Paulo.

Bertha Lutz (1884-1976). Filha do renomado cientista que dá nome a um importante Instituto, e que pesquisou sobre medicina tropical, e de uma enfermeira de nacionalidade inglesa, a jovem Bertha foi concluir seus estudos na Europa. Na segunda década do século XX, ela licenciou-se na cadeira de *Sciences* na universidade da Sorbone, e logo depois retornou ao Brasil. Influenciada pelas ondas de movimentos reivindicatórios além-mar, Bertha tornou-se uma verdadeira defensora dos direitos das mulheres aqui no país. Escreveu artigos com as ideias que defendia em que ela aproveitava para congregar as mulheres brasileiras a se organizarem em associações e grêmios. Foi aprovada no concurso para o Museu Nacional, onde trabalhou por 46 anos. Criou em parceria de outras companheiras, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, célula da futura Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF. Bertha Lutz lutou na campanha pelo sufrágio feminino nos anos de 1920. Na década de 1930, Bertha formou-se em Direito no Rio de Janeiro, e em 1936 assumiu o mandato de deputada federal. Descobriu diversas espécies anfíbias em suas pesquisas zoológicas, o que lhe rendeu prêmios e uma reputação científica internacional (MELO; RODRIGUES, 2006).

Como supracitado, a leitura do livro é de caráter indispensável para conhecer as demais pesquisadoras, bem como mais dados sobre as duas supracitadas neste estudo, que se valeu dessas cientistas mais para fins ilustrativos do que a intenção de esgotar todas as informações publicadas no livro.

O período pandêmico, além de deixar a humanidade em alerta máximo para evitar um contágio pelo vírus que causa a covid-19, nos revelou mulheres cientistas com vultoso currículo em suas áreas, e que eram desconhecidas de boa parcela da população. Citaremos três nomes de cientistas que passaram a ser conhecidas por atuação na pandemia, igualmente a guisa de ilustração para a pesquisa realizada.

São elas: Dr^a. Jaqueline Góes de Jesus. Graduada em Biomedicina é mestre em biotecnologia e doutora em patologia humana e experimental. Atualmente faz pós-doutorado no Instituto de Medicina Tropical da USP. Jaqueline utilizou dos seus conhecimentos em sequenciamento, e sequenciou o

genoma do vírus SARS-Cov2 em 48h. A segunda cientista listada é Natália Pasternak Taschner, divulgadora da ciência, teve um papel fundamental na divulgação científica durante a pandemia. Natália é graduada em Ciência Biológica e Doutora em Microbiologia pelo Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado no mesmo programa. Pesquisa sobre vacinas em laboratório da USP, além de ser professora visitante na Fundação Getúlio Vargas. Ganhou inúmeros prêmios em decorrência da sua atuação na pandemia. Participa de grupo científico que busca dirimir dúvida sobre a Covid-19 e redes sociais. Por fim, temos a Dr^a. Mrgareth Maria Pretti Dalcomo, incansável pesquisadora da área clínica, atuou na assessoria e na divulgação científica durante a pandemia de Covid-19. Graduada pela Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de Vitória/ES, fazendo o doutoramento em Pneumologia na Escola Paulista de Medicina na UNIFESP. Atou como assessora do ex-ministro da saúde Mandetta (LOPES, 2021).

5.3 Bolsa de produtividade em pesquisa por gênero

À carreira acadêmica aponta para diferentes caminhos. Muitos são os acadêmicos que chegam à determinada posição dentro da academia e se dão por satisfeitos, ao passo que outros querem galgar posições cada vez maiores dentro do campo científico.

Na dinâmica capitalista de produção em que à academia se espelha, ou seja: quanto mais produzir e publicar, mais evidente fica quem está pesquisando, atraindo o reconhecimento dos pares e futuros financiamentos de agências fomentadoras, certas posições que podem ser alcançadas por quem pesquisa, acabam servindo (além das diversas consequências que ocupar tal posição agrega), como um lugar de representatividade e privilégio.

A comunicação científica, a priori, restrita aos membros da comunidade científica, incorpora as atividades associadas à produção, à disseminação e ao uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia como objeto de estudo até que a informação acerca dos resultados é aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos. Isto é, a comunicação científica é indispensável à atividade científica, uma vez que permite aliar esforços individuais dos membros das comunidades científicas de tal forma que favorece ao produto, no caso, a produção científica, e aos produtores (pesquisadores) necessária visibilidade e possível prestígio ou credibilidade no meio social em que produto e produtores inserem-se. No entanto, é evidente que se trata de uma comunidade genuinamente competitiva. O pesquisador vê-se compelido a participar do jogo da disputa pela autoridade científica (SILVA; TARGINO, 2018, p. 14-15).

Concordando com Bourdieu (1998), quando este afirma haver um reconhecimento social que o próprio autor chama de capital simbólico, ser bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - é ocupar e ser reconhecido pela comunidade acadêmica/científica e/ou a sociedade em geral, como uma posição de privilégio, *status*, além de associar a pessoa que possui tal bolsa como dotada de conhecimento e culta.

Posições ocupadas durante a trajetória acadêmica conferem prestígio, reconhecimento, visibilidade, dentre outros benefícios profissionais, partindo do ponto de vista do campo científico. Tais ocupações, não necessariamente classificam o/a cientista como melhor ou pior, competente ou menos competente. Para ser bolsista de produtividade do CNPq, o/a candidato/a passa por um processo que é divulgado por meio de edital. Há um número limitado de vagas, o que inviabiliza que todos/as os/as cientistas consigam a bolsa. Ademais, para ser bolsistas de produtividade em pesquisa, é indispensável haver vontade por parte de quem vai se candidatar. Em suma, ser bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq é obter reconhecimento profissional entre a comunidade acadêmica, não configurando a quem possui a bolsa, superioridade científica.

Dito isso, é importante deixar claro que ao escolher as bolsistas de produtividade em pesquisa que atuam na Ciência da Informação como *corpus* da pesquisa, não se pensou em um grupo de pesquisadoras que esteja acima das demais (que não possuem a referida bolsa). Optou-se apenas em ter um

grupo que desfrute de prestígio junto a seus pares, que possuem o chamado capital simbólico.

[...] uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico. O número de menções do *Citation Index* é um bom indicador [...] (BOURDIEU, 2004, p. 26).

A implantação de um sistema que contribuísse para o crescimento da ciência e da tecnologia no Brasil, em termos históricos, é bem recente. A partir da publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional no limiar da década de 1960, foi que os temas concernentes à ciência e a tecnologia passaram a fazer parte oficialmente dos planos elaborados na área de educação em âmbito nacional (LETA, 2003).

Nas décadas seguintes, a participação de mulheres dentro das chamadas C&T cresceu de forma exponencial, tal qual a participação das mesmas no mercado de trabalho, anteriormente mencionado neste estudo. Todavia, a despeito da grande presença feminina no campo científico brasileiro, a distribuição de bolsas com forte reconhecimento no meio, bem como a presença de mulheres nas áreas tradicionalmente conhecidas como masculinas, não acompanhou o crescimento numérico demonstrado ao longo das décadas (CUNHA; DIMENSTEIN; DANTAS, 2021).

A desigualdade de gênero na ciência é uma realidade em diferentes regiões e países. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco – (2019), as mulheres representam atualmente apenas 30% dos pesquisadores no mundo [...] Estudos desenvolvidos no Brasil revelam o mesmo cenário. Barros e Mourão (2019); Valentova, Otta, Silva *et al.* (2017); Tabak (2002); Leta (2003); Vasconcelos e Brisolla (2009); Velho e Léon (2012), constataram desigualdade entre mulheres e homens em termos de segregação horizontal e vertical, isto é, as mulheres são maioria em áreas do conhecimento relacionadas com as profissões socialmente identificadas como femininas e há uma proporção expressiva de mulheres em posições mais baixas na hierarquia da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) (CUNHA; DIMENSTEIN; DANTAS, 2021, p. 84).

Mesmo com uma forte presença de mulheres em diversos cursos oferecidos por instituições de ensino superior no país, algumas áreas do

conhecimento permanecem como guetos, cuja estratificação por gênero é flagrante. Tal fato pode ser observado em dados publicados por órgãos oficiais da área da educação, ciência e tecnologia, como por exemplo, o próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Na série histórica que mostra a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa pelo CNPq, que compreende o período de 2001 a 2015, o número de bolsistas do sexo feminino em diversas áreas do conhecimento cresceu de forma significativa, chegando até mesmo, em determinadas áreas, a superar o número de bolsistas do sexo masculino. Apesar disso, quando observamos o gênero entre aqueles que alcançam bolsas com maior visibilidade no meio acadêmico, a predominância de agentes do sexo masculino ainda é superior.

Na sequência, apresentaremos tabelas que mostram o número de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq distribuídas no período supracitado. Entendeu-se por bem dividir em duas tabelas a fim de observarmos melhor a divisão das bolsas por gênero em diferentes áreas de conhecimento. Pretendendo ter uma visão macro do processo de distribuição das bolsas, optamos em tabular os dados referentes a três períodos dentro dos 14 anos que compreendem a série histórica publicada pelo CNPq. Sendo assim, os dados que seguem nas tabelas, são dos anos 2001, 2007 e 2015.

Tabela 3 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa divididas em grandes áreas e distribuídas por ano na categoria gênero – mulher.

Grande área	Mulher		
	2001	2007	2015
Agrária	2.812	3.604	6.538
Biológica	4.152	5.644	7.388
Saúde	2.915	3.688	6.394
Exa. & Terra	2.618	3.592	7.219
Eng. & Comput.	1.841	2.804	4.942
Humanas	3.700	4.201	6.911
Soc. Aplicadas	1.778	2.021	3.948
L. L.& Artes	1.251	1.430	1.862
Total	21.066	26.984	45.207

Fonte: CNPq /AEI, 2020.

Observa-se que em todas as áreas do conhecimento apontadas na tabela 1, o aumento no número das bolsas distribuído as cientistas do sexo feminino é notório, inclusive nas áreas que ainda hoje, têm um forte apelo da presença

masculina, como Exa. & Terra e Eng. & Comput. É claro que em comparação com as bolsas distribuídas aos cientistas do sexo masculino nas mesmas áreas, o número de bolsas dado às pesquisadoras fica abaixo, revelando que, a despeito de todo conhecimento obtido, das descobertas científicas que mudaram o mundo, e dos movimentos reivindicatórios reclamando por igualdades, persiste um olhar androcêntrico sobre a divisão social do trabalho.

Tabela 4 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa, divididas em grandes áreas e distribuídas por ano na categoria gênero - homem

Grande área	Homem		
	2001	2007	2015
Agrária	3.795	4.118	6.377
Biológica	2.984	3.826	4.718
Saúde	1.676	1.930	2.973
Exa. & Terra	5.404	7.207	13.874
Eng. & Comput.	4.761	5.983	8.610
Humanas	2.148	2.761	4.726
Soc. Aplicadas	1.408	1.674	3.146
L. L.& Artes	510	718	1.056
Total	22.686	28.217	45.480

Fonte: CNPq /AEI, 2020.

Embora seja possível notar pelos números, a progressiva presença de mulheres como bolsistas de produtividade em pesquisa ao longo dos anos analisados, vê-se que o protagonismo masculino nesta modalidade (bolsistas PQ) continua na dianteira. Faz-se necessário elucidar que esta pesquisa não vislumbra fazer a comparação na trajetória acadêmica entre mulheres e homens (como fica claro na apresentação dos objetivos), porém, os dados apresentados reforçam algumas análises já exposta neste texto, que versam sobre questões socialmente construídas e que interferem na vida social, como exemplo: lugares e posições de homens e de mulheres.

Nas tabelas expostas, alguns números vão ao encontro das teses defendidas por diversos autores que ajudam a construir o referencial teórico desta pesquisa. Silva e Ribeiro (2014); Melo, Lastres e Marques (2004); Leta (2003), e alguns mais, apontam que há um número maior de mulheres nas áreas das ciências Humanas, Social Aplicada, Linguagem e Artes, enquanto os homens se concentram nas Exatas e da Terra, Engenharia e Computação.

Somando os números publicados pelo CNPq, as bolsas distribuídas em 2001, 2007 e 2015 aos pesquisadores masculinos da área de Exatas e da Terra, totalizam 26.485 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco bolsas). Nos mesmos anos, as bolsas conquistadas por mulheres da mesma área de atuação supracitada chegam a 13.429 (treze mil quatrocentos e vinte nove bolsas). Nas Engenharias e Computação, de acordo com os dados que estão sendo analisados, também encontramos superioridade masculina frente à feminina, na distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa. Eles obtiveram 19.554 (dezenove mil quinhentos e cinquenta e quatro bolsas), enquanto elas conseguiram 9.587 (nove mil quinhentos e oitenta e sete). Em valores percentuais, a diferença entre o número de bolsas distribuídas por gênero nas áreas de conhecimento mencionadas são aproximadamente 49,19% e 50,97%, respectivamente.

Nas áreas em que a presença de mulheres é sensivelmente superior, os números indicam outra tendência na distribuição das bolsas por gênero. Em Humanas, foram concedidas 14.812 (quatorze mil oitocentos e doze) bolsas as pesquisadoras. Os pesquisadores (homens) obtiveram 9.635 (nove mil seiscentos e trinta e cinco), uma diferença de aproximadamente 35% de bolsas a mais concedida a pesquisadoras do sexo feminino. Na área das ciências Sociais Aplicadas, as mulheres também encabeçam a lista de mais bolsas concedidas. Foram 7.747 a elas, e 6.228 a eles.

Há uma lista hierárquica no tocante às bolsas de produtividade em pesquisa oferecidas pelo CNPq, em que os/as pesquisadores/as são enquadrados de acordo com as especificidades publicadas pelo órgão. Baseando-nos em documento publicado pelo próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, às bolsas de Produtividade em Pesquisa são destinadas aos pesquisadores e as pesquisadoras que se destacam entre seus pares, cuja produção científica é valorada dentro dos critérios e normas estabelecidos pelo próprio Conselho, e pelos seus Comitês de Assessoramento (CNPq, 2015).

As categorias das bolsas PQ's são as seguintes: Pesquisador/a sênior (SR), PQ-1A, PQ-1B, PQ-1C, PQ-1D, PQ-2. Para ser enquadrado/a na categoria 1, o/a pesquisador/a terá sua produção científica dos últimos 10 anos confrontada por meio de uma base comparativa, entre seus pares, visando

identificar se os critérios estabelecidos foram alcançados, sobretudo os que versam sobre formação continuada de recursos humanos. O enquadramento nessa categoria vai de 1A até 1D. Na categoria 2, as especificações de níveis são inexistentes. Caberá aos Comitês de Assessoramento avaliar a produção científica e a atuação acadêmica do/a candidato/a nos últimos 5 anos (CNPq, 2015).

Diante do exposto, entendemos que as diferentes categorias que são estabelecidas na distribuição de bolsas de produtividade, expressam uma forma de hierarquizar as posições de pesquisadores dentro da dinâmica da ciência brasileira. Tal dinâmica ancora-se na perspectiva da produção aos moldes do sistema capitalista (o que fora supracitado neste texto), que beneficia, mesmo que de forma indireta, a carreira científica dos agentes do sexo masculino, muito ainda pelo fato de que a mulher é vista como a responsável por criar, alimentar e educar os filhos, cuidar dos velhos e doentes, além de administrar e organizar tudo que for referente à dinâmica doméstica.

Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família *vis-a-vis* as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família, outras, pela academia, e um número decide combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtiva quanto se esperaria (ou gostaria). (VELHO, 2006. p. 15).

Observando os dados coligidos e publicados pelo CNPq acerca das bolsas de produção em pesquisa distribuídas por gênero nas categorias expostas anteriormente, é flagrante o elevado número de benefícios concedidos aos pesquisadores (homens), em comparação com pesquisadoras (mulher). Leta (2003); Melo e Rodrigues (2006); Silva e Ribeiro (2014); Velho (2006), dentre outros, apontam para a disparidade entre homens e mulheres no que se convencionou chamar de topo da carreira científica. Em consonância com o pensamento das autoras supracitadas, fica-nos as seguintes indagações que carecem de respostas: seria o homem mais competente do que a mulher; mulheres solicitam menos bolsas ao CNPq e/ou agências fomentadoras de

pesquisa; os critérios de avaliação para a concessão de bolsas precisam de reformulação, haja vista que valoriza a produção, o que requer maior dedicação por parte de quem pesquisa?

Nas tabelas abaixo, pode-se observar o quão diferente é a concessão de bolsas de produtividade em pesquisa entre homens e mulheres, no que tange as categorias com maior elevação do reconhecimento científico e social. Os números apontam para uma tendência acadêmica que privilegia mais o agente social masculino, entretanto, por não dispor de informações quantitativas para tanto, optamos em apenas mostrar os números em caráter informativo, e apontamos a necessidade de mais pesquisas sobre este fato. Vamos aos números:

Tabela 5 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa divididas por categorias hierárquicas e distribuídas por ano e gênero - mulher.

Categorias	Mulher		
	2001	2007	2015
SR	-	5	27
PQ-1A	228	241	306
PQ-1B	195	318	407
PQ-1C	298	429	487
PQ-1D	459	501	829
PQ-2	1.280	1.815	2.957
Total	2.460	3.309	5.013

Fonte: CNPq /AEI, 2020.

A concessão de bolsas de produtividade em pesquisa para pesquisadoras, principalmente nas categorias Pesquisador/a sênior e PQ-1A, teve pouca variação nos anos que correspondem à análise dos dados. Embora tenhamos escolhido os anos de 2001, 2007 e 2015 para analisar, houve registro de bolsas concedidas em todo período que compreende a série histórica, ou seja: de 2001 a 2015, para todas as categorias a partir da PQ-1A. Os primeiros registros de concessão de bolsas para as pesquisadoras que se enquadraram na categoria Sênior ocorreram a partir do ano de 2007.

Observando à tabla 3, podemos tirar outras informações sobre o processo de concessão de bolsas de produtividades por categorias, para pesquisadoras. Enquanto as bolsas para PQ-1A teve baixa variação, ou seja: em 2001 foram concedidas 228 bolsas, ao passo que em 2007, seis anos depois, o número de

bolsas concedidas (em comparação com 2001) teve uma elevação de 13 bolsas a mais. O salto das bolsas concedidas em 2015, em comparação com as de 2007 foi mais significativo; foram 65 bolsas a mais do que em 2007, algo em torno de aproximadamente 21,24% de aumento.

Ao analisarmos a tabela 4 (que segue abaixo), a diferença de bolsas concedidas por categorias aos pesquisadores é bem significativa. Como já mencionando, mas não é exaustivo repetir, a pesquisa que ora se apresenta, não buscou traçar uma comparação entre a trajetória acadêmica de homens e mulheres, todavia, torna-se indispensável, até mesmo por uma questão de análise, trazer informações que versam sobre a baixa presença de pesquisadoras no campo científico em geral. Dito isso, pegando os dados publicados pelo CNPq sobre o número de bolsas de produtividade concedidas por gênero no ano de 2015, na categoria PQ-1A, a diferença entre os dois gêneros apresentados chega a cerca de 67,37%. Segue abaixo a tabela 4 com os dados.

Tabela 6 - Número de bolsas de produtividade em pesquisa divididas por categorias hierárquicas e distribuídas por ano e gênero – homem.

Categorias	Homem		
	2001	2007	2015
SR	-	18	85
PQ-1A	792	805	938
PQ-1B	523	638	876
PQ-1C	765	933	864
PQ-1D	964	962	1.487
PQ-2	2.163	3.122	4.843
Total	5.207	6.478	9.093

Fonte: CNPq /AEI, 2020.

6 ANÁLISE DE DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DO ID LATTES, E PROCESSADO PELO *SCRIPTLATTES*.

Ao dedicar tempo, atenção e até mesmo afeto a uma pesquisa, busca-se sempre fazer o melhor que se pode para que a mesma tenha acolhimento da comunidade acadêmica, bem como da sociedade, quando esta tem acesso aos resultados das pesquisas. Nesse sentido, os dados coletados precisam ser analisados, expostos em gráficos, tabelas e quadros de modo que tragam ao/a leitor/a, informações claras e precisas sobre os resultados alcançados com a pesquisa.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que dentre outros objetivos, buscou elucidar o papel da mulher dentro do campo científico, sobretudo na biblioteconomia e Ciência da Informação. De antemão é necessário esclarecer que não se quis fazer um comparativo entre homens e mulheres dentro do campo científico, mas sim, mostrar o desempenho profissional das mulheres em uma área que durante séculos, impediu que as mesmas pudessem desenvolver atividades laborais em unidades de informação.

Acessando o site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fizemos uma busca por “bolsistas de produtividade em pesquisa” (PQ), dentro da grande área da Ciência da Informação, com bolsa ativa em 2019.

Embora (ainda hoje) encontra-se quem acredita que determinadas posições na sociedade são destinadas a um gênero específico, a escolha de certas profissões por homens e/ou por mulheres, não necessariamente acontece como algo “natural”, ou seja, por inclinações próprias. Bufrem e Nascimento (2012) deixam claro que o fato de mulheres escolherem determinadas áreas para atuar profissionalmente, não é reflexo de suas habilidades e inclinações profissionais, majoritariamente, mas sim por conta de costumes criados e difundidos pela e na sociedade, ao que Pierre Bourdieu (2010) chamou de violência simbólica. Essa violência imposta pela sociedade é transfigurada e representada na máxima de que: isso é coisa de mulher; aquilo é coisa de homem.

Uma das profissões que passou pelo crivo social e mudou expressivamente sua imagem foi a dos bacharéis em Biblioteconomia (como visto anteriormente), o labor de bibliotecário era destinado exclusivamente aos

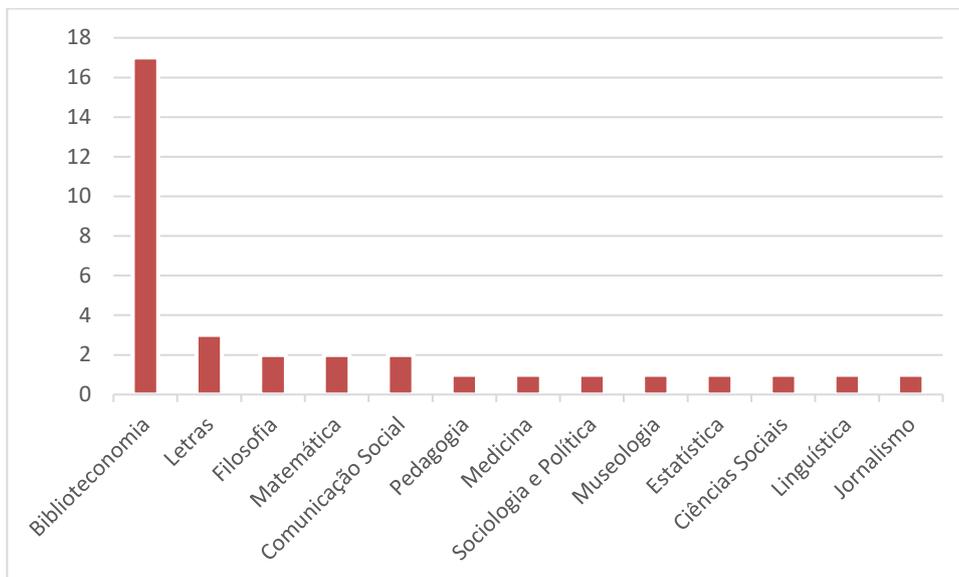
homens, extinguindo assim, a possibilidade de a mulher atuar profissionalmente dentro de uma biblioteca. É claro que não se tratava de qualquer homem da sociedade, que poderia exercer funções dentro das bibliotecas, haja vista que elas estavam dentro de instituições religiosas, faculdades e dentro de reinados.

Com a emergência de novos mercados conquistados por empresários em franca ascensão econômica no mundo ocidental, além de conflitos entre países e, conseqüentemente, a perda de mão de obra masculina, as mulheres precisaram sair da esfera privada em direção à pública. Não nos é oculto saber que a dicotomia entre masculino e feminino e as relações de gênero sempre balizaram a ordem social como foi apresentado anteriormente.

Foi por volta de 1887 que as mulheres passaram a fazer parte da Biblioteconomia, ou seja, elas passaram a estudar para atuarem em bibliotecas. Como se observa em diversos trabalhos durante anos, sobretudo e desenvolvido por Hugo Pires (2016), o número de mulheres nos cursos de Biblioteconomia em nosso país, supera e muito a presença de homens; embora haja um movimento considerável que revela um número elevado de homens na profissão, depois que aportes tecnológicos fizeram parte do fazer bibliotecário.

Em uma das análises feita nesta pesquisa, se buscou verificar qual foi “a porta de entrada” das bolsistas de produtividade em pesquisas do CNPq, que atuam na Ciência da Informação. Verificou-se que o número de bolsistas que fizeram Biblioteconomia no início de suas carreiras acadêmicas, é infinitamente maior em comparação com as outras graduações feitas por este mesmo grupo aqui analisado, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Graduações feitas pelas bolsistas de produtividade em pesquisa na Ciência da Informação



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019

É válido esclarecer que no universo das 28 mulheres que são bolsistas de produtividade de pesquisa em Ciência da Informação em 2019, sete delas (25%) fizeram mais do que uma (1) graduação, enquanto as demais cursaram somente uma (1) graduação. Sendo assim, o somatório desta análise (graduação feita pelas bolsistas PQ), levou em consideração todas as graduações feitas, independente de quantas foram. Diante disso, tem-se a seguir os números analisados: Biblioteconomia 17; Ciências Sociais 1; Comunicação Social 1; Estatística 1; Filosofia 2; Jornalismo 1; Letras 3; Linguística 1; Matemática 2; Medicina 1. Museologia 1; Pedagogia 1; Sociologia e Política 1.

O que se pode tirar de informação desta análise do início da carreira acadêmicas das bolsistas de produtividade em pesquisa que atuam na Ciência da Informação? Em primeiro lugar, parece que quem cursa Biblioteconomia e busca continuar na carreira acadêmica, direciona suas pesquisas para o campo da Ciência da Informação, isso flagrantemente expresso pelo número acentuado de graduações em Biblioteconomia das bolsistas aqui analisadas. Em segundo lugar, confirma a tão evocada interdisciplinaridade da Ciência da Informação; são doze⁶ as áreas do conhecimento representadas na análise feita, o que

⁶Embora sejam 13 cursos apresentados no texto, entendemos como 12 áreas do conhecimento pelo seguinte fato: Sociologia e Política estão dentro das Ciências Sociais.

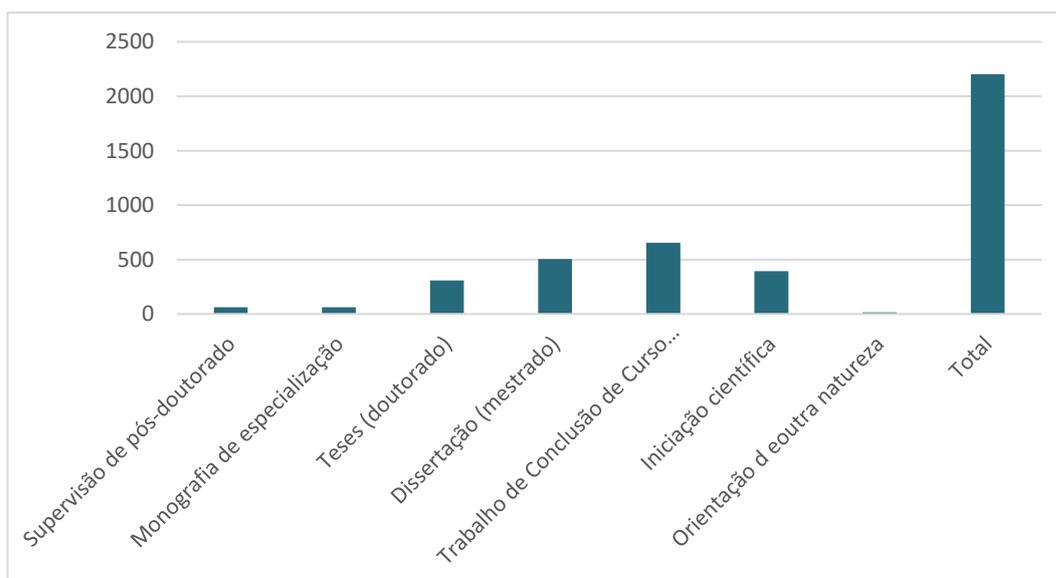
demonstra que a interdisciplinaridade é uma constante dentro da grande área da Ciência da Informação.

6.1 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Muito se fala da competência quando o assunto perpassa o âmbito profissional. A primeira e mais acentuada divisão social se deu entre homens e mulheres, ou seja: quem tem força e quem não a tem; posteriormente essa dicotomia balizou uma gama de divisões na vida social. Uma dessas divisões é a relacionada ao trabalho, que grosso modo, valorizou o trabalho desenvolvido no âmbito público (fora de casa), e conseqüentemente o ator social que atuava nesse ambiente, ou seja, o homem. Em contra partida, o trabalho executado no âmbito privado (doméstico), não só foi preterido enquanto categoria laboral, como também dedicado exclusivamente às mulheres, como nos mostra Castro (1992).

Ainda no contexto da análise dos dados obtidos pela pesquisa, ficam expostos abaixo os números inerentes à atuação profissional das bolsistas de produtividade em pesquisa, que atuam na área da Ciência da Informação.

Gráfico 2 - Atuação profissional

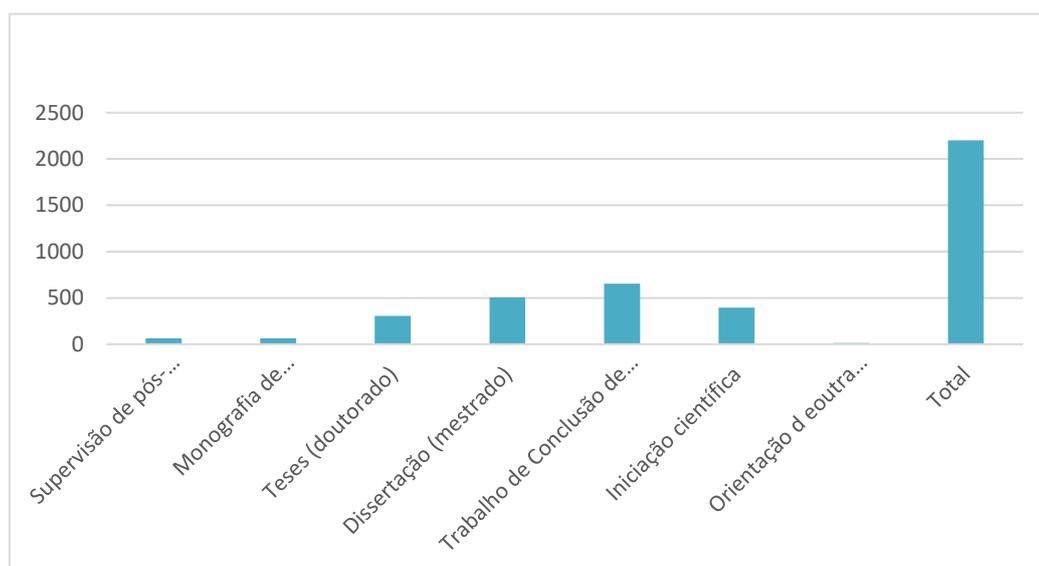


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019.

No recorte deste trabalho, que se digna mostrar a atuação profissional das bolsistas de produtividade em pesquisa, levantou-se as seguintes informações que foram ilustradas no gráfico acima, a respeito das orientações em andamento: são 13 supervisões de pós-doutorado; 185 teses para doutorado; 93 dissertações para o mestrado; 13 trabalhos de conclusão de curso para graduação; 39 projetos de iniciação científica e 14 orientações de outra natureza. No somatório final, as bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, que atuam na Ciência da Informação, estão orientando e/ou supervisionando atualmente 357 trabalhos/projetos, dando assim uma significativa contribuição tanto para sedimentação da área, como para a Ciência de uma forma em geral.

Na mesma linha de análise, ilustraremos abaixo, no formato de gráfico, as supervisões e orientações de responsabilidade das bolsistas aqui pesquisadas, que já tiveram suas atividades finalizadas. São eles:

Gráfico 3 - Atuação profissional acadêmica - orientações



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019.

Foram 63 supervisões e/ou orientações de pós-doutorado; 307 orientações de teses; 506 de dissertações; 63 de monografia de especialização; 654 orientações de Trabalho de Conclusão de Curso; 394 projetos de iniciação científica; 216 orientações de outra natureza, totalizando 2203 trabalhos finalizados, cuja importância e lastro para a área, podem ser vistos em periódicos e anais de eventos. Ainda na análise de números da atuação profissional do

grupo pesquisado, e no recorte temporal supracitado, revelou-se um total de 353 projetos de pesquisas desenvolvidos.

6.2 Publicações

As publicações são uma das formas mais rápidas de fazer com que nossas pesquisas cheguem aos nossos pares, à comunidade acadêmica e a sociedade de uma forma geral. Ter um trabalho, um artigo ou um livro publicado, é uma forma de reconhecimento da academia pela qualidade da pesquisa desenvolvida, além de uma vitória pessoal. Nossas bolsistas de produtividade em pesquisa, de forma bem atuante, tiveram a honra de publicar seus trabalhos, artigos e livros, que gerou não só contribuição para a ciência, como prêmios e títulos. Abaixo, demonstraremos graficamente, os números por nós coligidos.

Gráfico 4 - Artigos publicados em periódico



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019.

O gráfico nos mostra que a média de publicações em periódicos pelas bolsistas de produtividade (PQ) ao longo dos anos estabelecidos na pesquisa, manteve-se na casa das 100 publicações anuais. Salvo o primeiro ano analisado neste trabalho, e o correte (que estão abaixo das cem publicações), os demais

anos mantiveram a considerável margem das cem publicações anuais. Outra abordagem que pode ser feita a partir desses números, é pesquisar em quais periódicos essas mulheres publicaram; o *Qualis* desses periódicos; em que programa de Pós-Graduação e/ou universidade está alocado, dentre outras informações; todavia, esta temática não está em desenvolvimento neste trabalho, mas fica a sugestão para futuras pesquisas.

Tabela 7 - Livros publicados e/ou organizados pelas bolsistas de produtividade em pesquisa da C. I.

Ano	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
2009	5	4,63%
2010	10	9,26%
2011	10	9,26%
2012	15	13,89%
2013	12	11,11%
2014	6	5,56%
2015	16	14,81%
2016	10	9,26%
2017	13	12,04%
2018	19	8,33%
2019	2	1,85%
Total	108	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019

Sabe-se que a publicação de um livro demanda mais tempo e esforço do que a publicação de um artigo de periódico (por exemplo), por tanto, não se pode exigir/esperar que haja um número elevado desse tipo de publicação durante um ano, ao ponto de ultrapassar a cada dos 20 livros publicados. Independentemente de como foi publicado esses livros, ocorre-nos que 108 foram publicados e/ou organizados pelas bolsistas de produtividade e pesquisa que atuam na Ciência da Informação. Embora, observa-se que o ano de 2009 (início do nosso recorte temporal), e o ano de 2014 tiveram números bem menores do que os demais anos, o somatório final já constitui uma bibliografia deveras significativa, difícil de passar como ignota.

Os capítulos de livros publicados também são uma excelente fonte a ser consultada para pesquisas em curso e futuras (bem como foram para as passadas), e, sem dúvida, importante na dinâmica da divulgação científica. Nossas bolsistas contribuíram de 2009 a 2019, com 574 capítulos de livros

publicados (como se verá na tabela 3). Com uma frequência que superou a casa dos 30 capítulos anuais em média, houve alteração apenas no ano de 2014; curiosamente foi em 2014 também que o número de livros publicados ficou abaixo da média, fenômenos que não ocorreu, por exemplo, em artigos completos publicados em periódicos (gráfico 4); trabalhos completos publicados em anais de congresso (tabela 4), e resumos expandidos publicados em anais de congressos (tabela 5).

Tabela 8 – Capítulos de livros publicados

Ano	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
2009	43	7,49%
2010	51	8,89%
2011	41	7,14%
2012	54	9,41%
2013	77	13,41%
2014	25	4,36%
2015	100	17,42%
2016	49	8,54%
2017	75	13,03%
2018	39	6,79%
2019	20	3,48%
Total	574	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa ,2019.

6.3 EVENTOS E CONGRESSOS

Os eventos que ocorrem periodicamente no território nacional e fora do país, são os momentos de grande visibilidade para pesquisadores e pesquisadoras mostrarem suas pesquisas e/ou resultados delas, bem como a comunidade científica que se reúne para divulgar as últimas descobertas de sua área de atuação. Na seara da Ciência da Informação, na perspectiva brasileira, temos no mínimo dois grandes eventos anuais com caráter internacional, quais sejam: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), sendo o outro grande evento da área o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

O *corpus* da pesquisa, dentro do recorte temporal que achamos por bem nos debruçarmos, teve 2096 participações em seminários, congresso, e/ou

eventos de uma forma geral, além de ter participado na organização de 647 eventos. Abaixo demonstraremos em gráficos, outros números que correspondem à participação em eventos das bolsistas de produtividade em pesquisa, como autoras de trabalhos apresentados.

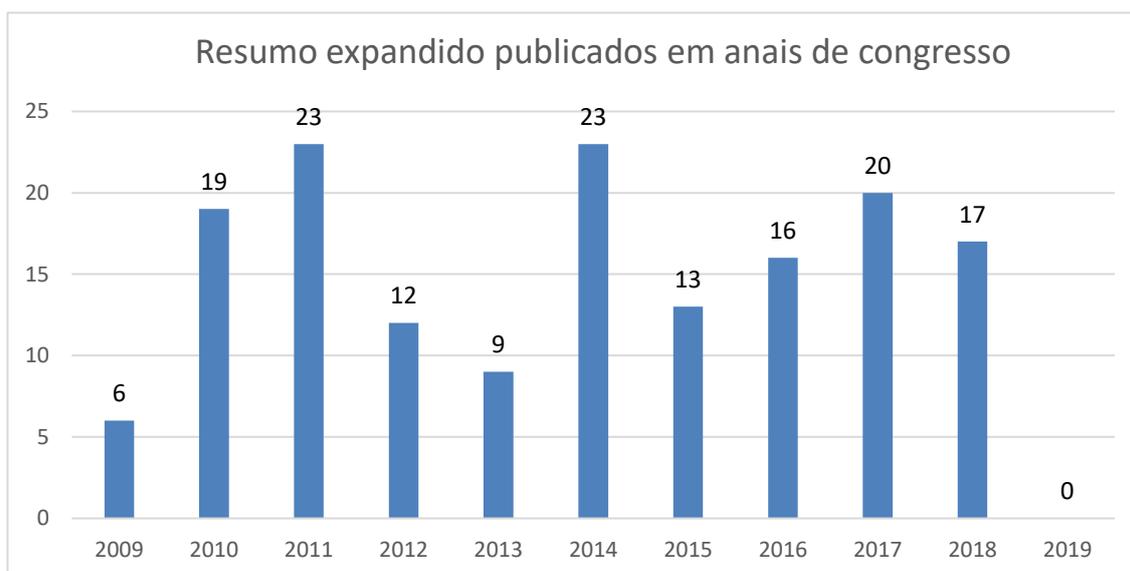
Tabela 9 – Trabalhos completos publicados em anais de congresso

Ano	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
2009	104	8,65%
2010	109	9,07%
2011	116	9,65%
2012	101	8,40%
2013	120	9,98%
2014	117	9,73%
2015	119	9,90%
2016	147	12,23%
2017	129	10,73%
2018	122	10,15%
2019	18	1,50%
Total	1202	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2019)

De acordo com o esquema demonstrado na tabela 4, observa-se que mais de 100 foram os trabalhos publicados nos anais de congressos em que as bolsistas participaram. Este é um número expressivo, comparando com o número de eventos que elas participaram. Sendo assim, baseando-nos pelo número de eventos participados (2096), comparando com o número de trabalhos publicados em anais desses mesmos eventos, tem-se a frequência relativa de 57,35%. Ou seja, elas publicaram nos anais de 57,35% dos eventos que participaram.

Gráfico 5 - Resumos expandidos publicados em anais de congresso



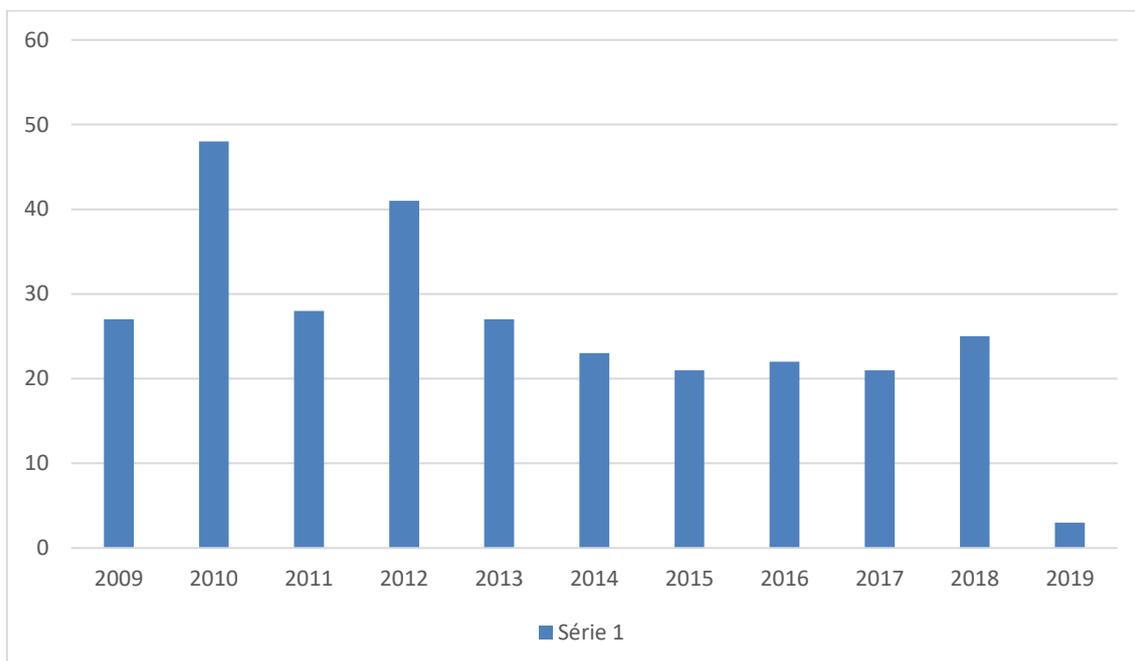
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019.

Os resumos expandidos, modelo de submissão e publicação cada vez mais presente nos eventos acadêmicos, também serviram para a participação das bolsistas PQ em Ciência da Informação. De forma mais tímida (por assim dizer) do que as publicações de trabalhos completos em anais de congressos, mas sem perder a importância de uma publicação científica, as mulheres PQ's da Ciência da Informação mostraram os resultados de suas pesquisas. O gráfico 5 nos mostra como, durante os anos que dão aporte para esta pesquisa, estas publicações foram divididas.

6.4 Títulos, produção artística e produção técnica.

Embora o universo da pesquisa é majoritariamente voltado para à ciência (ou deveria ser), alguns prêmios acabam por vim ao longo da carreira, seja por uma maneira de agradecimento pelos serviços prestados à população, ou até mesmo por reconhecimento por parte da comunidade acadêmica e/ou agências financiadoras, que fomentam através de recursos financeiros, diversas pesquisas, mundo a fora. As 28 bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, atuantes na área da Ciência da Informação, atuaram em 27 produções artísticas, bem como 31 produtos técnicos, e 3681 trabalhos técnicos. Os prêmios e títulos alcançados por elas estão representados no gráfico 6.

Gráfico 6 - Prêmios e títulos



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019.

Os prêmios e títulos divididos por ano ficam assim: 27 em 2009; 48 em 2010, ou seja, uma alta de 19 pontos; 28 no ano seguinte revelando uma queda, que fora superada em 2012 com 41 honrarias; nos anos seguintes, a média de prêmios e títulos ficou na casa dos 20, sendo, respectivamente até 2018: 27, 23, 21, 22, 21, 25; até a presente data, o ano de 2019 soma 3 benesses.

7 BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA ATUANTES NA GRANDE ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

As bolsistas de produtividade em pesquisa atuantes na área da Ciência da informação, e com bolsa ativa junto ao CNPq em 2020, totalizam um grupo de 28 indivíduos. Ao pretender analisar a trajetória acadêmica de cada uma das pesquisadoras, é necessário, antes de mais nada, entender que cada trajetória é individual e singular, mesmo que a formação acadêmica seja a mesma. Com isso, deixa-se claro que não é a intenção nesta pesquisa, fazer comparação entre as trajetórias, nem tão pouco incorrer em generalizações, o que, no caso em tela, prejudicaria consideravelmente a análise dos dados angariados.

Diante da listagem de bolsistas de produtividade em pesquisa publicada pelo CNPq, diversas análises podem ser feitas, a partir das informações que são expressas sobre todas as pesquisadoras em particular. Antes, porém, convém listar as vinte e oitos (28) bolsistas, com seus níveis hierárquicos das bolsas, e as instituições ao qual elas estão vinculadas, o que pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Listagem das bolsistas PQ com seus níveis e instituições vinculantes.

Nome	Nível	Instituição
Elizete Vieira Vitotino	PQ-2	UFSC
Evelyn Goyannes Dill Orrico	PQ-2	UNIRIO
Gercina Ângela de Lima	PQ-2	UFMG
Gilda Olinto de Oliveira	PQ-1C	IBICT
Giulia Crippa	PQ-2	USP
Helen de Castro Silva Casarin	PQ-2	UNESP
Icleia Thiesen	PQ-1D	UNIRIO
Isa Maria Freire	PQ-2	UFPB
Jussara Borges de Lima	PQ-2	UFRGS
Leilah Santiago Bufrem	PQ-1D	UFPE
Lena Vania Ribeiro Pinheiro	PQ-1A	IBICT
Maria Aparecida Moura	PQ-2	UFMG
Maria Cláudia Cabrini Grácio	PQ-2	UNESP
Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi	PQ-2	UFSCAr

Maria Luiza de Almeida Campos	PQ-2	UFF
Maria Nelida Gonzalez de Gomez	PQ-1A	UFF
Mariângela Spotti Lopes Fujita	PQ-1B	UNESP
Marilda Lopes Ginez de Lara	PQ-1B	USP
Marta Lúgia Pomim Valentim	PQ-1D	UNESP
Nair Yumiko Kobashi	PQ-1D	USP
Regina Maria Marteleto	PQ-1A	IBICT
Rosângela Schwarz Rodrigues	PQ-2	UFSC
Samile Andréa de Souza Vanz	PQ-2	UFRGS
Sarita Albagli	PQ-1C	IBICT
Silvana Drumond Monteiro	PQ-2	UEL
Sonia Elisa Caregnato	PQ-2	UFRGS
Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei	PQ-2	UNIRIO
Virginia Bentes Pinto	PQ-2	UFC

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2020.

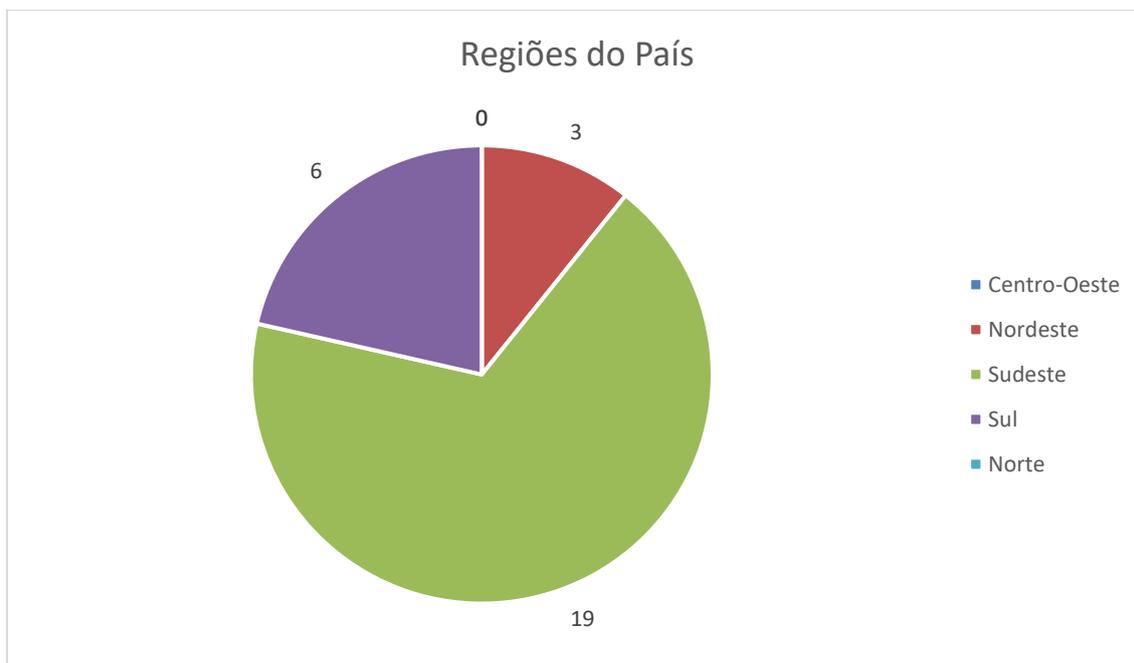
Analisando a listagem supracitada, de partida, nos salta aos olhos o número de bolsas com a marcação hierárquica estabelecida pela agência fomentadora, no caso em tela, o CNPq. As bolsas com menor relevância dentro do universo de produção científica, são as que mais foram distribuídas ao *corpus* da pesquisa. No total, são dezessete bolsas PQ-2, dentro de uma amostra de vinte e oito pessoas. As bolsas dentro da ramificação do nível PQ-1, somam onze, sendo três PQ-1A, duas PQ-1B, duas PQ-1C e quatro PQ-1D.

Esta configuração na distribuição de bolsas ao *corpus* da pesquisa reforça análises de autores que contribuíram com este estudo, no tocante a desigualdade que as mulheres sofrem dentro do campo científico no Brasil. Cunha, Dimenstein e Dantas (2021, p. 91), apontam que:

[...] no Brasil, as mulheres enfrentam condições desiguais que as impedem de alcançar postos mais prestigiados do âmbito científico, como os níveis sênior das bolsas PQ, modalidade de acesso a maiores subsídios, bem como de integrar equipes de comitês deliberativos e diretoria executiva, responsáveis pela decisão em termos da concessão de recursos para pesquisa e formação de pesquisadores. Em época de redução drástica do orçamento destinado à ciência, as mulheres bolsistas serão ainda mais prejudicadas. Além de driblar o curto orçamento do CNPq, principalmente, em áreas com menor investimento e/ou menor participação feminina, elas enfrentarão disputas, cada vez mais acirradas, para se inserir, permanecer e progredir no sistema PQ.

Se fossemos analisar pela seara regional, tendo como base de análise às instituições em que as mulheres que compõe o *corpus* da pesquisa estão vinculadas, chegaríamos ao seguinte número de bolsistas por região do país.

Gráfico 7 - Número de bolsistas PQ em Ciência da Informação por regiões do país



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2020

A discrepância numérica de bolsistas de produtividade em pesquisa por regiões do país aponta para diversos problemas que acompanham a vida educacional do Brasil há décadas, mostrando que, embora o número de ingressos de mulheres nas universidades brasileiras nos últimos anos só vem crescendo, há muito que fazer para que outras mulheres também possam conquistar uma vaga nos espaços de educação superior.

Os números ainda apontam que quanto menor a distribuição de renda no âmbito regional, maior é a desigualdade, menor é o investimento em educação e tecnologia, gerando atrasos e uma profunda desigualdade social.

Para analisarmos a trajetória acadêmica das bolsistas PQ em Ciência da Informação, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e outras abertas, que versaram sobre a atuação dentro da academia de cada uma delas. Entretanto, antes de tornar público as informações coligidas por meio do

questionário sobre a trajetória acadêmicas destas mulheres, faz-se necessário discorrer sobre o que é representativo.

Quando se fala em representativo, não raro se pensa em alguém, uma coisa, um lugar, etc. Aquilo que representa, necessariamente representa alguém, alguma coisa, algum lugar, etc. De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa (2004), representativo é: “apropriado para representar; constituído por pessoas ou coisas que representam algo; que representa politicamente os interesses de um grupo, classe social, povo, etc.” (FERREIRA, 2004, p. 1739).

Embora o termo política tenha sido classificado sob o ponto de vistas de apontamentos negativos nos últimos anos, faz-se necessário afirmar que o conceito de representativo ou representatividade é largamente utilizado nas ciências sociais, sobretudo na Ciência política, Antropologia e Sociologia. Mesmo com o avanço das reivindicações de pautas representativas, o conceito de representatividade ainda não encontra muita clareza em algumas áreas de conhecimento. Nesta pesquisa, ancorando-se na definição do dicionário supracitado, e em autores como Norberto Bobbio (2000), entende-se que representatividade é algo que torna uma pessoa, um grupo, uma coisa, um lugar visível.

Nesta perspectiva, entendendo que não daria para ter um sistema político em que se valoriza apenas a maioria, os mentores do sistema democrático brasileiro, sobretudo depois da constituição de 1988, entenderam que era preciso ter um sistema representativo, sobretudo diante da complexidade da sociedade brasileira. Sendo assim, o que se buscou com a democracia representativa brasileira, era tornar visível quem sempre foi invisibilizado. Quando algo é representado, uma mensagem política é enviada. No caso brasileiro, que sempre tornou a população negra, mulheres, indígenas, nordestinos e tantos outros grupos, como invisíveis, ter pessoas com essas marcações sociais ocupando determinados espaços de poder, é uma forma de mostrar para a sociedade, a despeito das resistências reacionárias que se levantam sob o véu do conservadorismo, que tais pessoas, não apenas, tais grupos existem e exigem direitos.

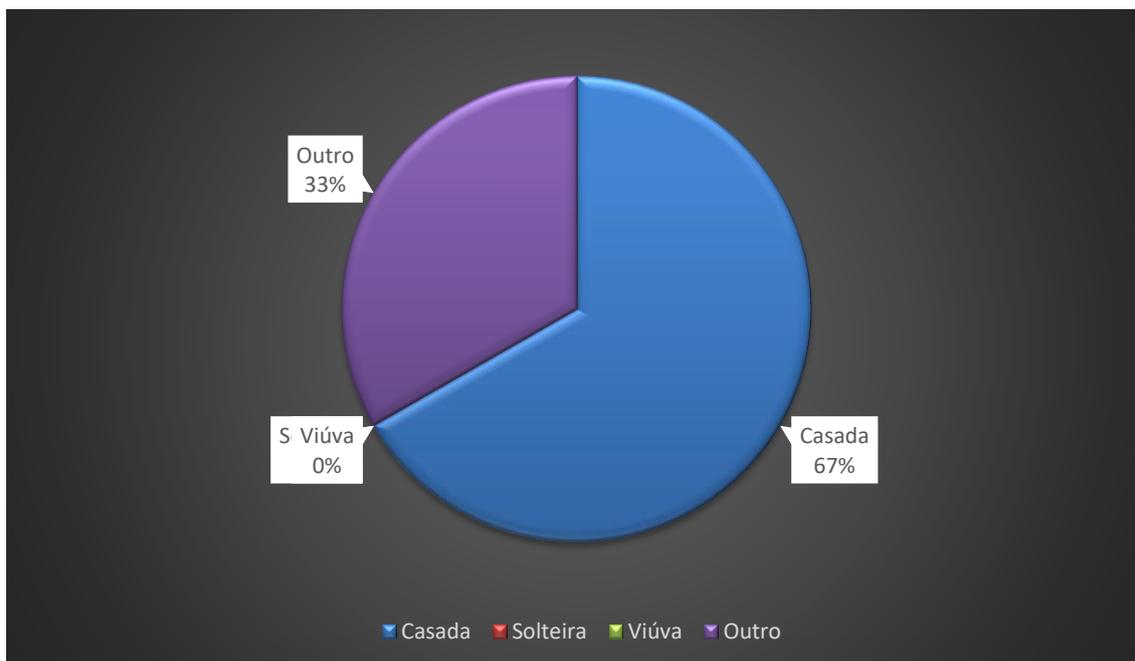
No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, há pesquisas que mostram um elevado contingente de representantes do sexo feminino

(PIRES, 2016; MARTUCCI, 1996; SANTOS; RODRIGUES, 2013), embora algumas apontam um movimento crescente de homens na área. Tratando mais especificamente do *corpus* da pesquisa, o número de mulheres que figuravam como bolsistas de produtividade em pesquisa na Ciência da Informação em 2020, superava o número de agentes sociais do sexo masculino. De forma antagônica à outras áreas do conhecimento, na C.I., a presença feminina é superior a masculina, isso se reflete também no número de cientistas mulheres contempladas com a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq., e não apenas o número é superior, mas as bolsas com maior visibilidade entre os pares estão em maior número com essas mulheres também.

Buscando conhecer um pouco mais como se constituiu a trajetória acadêmicas das cientistas que compõe o *corpus* da pesquisa, elaboramos um questionário que foi enviado para todas as 28 bolsistas por dois endereços eletrônicos, um particular e o outro do programa de pós-graduação ao qual estão vinculadas. O espaço de tempo entre o envio do questionário e o fechamento do texto desta dissertação foi de 70 dias corridos. O número de bolsistas que retornou o questionário devidamente respondido foi de 9 pesquisadoras, que é o número em que vamos analisar os dados recebidos.

Logo de partida no questionário, buscou-se saber o estado civil das cientistas, haja vista que, como já visto neste estudo, o modelo de ciência que impera, valoriza a produtividade, e a produtividade não ocorre sem dedicação, as vezes em tempo integral. Para as mulheres que desejam construir uma carreira científica que tenha o reconhecimento dos seus pares, torna-se quase que inevitável adiar alguns projetos pessoais, tais como casamento e filhos. No formulário enviado, a primeira questão trazia as seguintes opções a serem marcas: casada, solteira, viúva ou outros. As respostas que figuram no gráfico abaixo, apontam para uma perspectiva diferente no campo da Ciência da Informação no que tange a conciliação de carreira científica e vida familiar. Sabemos que a mulher tem uma jornada dupla, as vezes tripla, em que ela, sob os efeitos da lógica patriarcal de divisão sexual do trabalho, além dos afazeres profissionais remunerados, ainda administra os afazeres domésticos, aqueles que não são reconhecidos como trabalho, e, portanto, não é remunerado.

Gráfico 8 - Estado civil das bolsistas PQ



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021

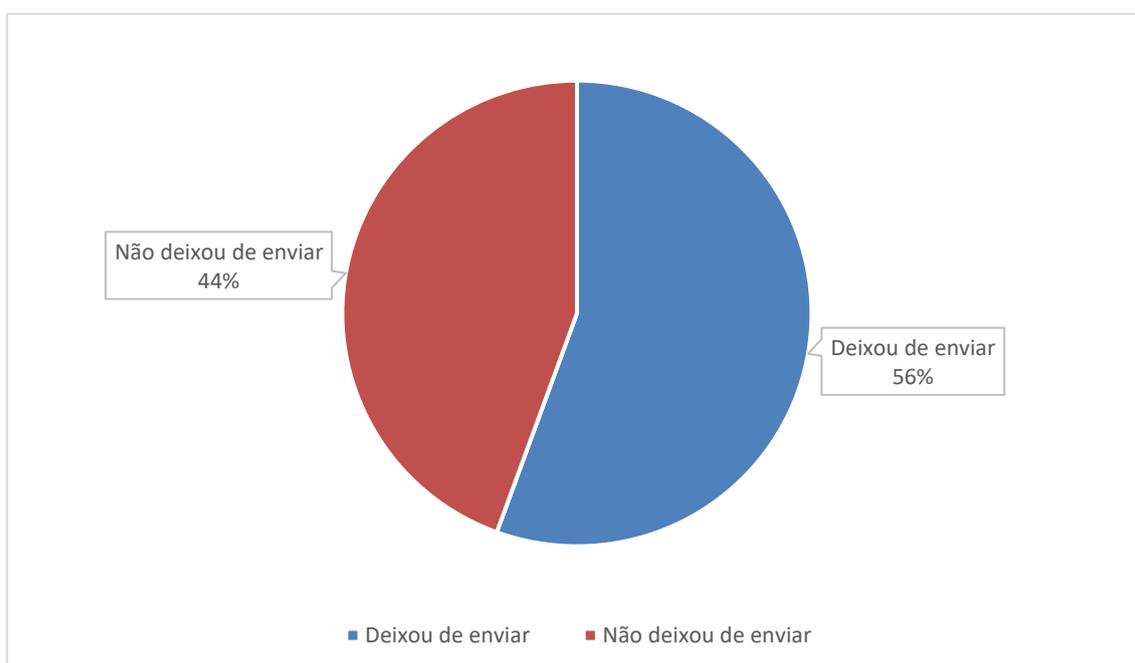
Observando o gráfico que mostra o estado civil das bolsistas, é curioso constatar o elevado número de casadas (67% da amostra), e 33% que marcou a opção “outro”. Aqui fica o questionamento sobre esse “outro”, que pode ser divorciada, com relação marital, etc. Na elaboração do formulário com os questionamentos, buscou-se não ser invasivo, colocando a opção separada, divorciada, juntada, etc. Fica-nos a curiosidade científica para elucidar os 33% de “outros”, além de questionar em que momento da carreira, os 67% da amostra se casou, para avaliar se esta é uma tendência diferente no campo da ciência da Informação, ou se elas foram se casando tão logo encontram estabilidade em suas carreiras, o que certamente poderá ser desenvolvido em futuras pesquisas.

Adentrando ainda mais na temática familiar, outra questão buscava saber se o *corpus* da pesquisa, além de responder sobre o estado civil, possuía filhos. 88,9% da amostra marcaram a opção sim, têm filhos, enquanto 11,1% disseram não ter prole. Nesta perspectiva, o número de filhos variou entre 1 e 2, não passando disso.

Buscando saber mais sobre a trajetória das pesquisadoras, perguntamos se ao longo da carreira acadêmica, alguém havia deixado de submeter trabalhos

para congressos, artigos para revistas, resumos expandidos, dentre outras produções acadêmicas, por conta de motivos alheios a vida acadêmica. Como resposta a essa pergunta, tivemos resultados próximos, com vantagem percentual para quem respondeu que deixou de enviar. Tal cenário nos dá a ideia de que a dupla ou tripla jornada da mulher, pode ter sido um dos motivos pelo não envio. Aqui também, sentimos a necessidade de aprofundar ainda mais a pesquisa, o que se pretende realizar a posteriori.

Gráfico 9 - Envio de trabalhos, artigos e resumos



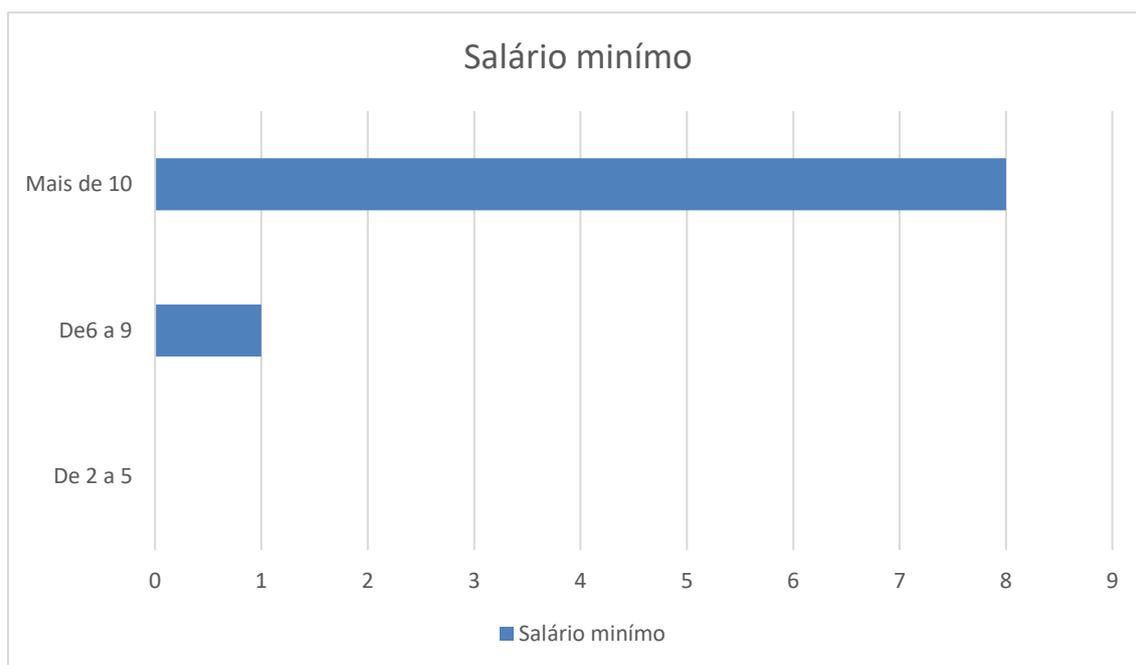
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021

Colocando em oposição a vida familiar e a carreira acadêmica, entendendo que uma pessoa que tem a oportunidade de se dedicar exclusivamente a carreira, a depender da área de atuação e a pesquisa que desenvolve, possui mais chances de obter êxitos do ponto de vista do mundo da ciência, mulheres com família, baseando-se nesta lógica de produção que envolve pesquisa em busca de recursos, geralmente tem uma baixa produção, se comparada a outras pessoas que não têm que se dividir em mais de uma atividade. Partindo deste ponto de vista, foi lançada uma pergunta no questionário que buscava saber se, por algum motivo, as bolsistas precisaram interromper sua graduação. A totalidade das respostas, ou seja, 100% da

amostra respondeu que não precisou interromper sua graduação. Na mesma linha, perguntamos se, por algum motivo, elas precisaram interromper a pós-graduação; igualmente a resposta foi não, dos mesmos 100% da amostra.

Aqui fica o questionamento sobre o perfil socioeconômico das bolsistas que fazem parte do *corpus* da pesquisa. A evasão de estudantes no ensino superior, principalmente no período pandêmico, foi bem acentuada, sobretudo para as pessoas de baixa renda. Há de se pensar em que recorte socioeconômico as cientistas se encaixaram durante as suas formações, o que precisará de mais pesquisa, todavia, buscando fazer um desenho da situação socioeconômica destas mulheres na atualidade, perguntamos no questionário que fora enviado, em torno de quantos salários mínimos gira a renda bruta de cada uma delas; a resposta está expressa no gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Renda bruta mensal das bolsistas PQ em Ciência da Informação



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021

Por saber que o pré-requisito mínimo para concorrer a bolsa de produtividade em pesquisa é ter doutorado, buscamos saber das bolsistas se elas ocupam ou ocuparam algum cargo de chefia, supervisão, coordenação, dentre outros com destaque, em decorrência da formação acadêmica. Também

aqui, 100% da amostra respondeu de forma unânime, e no caso em tela, todas responderam que sim, ocupam e/ou ocuparam cargos devido a sua formação.

Partindo para o recorte de gênero mais diretamente, perguntamos se, a despeito de apenas 36% das bolsas de produtividade em pesquisa estarem com pesquisadoras, elas (bolsistas PQ em Ciência da Informação) entendiam que fazem parte de um grupo representativo dentro da sua área de atuação. Separamos 5 respostas que foram além do simples sim, e as subscrevemos abaixo:

Pesquisadora 1 - Entendo, embora não tenha tido conhecimento dessa porcentagem anteriormente.

Pesquisadora 2 - Salvo engano, a proporção de mulheres PQ na CI é de 50%. Dessa forma, me parece que a distribuição na nossa área é mais equilibrada do que no conjunto de todas as áreas. No entanto, não tenho o número de pesquisadores da área por sexo, o que permitiria avaliar se 50% é representativo do todo. O que se observa é que no exercício profissional (não pesquisadores) há bem mais que 50% de mulheres.

Pesquisadora 3 - Sim. Ouvi uma palestra na conferência Parents in Science em 2018 que relatou que apenas 4% de mulheres com menos de 40 anos eram bolsistas PQ. Acredito que a maternidade tem muita relação com a participação da mulher

Pesquisadora 4 - Claro! E tenho a clareza de que consegui entrar no sistema num momento de incentivo e incremento da ciência brasileira por parte das políticas do governo no início dos anos 2000.

Pesquisadora 5 - Olhando o conjunto das bolsas PQ sim, sem dúvida, mas na párea da Ciência da Informação, embora eu não tenha dados a respeito, suponho que seja um pouco mais equilibrado, visto que é uma área em que a atuação feminina se faz mais presente.

Como supracitado, outras pesquisadoras responderam apenas que sim, entendiam que faziam parte de um grupo representativo dentro da Ciência da Informação. Nas respostas transcritas acima, podemos observar que a questão da representatividade é um assunto em voga na vida acadêmica, principalmente em uma área cuja marcação de gênero é tão acentuada, e que, mesmo que de forma indireta, as pesquisadoras que responderam o questionário, de uma forma geral, sabem da importância da representação.

Sabedoras do seu papel de representantes de uma área profundamente marcada por questões de gênero, as cientistas em tela responderam mais um

questionamento enviado no formulário. A pergunta versava se, dentro da atuação profissional dessas mulheres, elas procuraram desenvolver pesquisas que ajudariam a fomentar uma maior participação de mulheres no campo científico. Entendemos por bem, também nesta questão, transcrever na íntegra as repostas. Seleccionamos 7 delas:

Pesquisadora 1 – *Sim.*

Pesquisadora 2 – *Sempre que possível.*

Pesquisadora 3 - *O tema das minhas pesquisas não envolvem questão de gênero, se é isso que a pergunta busca explicitar.*

Pesquisadora 4 – *Indiretamente.*

Pesquisadora 5 - *Até o momento, não desenvolvi pesquisa sobre este tema.*

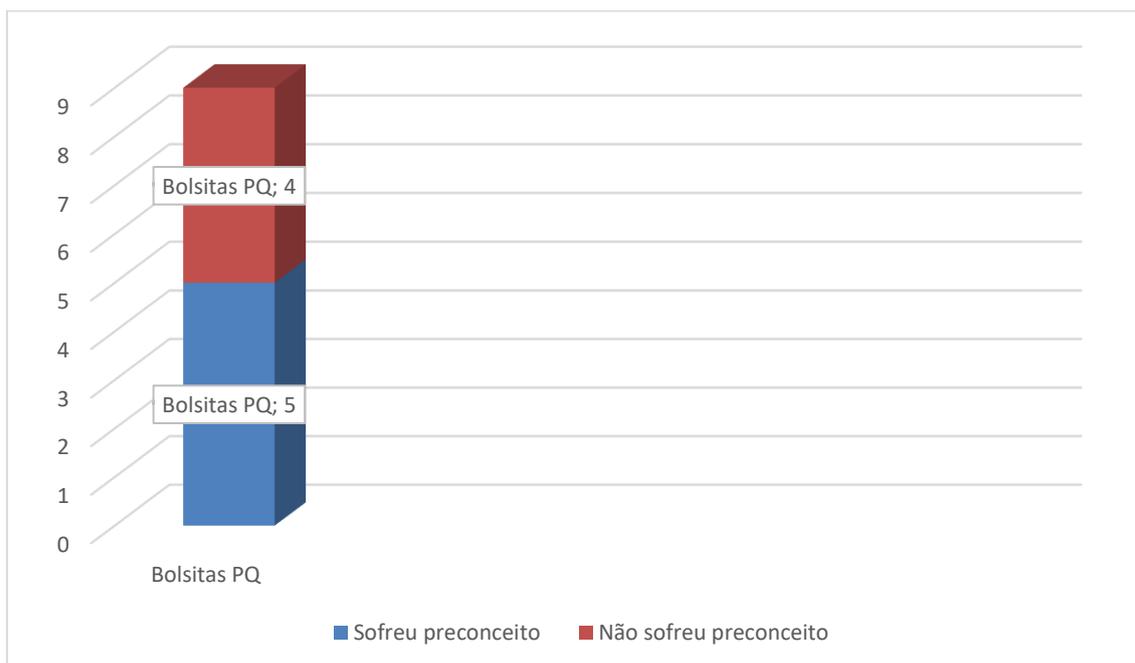
Pesquisadora 6 – *Tenho uma linha de pesquisa que aborda a interrelação entre violência e mulher.*

Pesquisadora 7 – *Especificamente não.*

Curiosamente, as bolsistas PQ em Ciência da Informação afirmam que há mais mulheres do que homens dentro da área de conhecimento, não contando as que são bolsistas, reconhecem seu lugar de representantes desta área, em esferas de reconhecimento entre os pares, como é o caso de ser bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq, ratificam a baixa presença da mulher no campo científico, e mesmo assim, a maioria que compõe a amostra, não desenvolve nenhum tipo de pesquisa que aborde, ou mesmo atravesse a questão de gênero.

É claro que quem pesquisa, debruça-se sobre temas que lhes se sentem bem e que são do seu domínio, geralmente são temas que acompanham toda a vida acadêmica da pessoa. Entretanto, a questão de gênero atravessa todas a dinâmica social, por mais que muitos a ignore. Neste sentido, perguntamos se alguma delas havia sofrido preconceito no ambiente de trabalho, por questões relacionadas ao gênero. A maioria da amostra (55,6%) que responderam ao questionário disseram que sim, que já sofreram preconceito no ambiente de trabalho por questões relacionadas ao gênero, enquanto 44,4% disseram que não.

Gráfico 11 - Preconceito no ambiente de trabalho por causa do gênero



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Ainda nesta seara do preconceito por conta da questão de gênero, elaboramos uma pergunta que falava sobre a questão do chamado “teto de vidro”. De uma forma mais direta, perguntamos se ao longo da sua trajetória profissional, a pesquisadora se deparou com alguma dificuldade da carreira, denominado “teto de vidro”, ou seja, um bloqueio invisível que impede as mulheres de progredirem no campo científico. 66,6% da amostra responderam que não haviam passado por isso, ao passo que 33,6% disseram ter passado. Dentro deste cenário, destacam-se as seguintes respostas: Pesquisadora 1 – “*Jamais percebi isso em relação a minha trajetória*”, e Pesquisadora 2 – “*Sim, indiretamente pelos comentários!*”.

As últimas respostas ao questionário nos apresentam um desafio científico a ser desvendado futuramente. Enquanto 55,6% das cientistas que responderam que disseram ter sofrido algum tipo de preconceito relacionado ao gênero no ambiente de trabalho, 66,6% do mesmo *corpus* da pesquisa, alegam não ter passado por dificuldades na carreira, que impediam a sua ascensão profissional. A relação entre uma coisa e outra pode não parecer óbvia, mas não faz sentido saber que uma maioria sofreu preconceito por ser mulher, e outra maioria nunca sentiu dificuldades de ascensão na carreira, dificuldade essa relatada por mulheres.

Caminhando para o final do questionário, perguntamos sobre premiações, lideranças e participação em corpo editorial devido a formação das cientistas. Primeiro perguntamos se, devido a pesquisa desenvolvidas, as bolsistas ganharam prêmios. 88,9% alegaram que sim. Na mesma linha, perguntamos se faziam parte no corpo editorial de periódicos da área; da mesma forma, 88,9% responderam afirmativamente. Por fim, queríamos saber quem lidera ou liderou algum grupo de pesquisa: 88,9% afirmaram que lideram, enquanto 11,1% disseram já ter liderado grupos de pesquisa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para trás, no que tange toda a trajetória desta pesquisa, concluímos que as “hierarquias criadas”, já mencionada aqui por Harari (2018), estabeleceram normas que perpassam toda a dinâmica social, além de permanecer inalteradas em tempos históricos distintos. O agente social mulher, desde longínquos tempos, foi colocada em um não lugar, ou seja: de protagonista nas sociedades coletoras, passou a ser um fragmento retirado do homem na era do bronze.

Uma vez estabelecida a dualidade entre homem e mulher, outras maneiras segregacionistas foram surgindo na seara social. Público x privado; razão x emoção; sensível x insensível, dentre outras categorias hierárquicas, passaram a representar, pelo menos no imaginário social, a figura da mulher e do homem.

Nesta perspectiva dicotômica e antagônica, os processos históricos que levam à formação das sociedades que conhecemos hoje, priorizou consideravelmente a presença da figura masculina, como agente dotado de sabedoria e vigor físico, representante primeiro nos espaços de poder.

Em diversas áreas da vida social, até há bem pouco tempo (no sentido histórico), não se fazia presente a figura da mulher. As determinações culturais e hierárquicas construídas ao longo dos tempos, impuseram à mulher uma série de atividades entendidas como simples, que exigia pouco esforço física e intelectual, e exercidas no ambiente doméstico, deixando para os homens os trabalhos braçais, as manifestações vindas da política, às ciências chamadas “Dura”, a administração dos cultos religiosos, dentre outros.

O campo científico, criado por homens e para homens, no afã de construir um espaço em que pesquisas e seus resultados fossem desenvolvidos e divulgados, exigia a neutralidade como característica primeira do fazer da ciência. Essa ideia de neutralidade foi difundida de tal sorte, que de início, as mulheres foram impedidas de fazer parte dos círculos de estudo e experiências. Como visto nesta pesquisa, inúmeras mulheres romperam esta barreira imposta por uma questão cultural e não técnica, ou seja: as mulheres não podem fazer ciência devido as suas subjetividades, por serem sentimentais. Provando se tratar de uma falácia, e mesmo forçadas a viverem ocultas, os anais históricos

da ciência relatam notáveis mulheres que contribuíram largamente em diversas áreas do conhecimento. Todavia, não ficaram livres de terem seus feitos e estudos usurpados por muitas vezes.

Analisando dados que foram coligidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, constatamos que ainda hoje, diante de inúmeros movimentos que pedem igualdade social, o número de homens contemplados com as bolsas de produtividade em pesquisa, oferecidas pelo órgão supracitado, é superior ao de mulheres, sobretudo em áreas do conhecimento, em que a presença feminina é diminuta.

Concluimos que a ciência tem fortes características androcêntricas, embora o número de mulheres que adentraram no campo científico nas últimas décadas seja bem elevado. A lógica de pesquisar em vias de produzir conteúdo, viado angariar recursos e *status* entre os pares, requer uma dinâmica científica que exige dedicação quase que exclusiva de quem se candidata as vagas oferecidas por programas, agências de fomento, oportunidades de estudo em outros países, dentre outros.

Tal lógica valoriza, mesmo que indiretamente, o agente social masculino, que não precisa (dentre outras coisas), interromper a sua carreira acadêmica se contrai núpcias, se tiver um filho, algo que não é esperado das mulheres. Embora muitas trabalhem fora, ou seja, atuam profissionalmente na esfera do público, encaram jornadas duplas ou triplas todos os dias. Algumas poucas afortunadas podem contar com o auxílio de empregadas domésticas, mostrando outra face das injustiças sociais sofridas por mulheres, e neste caso, não raro, mulheres racializadas.

A pesquisa nos revelou que há mais mulheres atuantes como bolsistas de produtividade em pesquisa na Ciência da Informação do que homens. O número superior de mulheres na área, espelha o número de bolsas com elevada hierarquia acadêmica. Entretanto, o fato de estarem em maior número na área, não impediu que elas sofressem preconceito no ambiente de trabalho, por serem quem são, ou seja, mulheres.

Constatamos que essas mulheres têm consciência da sua posição de representante em uma área com forte marcação de gênero, embora nem todas contemplam a questão de gênero em suas pesquisas. Ficou claro também que elas contribuem de forma constante para a área, publicando livros, participando

de eventos com artigos, resumos, palestras, oficinas, orientaram e orientam inúmeros alunos em seus programas de pós-graduação, elaboraram eventos, ganharam prêmios devido as suas formações, atuam em corpo editorial de periódicos e como líderes de grupos de pesquisa.

Entendemos que há a necessidade de continuar a pesquisa, fazendo cruzamentos de dados com outras áreas do conhecimento, comparando as produções das mulheres e os homens da área, sabendo dos egressos dos cursos de graduação que compõe a grande área da C.I., se têm a vontade de continuar na área depois de graduado, dentre tantos caminhos que a pesquisa apontar.

Embora tenhamos conhecimento que na Ciência da Informação a presença feminina é mais notável do que em outras, não nos parece razoável falarmos da questão de gênero apenas na pós-graduação, e nem é de uma forma em que todos possam debater um assunto tão pertinente na dinâmica social. É preciso políticas públicas mais contundentes, que encarem de frente com os agentes do estado, as desigualdades, violência com motivações de gênero. À ciência da mesma forma, buscando sua neutralidade versada e não vivada, deve incentivar a presença de mais mulheres, tornando possível que meninas de hoje e amanhã, possam sonhar em ser cientistas desde tenra idade.

Referência

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história. A história da mulher**. Fundação Astrogildo Pereira/FAP: Abaré, 2004.
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; SILVA, Thálita Cavalcanti Menezes da. Os sistemas de representação judaico-cristã e o endereçamento de posições-de-sujeito femininas. **Madrágora** – Gênero, Fundamentalismo e Religião, São Paulo. n. 14, p. 73-79, 2008. Disponível em: <http://metodista.br/revistas/revistas-uns/index.php/MA/issue/View/63>
- BÁEZ, Fernando. **História da destruição dos livros**: das tábuas suméricas à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. *E-book*.
- BARBIER, Frédéric. **A Europa de Gutenberg**: o livro e a invenção da modernidade ocidental (Séculos XIII-XVI). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVIOR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEDMAR, Vicente Llorente. O islã e o sistema escolar no Marrocos pré-colonial. **Afro-Ásia**, nº 45, p. 123-141, 2012. Disponível em: www.Scielo.br/paf/afro/n45/a05n45.pdf.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. Revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BUFREM, Leilah Santiago. Fundamentos sociais e políticos da Biblioteconomia. **Educar**, Curitiba, 4(1), p. 108-122, jan./jun., 1985.

BUFREM, Leilah S.; NASCIMENTO, Bruna S. do. A questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez., 2012.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, 16(44), p. 173-185, 2002.

CAMPOS, Andrea Almeida. As bruxas retornaram... cacem as bruxas! Um argumento para o controle histórico da sexualidade feminina. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 104, jan. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspaçoAcademico/article/view/9151>.

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulheres e trabalho: notas sobre impasse teórico. **Cad. CRH**. Salvador, (17), p. 80-105, 1992.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015. *E-book*.

CONSELHO NACIONAL de DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO e TECNOLÓGICO – CNPq. **Bolsas individuais no país**. RN – 028/2015. Anexo III. Produtividade em Pesquisa – PQ. Brasília, DF: CNPq, 2015. Disponível em: https://www.memorial2.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132#PQ. Acesso em: março de 2022.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **Hist. Ensino**. Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdade de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. especial 1, p. 83-97, out. 2021. Disponível em: <https://scielo.br/j/sdeb/a/X4B8B69D9cPFhxQbZDQSD6c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 fev.2022.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectiva de combate à violência de gênero. 16. Jornada de Iniciação Científica da UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>

DELUMEAU, Jean. **História de medo no ocidente – 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

- DUBE, George. **Damas do século XII**: Heloísa, Isolda e outras damas no século XII. A lembrança das ancestrais. Eva e os padres. São Paulo: Companhia de Bolso, 1996. (*E-book*).
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013. *E-book*.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.
- HARARIA, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- INSTITORIS, Heinrich. **O martelo dos feiticeiros**. Rio de Janeiro: Record (Rosa dos Tempos), 1997.
- LOPES, Bruna Pereira. 8 cientistas brasileiras que se destacaram no combate à COVID-19. **Blog do Profissão Biotec**. v.8, março/2021. Disponível em: <https://profissaobiotec.com.br/8-cientistas-brasileiras-no-combate-a-covid19/>.
- NARNAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência**: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Mestrado em Psicologia e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectiva da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez., 1996.
- MELO, Hildete Pereira de. De criadas a trabalhadoras. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ, vol. 6, n. 2, p. 323-357, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1201>.
- MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia M. C. S. **Pioneiras da ciência no Brasil**, Rio de Janeiro: SBPC, 2006. Disponível em: http://sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/livro_pioneiras.pdf.
- MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 73-94, 1º. Sem. 2004. Disponível em: <https://periódicos.uff.br/revistagenero/article/view/31033/18122>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NARVAZ, Martha Guidice; KOLLER, Sílvia Helena. Família e patriarcado: da prescrição normativa à submissão criativa. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre: UFRG, n. 18, v.1, p. 49-55, jan./jun. 2006.

O PODER DAS BIBLIOTECAS: a memória dos livros no Ocidente. (dir.) Marc Baratin; Christian Jacob. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – BRASIL. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: fev. de 2022.

ORTEGA Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e C.I. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004.

PEUGNY, Camille. **O destino vem de berço?** Desigualdade e reprodução social. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

PETEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em um curso majoritariamente feminino**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PLATÃO. **O Banquete**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PORTELA, Ludmila Noeme Santos. **O Malleus Maleficarum o discurso cristão ocidental contrário à bruxaria e ao feminino no século XV**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Mestrado em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RANGANATHAN, ShiyaliRamamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos Livros, 2009.

ROUCHE, Michel. **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil (Alta Idade Média Ocidental)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 403-532.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013.

SCARPIM, Fábio Augusto. Dois em uma carne: igreja e a sexualidade na história. **História: Questões & Debate**, Curitiba. v. 62, n. 1, p. 265-277, jan./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v62i1.38590>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. Claro Enigma: São Paulo, 2012. *E-book*.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **R. Esc. Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, 4(2) : 141-161, set. 1975.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (IN)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n.2, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SIQUEIRA, Silvana Márcia Alves. **A mulher na visão de Tertuliano, Jerônimo e Agostinho, séc. IV-V d.C.** 2004. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103075>.

TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali de; EGGERT, Edla. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

VELHO, Léa. Prefácio. *In*: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fátima (org.). **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o feminismo na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o Ensino Médio**: história geral e do Brasil. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

ARAUJO, Carla. **A história das mulheres na ciência**. MultiRio, Rio de Janeiro, fev. 2020. Disponível em: <http://multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15509-a-historia-das-mulheres-na-ciencia>. Acesso em: Jan. 2022.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, jan./abril, 2008.

CONSOLIM, Verônica Homsí. A história da primeira onda feminista. **Justificando**, Rio de Janeiro, set. 2014. ISSN: 2527-0435. Disponível em: <http://justificando.com/2017/09/14/historia-da-primeira-onda-feminista>.

FIOCRUZ. **Mulheres e meninas na ciência**, 2022. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/mulheres-e-meninas-na-ciencia>. Acesso em: Fev. 2022.

LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18408.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.** Brasília, DF, v.5, n.1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/427/1/GildaO.pdf>.

SANTANA, Carolina Queiroz; SANTOS, Laura Sued Brandão. Gênero e ciência: acadêmicas feministas que escreveram a história. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 170-184, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/10903>. Acesso em: fev. 2022.

SILVA, Fabiana Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, p. 449-466, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/101590/1516-73132014000200012>.

SILVA, Jorge Raimundo da; TARGINO, Maria das Graças. Visibilidade e prestígio na construção da rede colaborativa dos docentes de medicina veterinária da Universidade Federal de Alagoas: um olhar a partir do conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 5, n. 2, p.14-15. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/4657/3880>.

Apêndice

Modelo do formulário enviado para as bolsistas em produtividade em pesquisa de C.I.

Trajétoria acadêmica e representação das bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Ciência da Informação

Este formulário se destina as bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ's), que atuam na área da Ciência da Informação, visando dar subsídios qualitativos na pesquisa desenvolvida pelo estudante Edilmar Alcantara dos Santos Junior, matriculado no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO), sob a orientação da Professora Dr^a. Bruna S. do Nascimento, cujo objetivo geral consiste em analisar a trajetória acadêmica das referidas bolsistas, e sua representatividade dentro do campo científico. Sua participação se dá através de respostas a um questionário virtual. As perguntas são simples, sem respostas certas ou erradas, e vão ajudar na elaboração de um diretório sobre pesquisadoras (mulheres) que atuam no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Este estudo não resultará em nenhum custo financeiro para quem desejar participar. Estima-se entre 10 e 15 minutos a sua participação nesta pesquisa; entre a leitura deste esclarecimento e das questões, bem como a marcação das opções. Lembramos que a sua participação é voluntária, sem custo e sem remuneração financeira.

O questionário respondido será automaticamente enviado via plataforma online (google formulários) para a conta pessoal do pesquisador (Edilmar Alcantara dos Santos Junior), que será aberta (conta) no computador pessoal do pesquisador, com acesso único e exclusivo dele. Uma vez recebido os dados, eles serão cotejados e armazenados exclusivamente em hd externo, cujo acesso será exclusivo do pesquisador. Não se colherá informações que possam identificar qualquer participante de maneira individual. Uma vez apresentada a dissertação para apreciação e deliberação da banca que se formará futuramente, os dados obtidos e analisados ficarão armazenados no mesmo dispositivo já mencionado, podendo ser utilizados para elaboração de publicações científicas (artigos, capítulos de livros, etc.) no intervalo de 5 anos, visando contribuir com a área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Por haver perguntas que versam sobre gênero, raça/etnia e condição social, pode acontecer de você se sentir afetada emocionalmente na marcação das alternativas expostas no questionário. Diante disso, você pode optar em não finalizar a ação de responder. Ressalta-se que em hipótese alguma se pedirá informações que possam identificar de maneira individual, qualquer participante (como nome e número de documentos). Afirma-se que os dados serão analisados de forma coletiva e não individual. O estudo em tela visa contribuir na discussão da questão de gênero na sociedade, de forma especial, busca-se fomentar o debate sobre a discussão de gênero dentro do campo científico. A investigação ancora-se na hipótese de haver a percepção das

representantes do sexo feminino, de receberem um tratamento diferenciado na sua trajetória acadêmica pelo fato de serem mulheres, sobretudo numa área com forte marcação de gênero. Participando desta pesquisa, você pode contribuir na construção de conhecimento científico que visa dirimir as desigualdades tão presentes na vida social.

Estado civil

- Casada
- Solteira
- Viúva
- Outro

Como você se define no tocante a raça/etnia:

- Preta
- Parda
- Branca
- Indígena
- Amarela
- Não sabe
- Não quer opinar

Tem filhos (as)?

- Sim
- Não

Se sim, quantos (as)?

R:

Faixa etária que iniciou sua graduação?

- 18 - 23
- 23 - 28
- 28 - 33
- Acima de 33 anos

Faixa etária que terminou sua graduação?

22 - 27

27 - 32

32 - 37

Acima de 37 anos

Você precisou interromper sua graduação

Sim

Não

Se sim, por qual motivo?

R:

Qual faixa etária iniciou sua pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado)

25 - 30

30 - 35

35 - 40

Qual faixa etária você terminou sua pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado)

30 - 35

35 - 40

40 - 45

Você precisou interromper sua pós-graduação?

Sim

Não

Se sim, por qual motivo?

R:

Sua renda bruta gira em torno de:

- De 2 a 5 salários mínimos
- De 6 a 9 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos

Atua ou já atuou em cargos de chefia, supervisão, coordenação, etc., em consequência da sua formação acadêmica?

- Sim
- Não

Você já se deparou com dificuldades na carreira acadêmica, o chamado "teto de vidro", ou seja: um bloqueio invisível que impede a ascensão das mulheres no campo científico?

R:

Ao longo da sua carreira acadêmica, você deixou de submeter trabalhos, artigos, resumos, etc., por questões alheias ao ambiente de trabalho?

- Sim
- Não

No universo em que apenas 36% das bolsas de produtividade em pesquisa são distribuídas a pesquisadoras mulheres, você entende fazer parte de um grupo representativo para sua área da atuação profissional (Ciência da Informação)?!

R:

Dentro da sua atuação profissional, procura desenvolver pesquisas que ajudam a fomentar uma maior participação da mulher no campo científico?!

R:

Já sofreu ou testemunhou algum ato de preconceito no ambiente de trabalho, por questões relacionadas ao gênero?

Sim

Não

Já ganhou alguma premiação em consequência de pesquisa / trabalho realizado?!

Sim

Não

Atua como membro do corpo editorial em periódicos da área?

Sim

Não

Lidera ou já liderou algum grupo de pesquisa?

Sim, lidero

Não lidero

Já liderei

Nunca liderei
